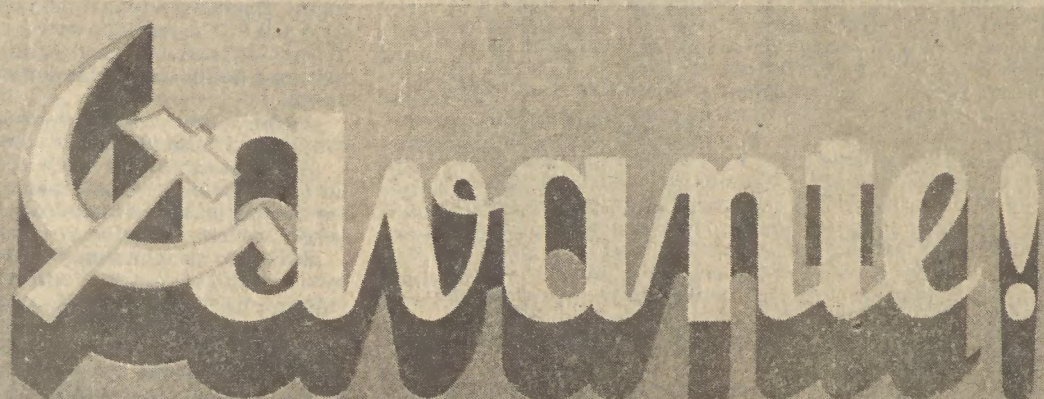


SÁBADO E DOMINGO

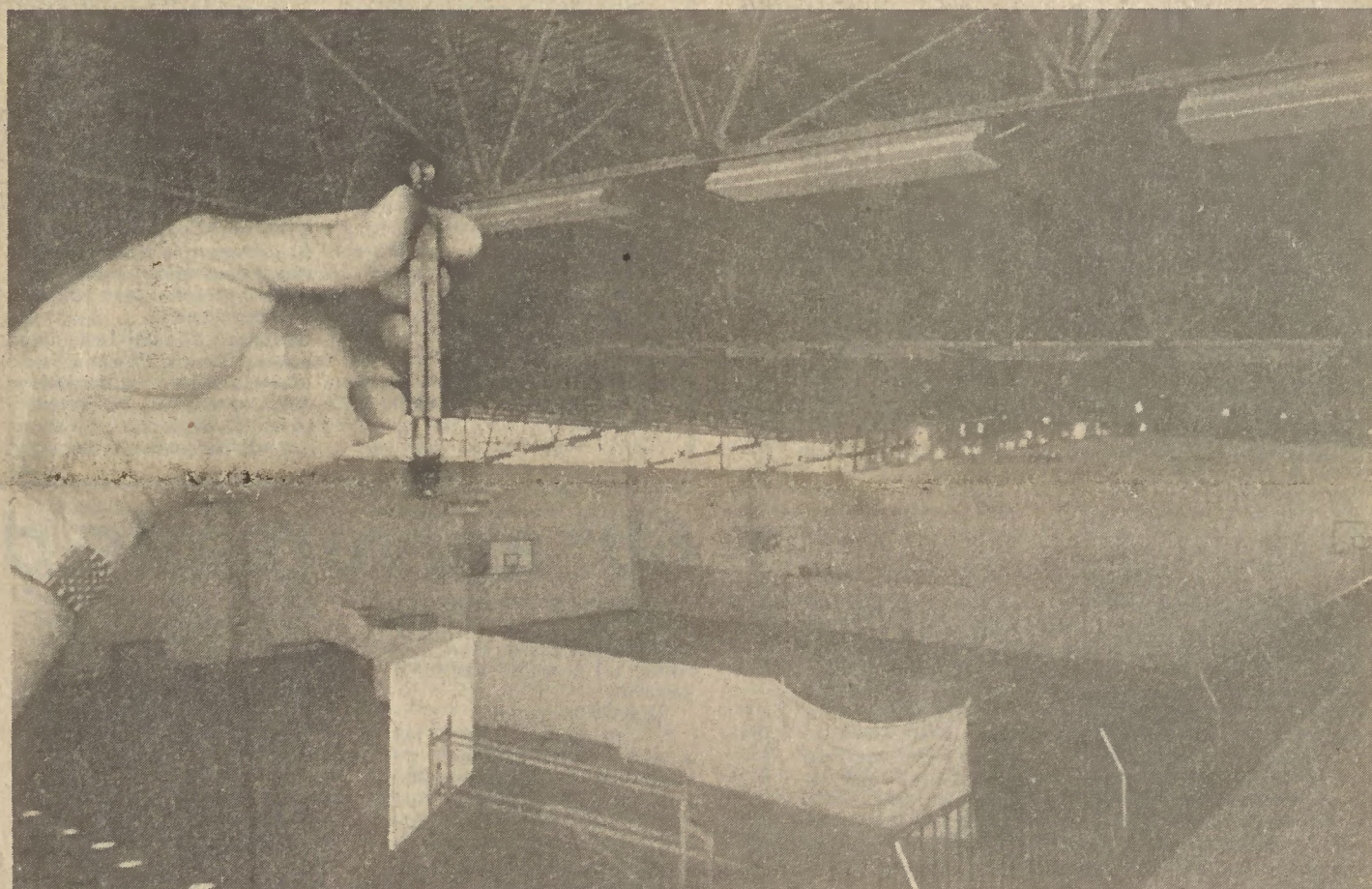
Festa do Avante!



alto da ajuda
lisboa
4, 5 e 6
setembro
1981

VAMOS TRABALHAR PARA A AJUDA (há chuveiros!)

O calor adiou a Conferência do Poder Local



O Secretariado do Comité Central decidiu adiar para 18 de Outubro a Conferência do PCP sobre o Poder Local marcada para o próximo sábado. Motivo: a vaga de calor que tornou absolutamente inabitável o Pavilhão de Almada onde a Conferência se realizaria. «Avante!» deslocou-se ontem e anteontem a Almada: 14 horas de ontem, a temperatura no interior do recinto rondava os 47º centígrados! - Pág. 12

Cresce o protesto camponês
contra a política da «AD»

Importantes
conclusões
na 3ª Reunião
Plenária da
Direcção da
Organização
Regional
do Porto

ESQUERDA
FRANCESA
VITORIOSA
NAS
ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS

SEMANA Nacional

10 Quarta-feira



O Presidente da República no Funchal

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, preside no Funchal às comemorações do dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunicações Portuguesas, referindo nomeadamente no seu discurso que "a vida democrática é o produto colectivo de um Povo, é a responsabilização colectiva pelas decisões e pelos actos, é a expressão livre de vontades diferenciadas que os órgãos do poder e as instituições políticas devem interpretar e compatibilizar". Saldam-se em flocos completos as manifestações fascistas promovidas para Lisboa e Porto por uma autodenominada "comissão nacionalista", ambas congregando apenas algumas dezenas de indivíduos gritando *slogans* abertamente fascistas; de sublinhar que os Governos Cívicos de Lisboa e Porto não impediram a realização destes actos fascistas, apesar de flagrantemente inconstitucionais e sob alçada directa de legislação proibitiva de tais manifestações.

11 Quinta-feira



Empresas Nacionalizadas. Conclusões

Em conferência de imprensa são divulgadas as conclusões do II Encontro das Empresas Nacionalizadas e Participadas, onde se concluiu nomeadamente que as empresas nacionalizadas são mais dinâmicas que as do sector privado, sendo ainda enunciados os principais objectivos da manifestação popular que se realizará no próximo dia 27 em Lisboa exigindo uma nova política e um Governo ao serviço dos trabalhadores e do povo, e que é promovida pelas Uniãos Sindicais e entidades industriais de Lisboa e Setúbal. Portugal é eleito membro adjunto do conselho de administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o triénio 1981/84 durante a 67.ª Conferência Internacional do Trabalho a decorrer em Genebra, Suíça; há mais de 25 anos que Portugal não fazia parte do órgão mais importante da OIT. A Câmara Municipal de Valpaços, presidida pelo contestado Sobrinho de Moraes, "cal" na sequência da demissão dos quatro eleitos que ainda se encontravam em funções, todos de partidos da "AD".

12 Sexta-feira

A estrada nacional Guimarães-Fafe é cortada ao trânsito durante cerca de meia-hora por agricultores da região, em protesto à situação criada na lavoura pela política ruinosa do Governo. Organizada por uma comissão de juventude da União dos Sindicatos de Lisboa realizar-se-á em todo o distrito de Lisboa, de 22 a 26 de Junho, uma "Semana de luta da juventude", exigindo um novo Governo e uma nova política que satisficam as suas reivindicações e aspirações. Os representantes de todos os Partidos no Conselho de Informação para a RTP recomendam à administração da Televisão que realize um debate televisivo sobre o respeito do pluralismo político e ideológico e independência da RTP perante o Governo. Mário Soares e os seus apolantes perdem as eleições para a Comissão Organizadora do Congresso Extraordinário da Federação da Área Urbana de Lisboa, a mais importante do PS no país; as eleições, pelo método do Hondo, deram quatro lugares à chamada "esquerda laboral" e ao ex-Secretariado Nacional, que concorreram coligados, e três aos apolantes de Soares.

13 Sábado

O Conselho Nacional do PPD/PSD antecipa a reunião prevista para o próximo dia 20 por iniciativa do presidente do Partido, Pinto Balsemão, que iniciou com uma longa e polémica intervenção política de fundo, desde logo qualificada como "grave" e merecedora da "devida resposta" por Santana Lopes. Abate-se sobre todo o país uma intensa vaga de calor, com Lisboa a registar uma temperatura de 40 graus e Beja 42. Realiza-se no Porto, no Centro de Trabalho da Boavista, a 3.ª reunião plenária de 1981 da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP, à qual assistiu Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP; a reunião decorreu durante todo o dia e procedeu à análise da situação política nacional e regional, definindo as tarefas do PCP no distrito, nomeadamente a defesa do sector nacionalizado.

14 Domingo

As eleições intercalares para a Câmara Municipal da Nazaré dão quatro lugares ao PS, dois à "AD" e um à APU, tendo a coligação reacçãoária perdido um mandato a favor do PS; as abstenções atingiram os 16%. O Conselho Nacional do PPD/PSD, que se reuniu antecipadamente este fim-de-semana, realinha "total apoio" à liderança política do presidente do Partido, Pinto Balsemão, enquanto a demissão de Helena Roseta de vogal da Comissão Política Nacional faz emergir os conflitos internos do PPD/PSD e denuncia a dificuldade desta formação política de direita em resolver os seus grandes conflitos internos. Aumenta a vaga de calor em todo o território continental, com Lisboa a atingir uma temperatura de 43° (a mais "quente" capital do mundo) e várias mortes provocadas pelas altas temperaturas, a maior parte das quais verificadas em pessoas idosas e habitando locais em más condições.

15 Segunda-feira



Intensifica-se a luta dos agricultores

Prosseguem por todo o país os protestos dos agricultores contra a política gravosa do Governo em relação à lavoura: em Ponte de Lima cerca de 1500 agricultores exigem uma resposta governamental às suas reclamações num prazo de 15 dias, efectuando um corte de estrada durante uma hora, enquanto na Tocha mil agricultores cortaram o trânsito durante duas horas e em Alenquer e Pombal se efectuavam concentrações de protesto; por outro lado uma delegação da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, após mais um encontro com a direcção dos serviços regionais do MAP na cidade do Porto, afirmam-se, em conferência de imprensa, dispostos a recorrer a novas formas de luta para que as reclamações da lavoura sejam atendidas.

16 Terça-feira

O Secretariado do CC do PCP decide adiar para 18 de Outubro a Conferência do PCP sobre o Poder Local prevista para o próximo domingo em Almada, devido à falta de condições de arejamento das instalações (numa escola de Almada) neste período de intenso calor. Cerca de 500 bombeiros continuam o combate a um vasto fogo que alça desde ontem na Serra de Sintra, suspelitando-se de fogo posto. A lista «B», unitária, vence as eleições para a direcção do Sindicato dos Jornalistas; o acto eleitoral repetiu-se após dúvidas levantadas há semanas com a vitória da mesma lista pela margem de um voto. O Presidente da República empossa o comandante Almeida e Costa no cargo de Governador de Macau.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 15 de Junho de 1969 a Oposição Democrática, reunida em S. Pedro de Muel, chega a uma Plataforma de Acção Comum com vista à eleição para deputados «consentida» pelo regime fascista.

Editorial

PORQUE ESTALAM AS COSTURAS DA «AD»?

NA semana em curso alguns acontecimentos de natureza particular vieram de novo agitar as águas pantanosas da coligação governante. A AD aponta para novos estádios da sua crise interna e da sua falência política. São acontecimentos sem dúvida relevantes e significativos mas não inesperados para quem tenha seguido com atenção o evoluir da situação nacional e previsto a sua trajectória.

O principal partido da coligação, o agrupamento a que pertence e chefia o Primeiro-Ministro, tal como o seu parceiro de Governo, o CDS, ele também a braços com graves problemas internos, abre novas e profundas chagas, mostra de maneira palmar as suas dilacerantes contradições internas, a agudeza dos choques, rivalidades e ambições pessoais e de grupo, inevitavelmente também as discrepâncias sérias de orientação, de tática política, de direcção pessoal — mostra principalmente, as dificuldades inerentes à realização de um projecto político que se choca frontalmente com o país real e com a vontade da maioria imensa do povo português — o celerado projecto AD.

Este estremeção interno do PSD — como, aliás, o dos restantes partidos da direita e, de uma forma geral, de todos os outros empenhados até agora no restabelecimento do poder económico e político do grande capital e por óbvias razões da própria coligação governante — são abordados pelos seus chefes políticos e pelos escribas da imprensa reacçãoária em termos de escaramuças pessoais, de simples questões entre homens (e também mulheres). O Helena Roseta é uma mulher, nada, enfim, de essencial.

Todos procuram iludir a questão fundamental, todos estabelecem teorias das mais divertidas para esconder a contradição maior, isto é, da linha de interesses que os opõe cada vez mais e mais à esmagadora maioria do Povo português.

Inventam para o seu uso novas arrumações de classe (arranjam agora a «classe política»); chamam de vitalidade «democrática» às suas guerrilhas intestinas, aos choques de tendências e de contradições no seio de cada um deles; criaram uma nova sociedade: a chamada «sociedade civil»; terçam armas entre si para disputar-se o exclusivo da herança política do chefe «carismático» que a morte levou.

POR detrás desta nova «nomenclatura» estão conceitos profundamente reacçãoários que é necessário desmontar perante o Povo português.

Para os cavaleiros da AD a «classe política» são os senhores e senhoras bem, que vão almoçar ao «Pabe», que fazem grandes passeios a cavalo pela Quinta da Marinha ou praticam vela nos fins-de-semana na marina de Vila Moura; os «gestores» feitos a pressa e em massa pelos governos AD para as empresas nacionalizadas ou oriundos dos tempos da outra senhora; os altos funcionários que o compadrio forneceu de boas postas; os «clarividentes» analistas da comunicação social reacçãoária; os que enxameiam as tertúlias da grande burguesia ou enchem as colunas da «gente bem» do «Expresso» e doutros jornais da direita.

Os outros são naturalmente a multidão ignara dos trabalhadores e do povo, dos que não percebem nada da «alta política», os que fazem «greves políticas» telecommandadas pelo PCP e de quem naturalmente também é preciso nas alturas próprias obter o voto...

E da mesma forma os «rudes» agricultores a quem se dá a possibilidade de «empobrecer alegremente» em favor dos grandes intermediários que evidentemente também não percebem, no conceito da AD, nada de política.

Que centenas de milhares de trabalhadores, como jamales, tenham desencadeado potentes lutas contra a política laboral dos governos AD, que vastos e combativos movimentos grevistas de potência e amplitude nunca vistos tenham já obrigado a recuar o Governo AD/Balsemão, que simultaneamente com dezenas de milhares de pequenos e médios agricultores tenham pronunciado uma categorica rejeição da política da AD e dos seus governos, isso não é para a «classe política» sumamente importante.

A estes «sábios da política» darão os trabalhadores da Reforma Agrária e das estruturas populares de Lisboa e Setúbal no dia 27, na grandiosa manifestação já anunciada para Lisboa, a resposta política necessária. O fim da «greve política» do CDS, dos maquinistas da CP do Norte e do Centro; o isolamento total dos provocadores, conscientes ou

inconscientes, que se prestaram às manobras divisionistas do grande capital e da direita contra o movimento operário, têm colhido um completo fracasso.

A reacção está naturalmente interessada em apagar o peso político decisivo do movimento operário e popular no Portugal de Abril.

O panorama político-partidário da direita e de todos os seus aliados ou «companheiros de rota» na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista é profundamente sugestivo e esclarecedor da confusão, das divisões internas e da perda de força e de influência política dos seus respectivos partidos e coligações.

A contrastar com este caótico panorama a unidade, a coesão e a crescente força e influência do PCP enchem de furor os reacçãoários de todos os matizes.

A direita e aliados erem a sua doença mortal em qualidade vivificante, chamam de «democracia» à bordada e aos choques de tendências que desgarram a sua unidade interna.

Mas a firmeza ideológica do PCP, a unidade e coesão política dos comunistas portugueses, as manifestações de vitalidade e de democracia interna por eles oferecida e praticada são taxadas de «stalinismo», de «ditadura de gerentes», de antidemocracia, pelos ressaltados da direita.

Um PCP forte e unido, inteiramente democrático no seu funcionamento interno, praticante mais consequente da legalidade democrática e das regras da democracia, onde o «eurocomunismo» não faz ninho, onde «todos puxam para o mesmo lado», onde a minoria obedece conscientemente à maioria, é coisa profundamente chata de se ver para os corifeus da reacção. Principalmente muito preocupante.

Para os trabalhadores, para todos os democratas saber distinguir a realidade da poeira confusionista lançada pela reacção e uma exigência de maior força, de mais consciência e combatividade do movimento operário e popular.

A «moderníssima» teoria da «sociedade civil» que Balsemão não se farta de exaltar, insere-se na guerrilha institucional contra os órgãos de soberania Presidente da República e Conselho da Revolução por parte da AD e tem por objectivo paralisar os impulsos democráticos das Forças Armadas em geral e dos militares de Abril em particular.

É sob o lema prioritário da «sociedade civil», que ninguém sabe exactamente o que é mas que se percebe contra quem é dirigida, que nas propostas de revisão constitucional da AD se alteram as competências da nomeação dos altos comandos militares, que permitam desde já, nesta sessão legislativa, em que os sonhos de hegemonia perpétua da AD começam a esfumar-se, colocar o controle do alta hierarquia militar nas mãos da direita, do seu Governo, da sua maioria parlamentar AD. O plano subversivo de Sa Carneiro/Freitas do Amaral procura conforme se vê novas formas de concretização.

No conflito interno produzido na reunião de sábado e domingo do Conselho Nacional do PSD as duas tendências em confronto não divergiram entre si no conteúdo mas sim na forma de anular o papel do Presidente da República na competência institucional que a Constituição consagra de nomear os altos cargos das Forças Armadas, de preservar o seu carácter democrático.

A chamada «sociedade civil» não é outra coisa senão uma cortina de fumo para abrir caminho a subversão institucional das Forças Armadas, para as colocar ao serviço dos objectivos antidemocráticos da reacção sob o comando efectivo dos elementos mais reacçãoários.

A luta que se dirimiu no último fim-de-semana no seio do PSD que se saldou pela vitória — «esmagadoríssima», diz ele — do clã Balsemão, travou-se aparentemente entre os que se reclamam da herança e da fidelidade ao pensamento político e ao projecto de Sa Carneiro.

A reacção pos de pe o mito da «sabedoria», da firmeza do comando, da bondade política do projecto do falecido chefe do PSD e dele próprio.

O «carisma» de Sa Carneiro a quem a morte trágica trouxe uma aura de sobrenatural entre os seus adeptos mais

fanáticos, assenta um mito de infalibilidade política que a verdade histórica desmentiu.

A morte física antecedeu e talvez tenha atenuado a derrota política.

Sa Carneiro ao perecer em Camarate era já um político derrotado, um dirigente já consciente da derrota e que anunciara retirar-se à sua vida privada se a derrota se consumasse.

Sa Carneiro disse-o com todas as letras à jornalista que o entrevistou momentos antes do acidente trágico que o vitimou.

Tudo o bluff político da AD e do governo Sa Carneiro/Freitas do Amaral posto em prática através da demagogia e do desvio abusivo de fundos públicos para objectivos eleitoralistas ruiu pela base em 7 de Dezembro.

O plano subversivo da AD foi estrondosamente derrotado em 7 de Dezembro e o seu principal estratega foi precisamente Sa Carneiro.

Os diversos candidatos à herança política do «chefe carismático» da AD querem dar vida e força a um mito para com ele dar continuidade nas novas condições ao plano subversivo de Sa Carneiro/Freitas do Amaral que sofreu a retumbante reprobção do Povo português nas eleições presidenciais de Dezembro.

Isto ajudará a compreender nas suas justas dimensões o significado das tricas internas do PSD, do CDS e da AD no seu conjunto e a natureza dos interesses que se agitam por detrás dos mitos e das realidades da direita governante.

OS acontecimentos internos do último fim-de-semana no PSD são uma clara, saliente, manifestação de aguda crise e de falência política.

Não se compreende porquê, em condições excepcionalmente favoráveis para uma viragem democrática de Governo e de política, o PS vem de novo estender uma tábua salvadora à barca arrombada da AD.

Mário Soares continua a não aprender nada com os acontecimentos e com a realidade política.

Tira das eleições francesas conclusões de cabeça para baixo. Exactamente o Presidente eleito da França, Mitterrand, e o PSF a quem os votos comunistas garantiu a eleição do mês passado, encaram com realismo e espírito de abertura uma política de entendimento entre socialistas e comunistas.

Mário Soares tira das eleições da Nazaré conclusões erróneas que nada têm a ver com a realidade.

A expressão política da eleição intercalar daquele conselho piscatório do litoral-este não autoriza Mário Soares nem os socialistas a insistirem na alternativa PS como única para a política e a maioria parlamentar da direita... para 1984.

A eleição foi uma significativa derrota da reacção mas na perda absoluta de votos enquanto a AD perdeu mais de mil votos e o PS mais de 700 as perdas da APU em números absolutos foi de pouco mais de 400.

Os acontecimentos do fim-de-semana, as eleições da Nazaré, a convocação da grande manifestação unitária do dia 27 em Lisboa são factores que reforçam esta convicção avançada pelo CC do PCP:

Amadurecem as condições para uma viragem democrática na política nacional.

Nota — O Editorial da edição do «Avante!» da semana passada continha algumas graves grialhas que passamos a corrigir, e de que pedimos desculpa aos nossos leitores.

Assim, nos números entre parêntesis que figuram na segunda coluna, relativos à equivalência em moeda portuguesa dos milhões de dólares citados, onde se lê 16 milhões de contos deve ler-se 48 milhões de contos; onde se lê 20 milhões de contos deve ler-se 60,024 milhões de contos; onde se lê 24 milhões de contos deve ler-se 72 milhões de contos; onde se lê 34 milhões de contos deve ler-se 102 milhões de contos.

Ainda na segunda coluna, onde se diz prever-se agora que o déficit da Balança Comercial venha a atingir 156 milhões de contos, deve entender-se que este déficit se refere ao Orçamento Geral do Estado, e não à Balança Comercial.

Finalmente, na terceira coluna, onde se lê 18 milhões de desempregados, deve ler-se 8 milhões de desempregados, 7,5 por cento da população activa.

60.º aniversário do PCP

A propósito do 60.º aniversário do PCP, o CC do Partido de Vanguarda Socialista da Argélia enviou ao CC do PCP a seguinte saudação:

«Queridos camaradas
É com grande alegria que o nosso partido, o Partido de Vanguarda Socialista da Argélia, vos envia, em nome dos comunistas argelinos e dos trabalhadores conscientes do nosso país, calorosas saudações por ocasião do 60.º aniversário do vosso Partido, do partido da classe operária, do proletariado agrícola e das massas trabalhadoras do vosso País.

Durante dezenas de anos o Partido Comunista Português, nas mais difíceis condições de clandestinidade, travou uma luta heróica contra a ditadura fascista e colonialista em Portugal. Imensos foram os sacrifícios sofridos pelos quadros e militantes do vosso Partido, pelos operários, camponeses e intelectuais do vosso País. Homenagem eterna a todos os camaradas que caíram no combate pela liberdade, a democracia e o socialismo.

O vosso Partido escreveu páginas gloriosas da História do vosso País, da História do movimento revolucionário

mundial. O vosso combate é motivo de admiração para todas as forças que no mundo lutam contra o imperialismo, pela liberdade e o progresso social.

O vosso Partido foi um dos principais obreiros da vitória alcançada em 1974 contra o fascismo. Este sucesso foi uma contribuição muito importante nas lutas de todas as forças revolucionárias do mundo, particularmente nas antigas colónias portuguesas de África, que o vosso Partido firmemente apoiou na luta pela independência nacional.

Gracias à acção das massas operárias e camponesas

impulsionadas e conduzidas pelo Partido Comunista Português, importantes conquistas foram obtidas no plano da democracia e do progresso social. O PCP continua hoje na vanguarda da luta da classe operária e de largas forças democráticas pela defesa das conquistas progressistas, face aos «complots» e manobras da reacção fortemente apoiada pelo imperialismo mundial.

O vosso Partido tem um alto apreço pela firme fidelidade do vosso partido-irmão, o PCP, aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Saneamento político de um gestor dos Estaleiros de Viana do Castelo

Carlos Dinis Pimpão, engenheiro e membro do conselho de gerência dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, foi saneado. O prejuízo não será tanto dele, pessoalmente, como da empresa e dos trabalhadores, que afirmam num comunicado que era o único dos gestores a quem foi «cometida toda a responsabilidade pelo bom funcionamento laboral da empresa». Trata-se obviamente de um saneamento político.

O conselho de trabalhadores da empresa escreveu ao ministro da Indústria e Energia, eng. Baião Horta, manifestando a «sua enorme surpresa» por semelhante medida que nada faria prever. A exoneração do

eng. Carlos Dinis Pimpão, afirma o Conselho nessa carta, é uma «decisão repentina, antidemocrática e altamente lesiva dos interesses da Empresa Pública, Estaleiros Navais de Viana do Castelo». O Conselho considera que essa «decisão é estimuladora de tensões de vária ordem, que poderão pôr em perigo o clima de paz social laboral de que a empresa necessita para dar cumprimento aos programas de trabalho e levar por diante a recuperação económica e financeira que se impõe».

O membro do conselho de gerência agora saneado pelo ministro Baião Horta do Governo AD/Balsemão era o responsável pelo pelouro do pessoal e pela direcção de

produção. A sua capacidade profissional nunca foi posta em causa.

Na carta para o ministro, o Conselho de trabalhadores afirma ainda que a exoneração — leia-se saneamento — de «um técnico de reconhecida competência e rara dedicação profissional, por motivos alheios às suas qualidades de trabalho, concorre também para comprometer largamente aos olhos dos trabalhadores da empresa a imagem, o prestígio e a capacidade de decisão dos restantes membros do conselho de gerência».

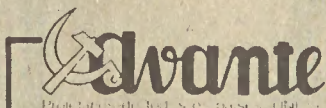
A alegada exoneração, acrescenta o conselho, só contribuirá para «criar no espírito de todos o sentimento» de que aqueles

gestores «só se mantêm à frente dos destinos da empresa mercê da confiança pessoal e política que inspiram a V. Exa.» (V. Exa. é naturalmente o ministro Baião Horta destinatário da carta dos trabalhadores que, «em nome da democracia e da justiça que merecem os profissionais dignos», solicitam ao mesmo ministro que «reconsidere»).

Até agora o ministro, isto é o Governo, não reconsiderou.

De momento, a comissão intersindical e a comissão de trabalhadores em reunião recente limitaram-se a considerar que «ao serem tomadas medidas perturbadoras do bom clima de trabalho desta empresa (os Estaleiros) o ministro da Indústria e Energia e o Ministério a que preside passarão a assumir toda a responsabilidade pelos problemas laborais que eventualmente venham a surgir e pelos reflexos negativos que os mesmos venham a ter na recuperação económico-financeira para a qual a empresa está encaminhada».

solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS.



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769725/769722.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º — 1000 Lisboa Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V — 1000 Lisboa Tel. 768705. «Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal»



Joseph North

A guerra civil de Espanha, o encontro com Charlie Chaplin, a visita ao recém-libertado campo de concentração de Dachau, o retrato de Hemingway, a vida em Cuba antes da revolução.

Memórias de um jornalista americano

Quasi duas décadas de experiências de um jornalista norte-americano que num livro de memórias descreve e faz reviver factos, acontecimentos e figuras de um período decisivo da história do mundo.

edições **Avante!**

CDL a distribuição

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Vinda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 16, Pedrúlia — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa Tel. 77636/77637.

Amadora: Tel. 800044. Almada: 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 800044.

Composto e impresso na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Maio: 60575

Nacional

3ª reunião plenária da Direcção da Organização Regional do Porto

Decorreu recentemente a terceira reunião plenária de 1981 da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP. Foi realizado um intenso debate sobre a situação política nacional e regional e sustentada a urgência de se pôr termo à política da "AD" e se constituir um governo democrático com uma política democrática; foi feito um balanço às grandes movimentações de massas dos últimos 6 meses — 6 meses de intensa luta contra o governo "AD"/Balsemão —, à amplitude de camadas e sectores intervenientes e às formas de luta utilizadas; foram apontadas as grandes linhas do desenvolvimento da luta e salientada a importância do papel dos comunistas e a importância do desenvolvimento e fortalecimento da unidade democrática. Na reunião foram também analisados vários aspectos ligados à vida do Partido, nomeadamente o andamento da campanha de reforço da organização e as várias iniciativas do Partido em preparação.

No primeiro capítulo do documento aprovado ("Por termo à política antipopular, antidemocrática e antinacional do PPD e do CDS"), depois de sublinhar que "a aliança reaccionária não só não resolveu um único dos grandes problemas nacionais como os agravou a todos", a DORP do PCP, detendo-se na situação do distrito, denuncia:

"Entrando completamente os conselhos de gestão da banca nacionalizada a homens de mão dos antigos grupos monopolistas, à mistura com gente corrupta e sem escrúpulos, o PPD e o CDS continuaram por debaixo de bens públicos ao desbarato a agentes da grande capital, conjuntamente com a concessão de isenções, perdões de dívidas e outras facilidades e benefícios bancários (é o caso, entre outras, no distrito do Porto, das empresas Valfar, Algot, Nórdica, Ematêxtil, Oriental, Monte dos Burgos). E através de "facilidades" concedidas através da Banca que os Mellos (ex-CUF) começam a restabelecer os seus interesses monopolistas (Grupo Mondego, Uniteca, Cifa, Estofex e agora a Sampaio Ferreira, de Riba d'Áve).

"Mas a "AD" não fica por aqui. Autorizando o grande capital a tomar "sociedades de investimento" isentando-as de impostos e concedendo-lhes outros grossos benefícios, os partidos da direita abrem inconstitucionalmente aos grandes capitalistas o desenvolvimento de actividades da esfera bancária."

Acrecenta a DORP: "A recente e escandalosa decisão de alienação das participações do Estado em várias importantes empresas da região do Porto por parte do BPA, é um novo passo na transferência descarada de valores bens públicos para as mãos do grande capital a que o PPD e o CDS vêm propugnando."

É o caso da Companhia Nacional de Borracha — CNB (650 mil contos de capital, 93 % do Estado), Edifícios Novagaia (42,8 % capital do Estado), Oliveira e Ferreirinha (31 % capital do Estado) Vilatêxtil (30 % capital do Estado).

Importantes vitórias foram alcançadas

"Seis meses de luta contra o Governo AD/Balsemão!" — assim se intitula o segundo ponto do documento aprovado na reunião plenária da DORP, que aponta no início:

"Ao longo destes seis meses, o Governo da "AD" aliado ao grande patronato aumentou brutalmente os preços, procurou impor o tecto salarial, colocou o aparelho de Estado ao serviço dos patrões dando-lhes cobertura para nas empresas atentar contra os direitos e liberdades democráticas e sindicais, boicotar as negociações com os trabalhadores, intensificar a repressão e os despedimentos."

"A esta situação e a esta política responderam os trabalhadores e a classe operária do distrito do Porto com uma poderosa e intensa luta, levando-se na salvaguarda das suas condições de vida, enfrentando o congelamento dos salários, o desemprego, os despedimentos, a repressão, o arbitrio e a exploração."

No balanço da DORP salienta-se a dada altura:

"Num espírito de ampla unidade lutaram os trabalhadores do sector eléctrico da Marconi, da Soares da Costa, William Graham, Torgás, MDF, Santos e Barreto, Prelmo, MIT, da Algot, Corfams, SERL, da Molimi, Corte Inglês, Pão de Açúcar, Leonessa, Tentativa, STCP, RN, da Electro Cerâmica, da Indústria e Comércio Farmacêutico, das Madeiras, dos CTT, da Pombreiro, da Nutripol, Jotocar, Sundiete, FAMO, FACAR, Mindelo, da Valfar. As lutas da classe operária juntaram-se ainda a dos trabalhadores da Função Pública, da Administração Local e Regional, dos Paramédicos, dos Professores. Em muitas empresas, quadros técnicos e intelectuais lutaram lado a lado com os trabalhadores, demonstrando que a política da "AD" não põe em causa só as condições de vida da classe operária."

"**Importantes vitórias foram alcançadas. Romperam o tecto salarial** os trabalhadores dos STCP (26 % de aumento), da Rodoviária Nacional (26 %) dos Transportes privados (21 %) da Quimigal (25 %), da Portucel, dos Químicos (vassouraria, botões, óptica — 34 %) — das Moagens (café, trigo e massas alimentícias), os trabalhadores da Triunfo (26 %), da Carvalho e Irmãos, da Construção Civil (25 %), das conservas (25 %) das Lousas de Valongo (20 %). **Mantiveram regalias e direitos** ameaçados os trabalhadores da Portucel, os Químicos (botões), da Gentilema, da Nacitex, da EDP, da EFACEC. Foi evitado o despedimento de 1 elemento da Comissão de Trabalhadores na Tentativa. Impuseram a passagem a efectivos de contratados a prazo a trabalhadores da Electro-Cerâmica."

"**Entretanto neste preciso momento novas lutas se desenvolvem. Novas vitórias são possíveis** para os trabalhadores em luta na Petrolgal, no sector têxtil, nos metalúrgicos, nos gráficos, na Soares da Costa, na Companhia Portuguesa do Cobre, na UTIC, na CIFA, na EFI, na Leão, na Mondego, na Cerâmica de Valadares, na Nacitex, na Feruni, na Alumina, na Equimetal, na FOC, na Handy, na Efanor e na Sitenor, entre outros."

Os objectivos de luta definidos pela DORP

No penúltimo capítulo do documento, a DORP assinala os objectivos concretos nas diversas frentes de acção e luta, designadamente:

- **Intensificar a luta popular** contra o aumento do custo de vida, em particular contra o aumento dos preços dos bens essenciais, dos serviços de saúde, ensino e habitação.
- **Desenvolver a luta dos trabalhadores** contra a repressão, o arbitrio e as ilegalidades do patronato, contra os despedimentos e o desemprego, contra a intensificação da exploração, contra os contratos a prazo, contra o tecto salarial e por contratos colectivos e cadernos reivindicativos que no mínimo reponham o poder de compra dos trabalhadores e defendam direitos e regalias adquiridos.
- **Alargar a luta** contra o imperialismo sindical, restringir o seu campo de manobra, denunciar a acção das direcções amarelas e mostrar a sua estreita ligação

e subordinação ao patronato e ao governo. Desenvolver também o combate ao divisionismo esquerdista.

● **Prosseguir a luta dos pequenos e médios agricultores**, multiplicando as formas de posição, os protestos e acções junto dos órgãos de poder central e local, as reuniões, as concentrações e outras formas de acção de massas, contra os aumentos dos factores da produção (rações, o já anunciado novo aumento dos adubos, etc.), prosseguir a luta pela actualização dos preços do gado e do leite no produtor, pela garantia de preço e escoamento da batata e outros produtos agrícolas, desenvolver a luta pela concessão de subsídios e indemnizações pelos prejuízos causados pelas recentes geadas e pelo cumprimento integral da Lei do Arrendamento.

● **Desenvolver a acção dos pequenos e médios comerciantes e industriais** em torno das suas reclamações mais urgentes, designadamente a redução das taxas de juro, a revisão dos actuais critérios de crédito, o apoio técnico à reestruturação e modernização das empresas.

● **Prosseguir a luta** contra a discriminação, manipulação, censura e acções repressivas impostas pelo PPD e CDS nos meios de Comunicação Social, designadamente do Porto. Denunciar os propósitos de reprivatização de órgãos de informação estatizados com vista ao seu controlo directo e completo pelo grande capital. Reclamar o respeito da independência e efectivo pluralismo na informação e salvaguarda e cumprimento das leis e do regime social da informação consagrado na Constituição. Denunciar a utilização abusiva e inconstitucional da comunicação social estatizada, particularmente da RTT, em campanhas de diversão e de intoxicação da opinião pública nacional contra os países socialistas, e nomeadamente contra a União Soviética, e reclamar o fim do seu papel de instrumento propagandístico dos planos belicistas do imperialismo americano e da acção das forças contra-revolucionárias em vários países do mundo (com destaque para a Polónia).

● **Denunciar a política** do governo "AD" de total submissão às exigências da administração Reagan e dos círculos mais agressivos da NATO. Lutar contra a instalação em Portugal e o trânsito de armas nucleares e desenvolver acção no quadro mais geral da luta pela Paz e do Desarmamento. Desenvolver acções de solidariedade com os povos e países vítimas de agressões e de ameaças do imperialismo, designadamente de El Salvador e Nicarágua, e com a luta dos patriotas irlandeses.

● **Intensificar a luta** no terreno ideológico e cultural. Apolar a luta dos intelectuais pelo desenvolvimento da criação artística, da formação intelectual, desportiva e recreativa. Desenvolver a luta pela qualificação e democratização do ensino e pelo acesso das largas camadas sociais à cultura.

● **Contribuir para a dinamização** do distrito do Porto da vida cultural e artística, para o aprofundamento das suas ligações com a vida dos trabalhadores e do povo, e reclamar do Governo e das autarquias medidas de apoio à actividade cultural e em particular à salvaguarda do património cultural e artístico da região.

Dentro deste objectivo, a DORP decidiu que fosse apresentado na Assembleia da República através dos deputados do PCP pelo distrito do Porto de um Museu do Trabalho que salvaguarda o riquíssimo património existente na região, designadamente do relacionado com o desenvolvimento da industrialização em Portugal.

● **Alargar a luta** das populações contra as manobras

e a prática da "AD" visando limitar fortemente a autonomia do poder local nomeadamente através da retirada de meios às autarquias, da actividade centralizadora da Comissão Coordenadora da Região Norte, do desenvolvimento de uma política de investimentos intermunicipais sem uma efectiva participação das autarquias e das populações, etc.

● **Mantiver e alargar a luta** contra a corrupção, o comodismo, as ilegalidades e a política antipopular (de que a Câmara "AD" do Porto é o retrato mais acabado), combinando o desenvolvimento das lutas em torno dos problemas locais mais candentes com a dinamização da acção dos eleitos da APU. Dinamizar a intervenção das populações na resolução dos seus problemas participando activamente nas Comissões de Moradores, Colectividades e outras organizações populares. Acompanhar com atenção as eleições suplementares e começar a considerar localmente os preparativos para as eleições autárquicas de 1982. Defender uma verdadeira política de desenvolvimento regional e iniciar desde já a discussão e os trabalhos preparatórios do encontro sobre o desenvolvimento regional no distrito do Porto que se realizará no 1.º trimestre de 1982.

● **Avançar com acções** em defesa do sector nacionalizado, contra a desarticulação das empresas nacionalizadas, contra a escandalosa alienação das participações do Estado nas empresas (como o BPA está a fazer actualmente com as empresas Novagaia, Companhia Nacional de Borracha-CNB, Oliveira e Ferreirinha, entre outras), travando a despostrada política da "AD" de restauração do grande capital financeiro e de enfundamento aos interesses das grandes multinacionais imperialistas.

● **Intensificar e alargar** no distrito do Porto a solidariedade dos trabalhadores e dos democratas com a Reforma Agrária.

● **Aprofundar e alargar** o esclarecimento das consequências desastrosas que a eventual integração de Portugal na CEE teria para o país e para a região do Porto e desenvolver um movimento de opinião que reclame que seja definitivamente posto de lado o projecto da adesão à CEE.

Com este objectivo, a DORP promoverá no Outono um encontro com vista a examinar as consequências à escala da região do Porto que resultariam para os trabalhadores, para as actividades produtivas (industriais, agrícolas e pescas) e para o comércio da eventual integração na CEE.

● **Combater a gravosa política** de saúde do governo "AD", em particular, desenvolver um vasto movimento de opinião que impeça a destruição da lei do Serviço Nacional de Saúde.

● **Desenvolver** persistentemente um constante trabalho com vista à aproximação, ao entendimento, à acção comum dos democratas, condição essencial para uma viragem democrática no nosso País.

Em particular combater vigorosamente a tentativa das forças da direita de alterar inconstitucionalmente a Constituição (uma das linhas fundamentais do plano da "AD" de liquidação do regime democrático) e empenhar todos os esforços num intenso trabalho de esclarecimento e de troca de opiniões para uma ampla mobilização da população do distrito e para um entendimento entre os democratas capaz de salvaguardar na Constituição, as conquistas de Abril e de impedir as forças reaccionárias de concretizarem o seu plano subversivo.

● **Desenvolver a acção** das mulheres contra o aumento insuportável do custo de vida, em defesa dos seus direitos e empenhar desde já esforços no debate aberto pelo Comité

Central acerca dos problemas, organização e acção das mulheres a culminar com a realização, no 1.º semestre de 1982, de uma Conferência Nacional do Partido.

● **Alargar a luta** da juventude contra o desemprego, os contratos a prazo, a repressão patronal e os baixos salários, pelo fim do 12.º ano, do *numerus clausus* no acesso à Universidade e por uma verdadeira autonomia universitária, contra a alta selectividade do ensino, que encobrem uma selecção de classe, por uma política que defenda os interesses e direitos da juventude, pela dinamização e desenvolvimento de actividades culturais, desportivas e cívicas por parte das organizações juvenis, reivindicando os apoios necessários junto do poder central e local, pela dinamização do movimento de defesa da natureza, pelo desenvolvimento no seio da juventude de uma corrente de opinião contra a instalação de armas nucleares em Portugal.

O Partido

No último ponto do documento, a DORP, ao salientar aspectos relacionados com a campanha de reforço da organização, sublinha:

"Foram dados alguns importantes passos no plano do contacto com militantes que se encontravam desorganizados e na entrega de cartões em atraso. Aumentou a distribuição da imprensa do Partido. Recomeçaram os cursos de quadros regionais. O recrutamento para o Partido mantém-se num nível razoável, embora insuficiente e não devidamente orientado."

"O Encontro das Comissões do PCP nos Bairros Camarários do Porto, que se realizou em 24 de Maio passado, constituiu uma importante e frutífera iniciativa. Apesar dos progressos registados no plano da estruturação da organização, a DORP considerou globalmente insuficientes os resultados alcançados, chamando em particular a atenção para os atrasos na formação ou aperfeiçoamento das células de empresa e apontando a necessidade de em todos os sectores serem consideradas medidas de reforço desta direcção de trabalho."

A terminar, por ler-se:

"Sobre os fundos, a DORP considerou muito positivos os resultados registados em todos os sectores no sentido do aumento das receitas e do reforço dum política de contenção das despesas. Apesar dos progressos subsistem ainda problemas que se ligam sobretudo com o equilíbrio económico de todos os sectores e o pagamento de despesas eleitorais do ano anterior."

"A DORP sublinhou a necessidade de prosseguir o grande esforço de todas as organizações na recolha de fundos e nomeadamente da campanha para o pagamento das quotas em dia e para a elevação das quotas e decidiu, entre outras medidas, apelar aos militantes do Partido no sentido de pagarem as quotizações dos meses de Verão antes da partida para férias."

"Finalmente a DORP deu um balanço às festas e outras iniciativas previstas no distrito do Porto para os próximos meses, que ultrapassam o número de 25, tendo sido considerado das medidas que garantam no plano técnico, artístico e político o seu bom êxito."

"Consideraram-se igualmente medidas quanto à participação da Organização regional do Porto na Festa da Alegria (em 17, 18 e 19 de Julho em Braga) e na Festa do "Avante!" que terá lugar em 4, 5 e 6 de Setembro no Alto da Ajuda, em Lisboa."

"Reforçar o Partido é uma condição essencial e decisiva para a defesa, consolidação e prosseguimento do Portugal de Abril."

Congresso das Comunidades — «uma autêntica farsa»

Os pormenores são conhecidos da Imprensa diária. Chegou a haver uma tentativa de agressão, foi depois notória a presença de um elemento apontado como «burlão» e aconteceram outras peripécias, incluindo a provocação montada para a sessão de abertura, que não resultou. Era o Congresso das Comunidades, ou antes aquilo que o Governo designa assim e que a CGTP-IN considera uma «autêntica farsa».

Nun comunicado-síntese de como decorreram os trabalhos do Congresso, se assim se pode chamar a semelhante iniciativa e à sua preparação, a Central prova que «o Governo e as forças que o apoiam não hesitaram em descer ao ponto de procurar usar os emigrantes com o fim de arranjar apoios para os seus desígnios, organizando esta autêntica farsa, que custou milhares de contos ao povo português, para fazer campanha da sua política que é contrária aos interesses dos trabalhadores portugueses dentro

e fora do País e às liberdades conquistadas na gloriosa data do 25 de Abril».

Como é do conhecimento público a CGTP-IN cedo abandonou a preparação do Congresso. A forma como este decorreu — sublinha o comunicado — provou que essa atitude acompanhada da «denúncia pública das irregularidades e aproveitamento político-partidário pela AD» tinha razão de ser «e era a que mais se ajustava à defesa dos reais interesses dos trabalhadores emigrados».

Depois de referir o impedimento pela direita da realização do Congresso em 1980, a CGTP-IN, através do comunicado do seu Departamento de Informação, recorda o facto como fazendo parte da «guerrilha institucional» e acusa o Governo AD/Balsemão de pretender com o Congresso arranjar mais uns deputados e continuar a dispor das remessas dos emigrantes para lhes dar o destino que melhor entender.

«É chocante e provoca a

nossa mais veemente repulsa que este Governo faça um jogo tão sujo com aqueles por quem deveria ter a máxima consideração e respeito como portugueses que são, condenados a viverem fora da sua terra, em consequência da política de repressão e miséria levada a cabo afinal pelos mesmos que agora apoiam o Governo e os seus propósitos», acrescenta a CGTP-IN. Chamando a atenção para a composição da Comissão Organizadora, presidida por um elemento ligado à candidatura do general Soares Carneiro, a Central, depois de recordar os números que provam a sua representatividade como «organização sindical unitária, independente, democrática, de classe e de massas», realinha que de forma nenhuma poderia «participar, pactuar, avaliar ou dar cobertura a uma organização deste cariz» (o Congresso das Comunidades) que está devidamente desmascarada e não atingiu os objectivos que os seus promotores ambicionavam.

Um colaborador da PIDE à frente do «Primeiro de Janeiro»

Quem é Pedro Feitor Pinto? Em nota divulgada na passada terça-feira, a DORP do PCP lembra que se trata de «uma sinistra personagem que desempenhou importantes cargos no aparelho de censura e de manipulação da informação do regime fascista e que se notabilizou também pela estreita colaboração que prestou à PIDE-DGS».

Nomeado agora director do distrito português «O Primeiro de Janeiro», a DORP sublinha a gravidade de tal facto, «que não pode deixar de merecer a mais viva denúncia e protesto por parte de todos os democratas e antifascistas». Tanto mais que — como mais uma vez o demonstram esta nota da DORP — se trata do desdobramento prosseguimento de uma política que visa o total controlo da informação pelo governo da «AD» e nomeadamente pelo CDS.

«A nomeação de um dos principais responsáveis pela área da propaganda do regime fascista e de um activo colaborador da PIDE-DGS para director de um órgão de informação pretendente ao CDS, é motivo para uma redobrada atenção e vigilância dos democratas portugueses em relação aos verdadeiros objectivos anti-democráticos e totalitários deste partido da "AD"».

O jornal "O Primeiro de Janeiro" foi comprado pelo CDS com fundos que recebeu da extrema-direita e de círculos nazis da República Federal da Alemanha, numa linha de financiamento ilegal da actividade de um partido político português que começou pelo menos em 1976 e que, por exemplo, só na primeira quinzena de Janeiro de 1980 se cifrou no recebimento de 1 milhão e 502 mil marcos (cerca de 43 mil contos).

"O Primeiro de Janeiro" constitui um acabado exemplo das consequências do domínio da imprensa pelo grande capital e pelas forças políticas ao seu serviço. Velho órgão de informação do Porto, foi transformado num puro e simples instrumento de desinformação e de manipulação da opinião pública ao serviço dos círculos mais reaccionários do grande capital nacional e estrangeiro que o financiam e o dirigem.

Não pode deixar de suscitar o mais vivo protesto a presença do governador civil do Porto no acto de empossamento do sr. Feitor Pinto na direcção do "Primeiro de Janeiro". À luz da actual situação anti-democrática e fascizante do sr. Rocha Pinto como governador civil do Porto a sua presença certamente não surpreende. Mas como represen-

tante no distrito de um governo que deve respeito ao regime democrático instaurado no 25 de Abril, à Constituição e às leis democráticas, não pode passar sem forte condenação o seu procedimento.

A situação em que se encontram os grandes meios de comunicação social no Porto continua a constituir motivo de grande preocupação para todos os democratas. Continuam a verificar-se sérias preocupações do ponto de vista da objectividade, do pluralismo, do direito à informação e dos direitos dos jornalistas consignados na lei e em particular na Constituição.

Acenta-se o controlo e manipulação da informação por parte do governo da "AD". E dentro da "AD", é o CDS que se apossou da parte de leão e que desenvolve um plano com vista ao controlo total dos órgãos de informação do Porto.

Constitui dever de todos os democratas — afirma, a terminar, a nota da DORP —, independentemente das suas opções partidárias, oporem-se a esta política antidemocrática e desenvolver um largo movimento de opinião que obrigue a "AD" e o seu governo ao respeito rigoroso pelo direito à informação e pelas leis democráticas relativas à comunicação social».

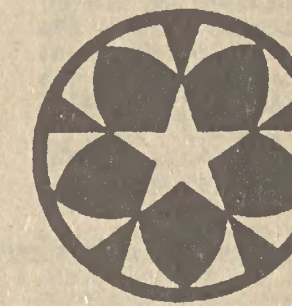
Sessão da «Portugal-URSS» no Teatro Aberto

Na próxima segunda-feira, dia 22, às 21 e 30, a Associação Portugal-URSS promove no Teatro Aberto, em Lisboa, uma sessão evocativa do 40.º aniversário da invasão da União Soviética pelas tropas nazis.

Haverá intervenções do dr. Borges Coelho, professor

do Curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa, e de Oleg Inaghiiev, escritor e jornalista soviético.

Serão exibidos vários documentários, entre os quais «A Libertação da Bielorrússia», estando igualmente prevista uma exposição fotográfica.



Mulheres de Évora: Uma luta do passado continuada no presente

Perto de duas mil mulheres participaram na semana passada no Encontro Unitário de Mulheres do distrito de Évora, realizado no Rossio de S. Brás, no qual estiveram em foco — para além, como é óbvio, da Reforma Agrária — o aumento dos preços e a carestia da vida, a defesa da democracia e do 25 de Abril, o papel da mulher na produção e o seu lugar na vida política e social.

Quem conheça minimamente a vida social no Alentejo sabe do importante papel nela desempenhado pelas mulheres, quer no plano económico — nomeadamente ao nível da produção — quer em outros planos, inclusive a nível político. Daí o especial significado deste Encontro.

Recorde-se que a firmeza e a determinação das mulheres alentejanas, realidade bem visível a seguir ao 25 de Abril, não surgiram com a conquista da liberdade pelo nosso povo. Mergulham as suas raízes no passado. Não foi por isso por acaso que no decorrer do Encontro diversas participantes evocaram essas lutas do passado — às quais o nome de Catarina Eufémia está indelevelmente ligado —, tanto mais que, em muitos aspectos, há sinais dos tempos de antigamente impostos no presente pela ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária.

Precisamente os ataques contra a Reforma Agrária, a luta que se trava neste campo, com

a notável e decisiva participação das mulheres, o espírito de resistência e os êxitos já alcançados na defesa desta conquista de Abril, constituíram o tema dominante do Encontro, na sequência, aliás, dos debates e conclusões da recente IV Conferência, largamente referenciada nas últimas edições do «Avante!».

Alvo especial das críticas foi, naturalmente, a política dos governos da «AD», cujos resultados, conforme foi sublinhado no Encontro, se traduzem no constante agravamento do custo de vida e no aprofundamento da crise económica, situação esta que não é indissociável dos ataques com a mesma origem ao próprio

regime democrático. Do Encontro, as trabalhadoras do distrito de Évora, as democratas e progressistas presentes e as muitas outras que elas representavam, saíram mais fortes na sua convocação de que há que lutar e de que vale a pena lutar. Uma luta em que não há lugar para preconceitos nem discriminações entre homens e mulheres, pois os problemas são comuns e a própria experiência ensina que a vitória ou derrota de uns é sempre a vitória ou a derrota dos outros. Como disse uma oradora: «Só todos juntos, a lutarmos ombro a ombro, conseguiremos uma vida melhor e mais justa, sem opressão nem exploração».

Homenagem ao pintor José Ferreira Lobo

• Uma oferta anónima à Juventude Comunista Portuguesa

Como homenagem à memória do intelectual José Isidoro Ferreira Lobo, pintor e professor, falecido em 1938, têm sido feitas nos últimos anos, por um antifascista anónimo, doações para apoio a diversas estruturas juvenis. Na Redacção do «Avante!» foi recebido com destino à Juventude Comunista Portuguesa, no passado dia 5 de Junho, um envelope contendo a quantia de 10 000\$00, a foto e o texto que em seguida transcrevemos:

Assim, como nos refere o democrata anónimo «em Junho de 1965 e em Abril de 1968 foi entregue na Escola Industrial Fonseca Benevides uma bolsa escolar para auxiliar alunos mais necessitados. Em Abril de 1970 fez-se uma doação ao Centro Escolar Republicano Elias Garcia com o mesmo objectivo. Agora será entregue à Juventude Comunista Portuguesa a quantia de dez mil escudos, oferta que como as anteriores visa dois fins:

1.º — «Homenagear a memória do cidadão que durante mais de vinte anos dedicou o melhor da sua actividade à instrução dos traba-

lhadores, que sempre foi devotado defensor da educação popular e da divulgação da cultura entre os que dela mais carecem e mais dificuldades têm em a alcançar.

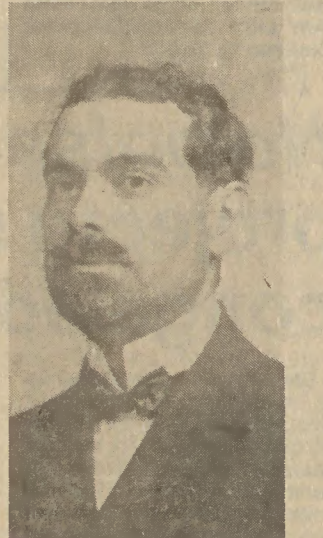
2.º — «Como desde o 25 de Abril a situação política se clarificou a ponto de se perceber que a luta pela democracia no nosso País e a felicidade do Povo, a ponto de podermos distinguir os que servem a Pátria dos que dela se servem», adquiro pleno sentido ajudar os jovens que, de entre a gente nova, mais empenhados e conseqüentes se mostram em alcançar tais objectivos».

Quem foi José F. Lobo?

«Mais de 40 anos passaram já desde o falecimento deste homem simples, bom e tenaz; só poucos os que se recordam ainda da sua presença modesta e digna. Vem pois a propósito acrescentar algumas palavras para a sua abreviada biografia.

Em 5 de Abril de 1883 nasceu José Ferreira Lobo, em Vermelha (Cadaval) no seio de uma pobre família. Ainda criança arranhou emprego modestíssimo numa mercearia de Lisboa, podendo apenas estudar à noite. Depressa ficou habilitado a ingressar na Escola de Belas Artes, no curso nocturno, licenciando-se em pintura de retrato onde foi devidamente apreciado por mestre Colubano e galardoado com o Prémio Valmor em 1911, com o que pôde viajar pela Europa Ocidental.

De regresso, concorreu



ao magistério técnico em Lisboa, tendo sido nomeado professor de desenho e tomado posse em Abril de 1912 na Escola Industrial e Comercial Dr. Bernardino Machado, na Figueira da Foz, onde veio a casar com África Huertas Bazan em 19 de Maio de 1913.

«Em 1919 pediu e obteve a nomeação para a Escola

Industrial Fonseca Benevides em Lisboa, onde leccionou várias modalidades de desenho durante quase 19 anos.

«Como pintor, cultivou Ferreira Lobo as artes do retrato, da paisagem e da natureza-morta e está representado no Museu Municipal (Dr. António Santos Rocha) da Figueira da Foz com o retrato de Pedro Fernandes Tomaz.

«Preocupado com a preparação e as condições de existência da classe trabalhadora, interessou-se Ferreira Lobo particularmente pelas aulas da noite, as que eram frequentadas por operários, e num artigo que dedicou ao ensino técnico, começava com a frase: — "Operários à Escola!", que só por si sintetiza um programa e uma aspiração.

«Só por esta maneira é possível evocar a saudosa figura de alguém que na sua breve existência (pois desappareceu em Março de 1938) se norteou sempre pelos seus princípios da justiça e da dignidade, que foi um bom professor, um bom cidadão e um bom pai».

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições Avante!

Assembleia da República

Cuidados primários de saúde A «AD» com medo que lhe estraguem o negócio

Com as bancadas muito ralas, a sessão de segunda-feira seria dedicada principalmente a um tema. Um tema quente em dia de calor: tratava-se de discutir e votar um projecto de lei do Partido Comunista Português sobre cuidados primários de saúde. Para não deixar o leitor em suspenso: o projecto foi rejeitado; a AD votou contra e isso bastaria; toda a oposição, menos a ASDI, votou a favor do projecto comunista. O debate seria entretanto, muito interessante.

Comearia o deputado do PCP Vidigal Amaro por definir os traços gerais do diploma, apresentando-o à Assembleia. E iria começar por cinco questões fulcrais que o projecto poderia suscitar:

Que cuidados primários devem ser assegurados aos portugueses? Como garantir a sua prestação? Onde? A quem deve ser cometida a responsabilidade de os prestar? No quadro de que política global de saúde?

Que resposta dão às cinco questões suscitadas pelo PCP? — perguntaria Vidigal Amaro, recordando aos deputados da 'AD' a interpelação que os comunistas tinham dirigido ao Governo há um mês, recordando também que da acção governamental decorreu a revogação do diploma que criava os Centros Comunitários de Saúde, peça base da rede de cuidados primários, tudo no quadro de uma acção destruidora da legislação que regulamentou a Lei do SNS.

Cinco questões entretanto sem resposta, por parte da AD que não teve coragem de vir ao terreno parlamentar defender frontalmente as suas ideias, escudando-se com as habituais acusações aos comunistas e ao PCP.

O ano 2000 e os caminhos da saúde. Falar de saúde nos limites do ano 2000 implica certamente que se busque caminhos novos e se desmistifiquem velhos conceitos por alguns ainda tidos como dogmas — afirmou o deputado do PCP, clarificando a posição dos comunistas perante essas ideias velhas: que os serviços de saúde não se destinam apenas aos 'doentes', mas à população em geral; que os médicos não são o elemento fundamental dos Serviços de Saúde, mas fazem parte de uma equipa pluridisciplinar, só ela apta a detectar e a resolver os problemas de saúde da comunidade.

Vidigal Amaro daria mais ideias:

Os meios técnico-científicos muito sofisticados — disse — não são o alfa e o ómega da resolução dos problemas da saúde. Tecnologias simples e pouco dispendiosas, quando devidamente aplicadas, são altamente eficazes.

E o deputado apresentou exemplos: — uma fonte de calor, um aspirador de secreções e uma bala de oxigénio usados devidamente na reanimação de recém-nascidos bastariam para evitar anualmente milhares de mortes ou de deficientes.

Continuando a apresentação do projecto, Vidigal Amaro fazia algumas afirmações que não poderiam nem vir a ser contestadas por ninguém: que as medicinas «curativa» e «preventiva» não são duas entidades separadas; que os utentes dos serviços de saúde não podem ser relegados ao estado passivo de meros observadores e devem participar activamente na programação, na execução e na própria avaliação dos serviços de saúde.

O Centro Comunitário

Mas falar de cuidados primários — continuaria, mais adiante Vidigal Amaro — é falar da sua unidade básica, o Centro Comunitário de Saúde, unidade onde uma equipa pluridisciplinar deve prestar esses cuidados.

E preciso criar verdadeiros centros comunitários de saúde. Criá-los ainda onde por completo não existem. Reestruturar e pôr a funcionar, segundo uma nova perspectiva os muitos e diversos serviços existentes.

Os serviços hoje prestados nas condições por todos conhecidas, pelos Serviços Médico-Sociais, Casas do Povo, SLAT, Dispensários de Higiene Mental, Delegações e Subdelegações de Saúde, Hospitais Concelhos e outros devem ser integrados numa única unidade de saúde — o Centro Comunitário de Saúde. Assim se evitará uma larga dispersão de meios humanos e materiais.

Depois de afirmar que no Centro proposto a população da área deverá encontrar todo um tipo de cuidados que lhe serão prestados de forma adequada e contínua, não devendo ser o utente olhado como um número, mas sim como um membro de uma família inserida numa comunidade, Vidigal Amaro

indicaria o conjunto a abranger pelo CCS: a educação para a saúde, a vacinação, o saneamento básico, a visita domiciliária, a saúde infantil, a saúde materna, o planeamento familiar, a saúde escolar, os cuidados médicos de base e triagem, a saúde mental, a higiene dentária, a profilaxia da cegueira, constituem parte desse conjunto. Da outra fazem parte os serviços de internamento com as suas unidades de electrocardiografia, Ralos X, laboratório de análises, resultantes da integração dos Hospitais Concelhos e que de acordo com o projecto do PCP devem assegurar um serviço de urgência de 24 horas diárias.

A participação da população

Uma ligação íntima entre a prestação de cuidados primários de saúde e a vida da comunidade local foi salientada pelo deputado que apresentou o projecto comunista. Tal ligação, conforme afirmou, só pode conseguir-se através de uma participação efectiva da população, quer directamente, quer através dos seus representantes nos órgãos dos centros de saúde.

Poderia parecer a quem assistisse ao debate, que era aqui que a porca torcia o rabo, como costuma dizer-se. Foi com o argumento de que o PCP procurava «manipular» os representantes da população e o seu peso nas orientações dos Centros de Saúde, que pelo menos o CDS, recusou aprovar o diploma proposto pelos comunistas.

Oliveira Dias, do CDS, começaria por afirmar que estava de acordo com tudo. Com os cuidados primários; com a sua importância; com tudo menos com «os métodos de aplicação». E, à laia de diversão perguntou se os comunistas sabiam o que o Governo queria com um famigerado pedido de autorização legislativa para produzir um diploma sobre saúde. Vidigal Amaro iria responder que tal pedido tem servido ao Governo e à 'AD' para esconder um debate premente, desde há ano e meio...

Jaime Ramos, do PSD, foi ainda mais patético: que a maioria defende os cuidados primários; que concordava na generalidade mas não com muito do articulado; que não podiam aprovar um projecto que ia constituir um 'espartilho' à acção do Governo...

As maiores objecções, confessaram os partidos 'AD', incidiam afinal na com-

posição e funcionamento dos Conselhos de Saúde, isto é, na participação dos representantes da população. Metia-lhes medo, como sempre. E como sempre descobriam a desculpa: tratava-se de burocracia e de manipulação comunista...

Era uma vez um senhor muito rico

Depois de algumas intervenções das bancadas da oposição que, umas mais outras menos, aprovaram o projecto do PCP, destacando-se a que produziu António Arnaut, do PS, chamando a atenção para a 'altíssima importância' do diploma que se insere no espírito da lei do SNS, a camarada Zita Seabra, em outra intervenção do PCP, contaria uma história. Já se sabia que o projecto não ia passar.

Havia cá em Portugal um senhor muito rico, muito rico — contou Zita Seabra — que escuso de dizer o nome embora muitos dos senhores deputados devam saber de quem se trata. Este senhor muito rico tinha um médico como sucede sempre nestes casos, a originalidade não está pois aí, está na forma como ele pagava ao médico. É que esse senhor muito rico pagava ao seu médico dois mil escudos (o que na altura era muito) por

cada dia em que não estivesse doente. Se estivesse doente não pagava nada. A moral desta história (verídica) é simples. Cuidados Primários, prevenção da doença, saúde, logo menos despesas para o Estado e melhor saúde para os portugueses, e assim estão a fazer os países desde os EUA, os países nórdicos ou a URSS, etc. Outra é a política que o Governo está a cozinhar. Com uma política assente no sector privado é fácil de ver o que se passará e está já a passar. Na medicina privada convencional é evidente que quantas mais vezes formos ao médico mais pagamos, mais ganha o médico com a nossa doença, mais lucros damos às multinacionais de medicamentos, mais ganham os grandes comerciantes de análises e radiologias. O medo que essa gente tem toda quanto aos cuidados primários de saúde é o medo que lhes estraguem o negócio...

Dal o facto de a 'AD', logo que chegou ao Governo, ter cancelado medidas, renegado a legislação do Governo da Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilho sobre cuidados primários e, até hoje, mais de um ano e meio depois, nada ter feito neste campo, o que significou na prática a assilia dos centros de saúde existentes.

Lei da nacionalidade da «AD» faz parte do seu projecto eleitoralista

Todos os partidos da oposição já tinham votado contra, em Comissão, o parecer que se referia à proposta de lei do Governo sobre Nacionalidade que veio a plenário, juntamente com dois projectos sobre a mesma matéria, da autoria respectivamente da ASDI e do Partido Socialista.

Apesar de, no final, os comunistas terem votado contra a proposta do Governo, o grupo parlamentar do PCP declararia ficar disponível para, participando na discussão na especialidade, contribuir na elaboração de uma lei susceptível de não causar aos emigrantes mais sacrifícios.

Que tinha de mal a proposta de lei do Governo? Que quer dizer a alteração que propõe a 'AD' no critério de atribuição de nacionalidade portuguesa, privilegiando o «jus sanguinis» ao tradicional «jus soli»?

O deputado Lino Lima ajudaria a traduzir para a língua comum os conceitos e as expressões de cunho forense, ao mesmo tempo que desvendaria as verdadeiras razões que estão por trás da proposta governamental.

O Governo propunha que sejam declarados originariamente, além dos filhos de pai ou mãe portugueses nascidos em território português, os filhos de pai ou mãe portugueses nascidos no estrangeiro se declararem que querem ser portugueses.

Lino Lima demonstraria que a lei do Governo AD que assim procura privilegiar os laços de sangue em detrimento dos territoriais é uma parte do seu projecto eleitoralista. E lembrou o discurso do Primeiro-Ministro no Congresso das Comunidades, no qual não constava a determinação de o Governo se empenhar para garantir aos emigrantes, nos países onde trabalham, melhores condições de trabalho, de segurança social e de educação para os filhos, mas antes de tudo fazê-los participar nas eleições presidenciais e obter deles mais deputados, anunciando a criação de uma lei da nacionalidade.

Para o Governo, para a «AD», a lei da nacionalidade — que hoje aqui discutimos

Mais uma lei «AD» para a restrição das liberdades

A proposta de lei do Governo sobre alterações ao Código do Processo Penal foi alvo anteontem das críticas generalizadas da oposição, destacando-se a severidade com que Salgado Zenha, do Partido Socialista, e Odete Santos, do Partido Comunista Português trataram o diploma apresentado na Assembleia pelo mesmo ministro Meneses Pimentel que já estivera na berlinda quando do debate sobre a lei terrorista.

A camarada Odete Santos, aliás, não deixaria de estabelecer uma relação entre os dois diplomas, afirmando, logo no início da sua intervenção, que continuava, em certa medida, nessa altura, o debate encetado sobre as medidas legislativas solicitadas pelo executivo para, em nome do combate ao terrorismo, prosseguir os seus planos de restrição das liberdades, de edificação da armadura jurídica de um Estado policial.

A deputada comunista analisaria a proposta presente ao parlamento, saída de uma outra, do Governo AD anterior, acumulando velharias e «novidades». E qual é o resultado?, perguntou, respondendo a seguir:

Um grande caldeirão em que tudo meteu, mesmo disposições de direito substantivo (fazendo inveja à amálgama das ordenações afonsinas sobre Processo Penal). Nesse grande caldeirão por entre disposições que são acasteladas transparece linear e claramente a porfiada intenção governamental de ataque aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos a pretexto do combate ao terrorismo. Esta amálgama é tanto mais grave quanto, sendo inconstitucional algumas das medidas processuais propostas, o Governo hipoteca a adopção de providências necessárias e constitucionais ao destino das que o não são e com tal devem ser reprovadas.

Desmistificando a desculpa governamental que apresentava o diploma como necessário para obviar à morosidade da instrução dos processos, Odete Santos sublinharia que algumas das medidas adiantadas serviriam ao Governo de mera arma de arremesso contra órgãos de soberania para fazerem passar a consagração legal da inconstitucional confusão entre justiça e polícia.

Porque — explicou — se outros fossem os propósitos do Governo para aliviar os tribunais, desbloquear as dificuldades que padecem os juízes de instrução criminal, aperfeiçoar as actividades policiais

respeitadoras dos direitos dos cidadãos, larga cópia de medidas teria ao seu alcance. E poderia preocupar-se com a protecção dos cidadãos.

Poderia, por exemplo, vir a esta Câmara propor a instituição, de uma forma expedita de concessão de indemnização aos arguidos objecto de prisão preventiva ilegal, a fixar oficialmente pelo juiz que verifique o ilícito. Poderia debruçar-se sobre o problema de certos crimes incaucionáveis em relação aos quais a prisão preventiva se revela inconveniente.

Poderia debruçar-se sobre a obrigatoriedade de nomeação do defensor do réu sempre que haja lugar à pena de prisão, etc. Mas o objectivo do Governo e da sua maioria não é de facto esse. No cerne desta proposta não estão as disposições atrás referidas, mas outras bem diversas que bem podem resumir-se na afirmação de que o Governo deseja à viva força construir um Estado policial.

Antes de vir a esta Assembleia pedir uma lei que o consagrasse, passou pela esquadra e deu ordens para proibir o que a Constituição permite, para exceder o que esta autoriza, para inverter o que ela determina imperativamente.

Em nome destas instruções se ouviram de novo as famosas ordens de «disperar em cinco minutos». Em nome da caricata proibição de ajuntamentos de mais de 2 pessoas se prendem sindicalistas da Função Pública no exercício dos direitos sindicais consagrados na Constituição.

Pretende-se — sublinharia a deputada do PCP a terminar depois de salientar os malefícios da adopção de medidas repressivas acompanhadas da administrativização do processo criminal, passando competências dos tribunais para a entidade policial — voltar a um sistema jurídico criminal de feição autoritária.

Embora a proposta de lei contenha disposições necessárias que já assinalamos, não lhes podemos dar a nossa aprovação porque são evidentes as inconstitucionalidades. E com a violação da Constituição existe o perigo de se viem a verificar acrescidos atentados aos direitos, liberdades e garantias dos portugueses, no quadro do plano de destruição do regime democrático, criando-se um regime autocrático que o Governo pretende levar a cabo.

Não é só agora que as poupanças dos emigrantes servem para equilibrar as nossas contas externas.

Não nos venham agora dizer — sublinhou Lino Lima depois de ter citado abundantes exemplos de emigração — que foi a descolonização que provocou a emigração.

E mais adiante: Para nós, comunistas, o nosso território é e sempre será, só este historicamente fixado na Europa, onde o nosso povo forjou a sua identidade cultural e política, território que ninguém amputou e que é a doce pátria daqueles mesmos que, forçados dela, vão pelo mundo fora.

Não somos mais um povo que um território. Somos um povo e um território identificado há muitos séculos. E hoje mais livres — porque não dominamos outros povos, porque deste território não parte mais a violência e a exploração que provoca as lágrimas e as dores dos povos colonizados.

— é uma parte do seu projecto eleitoralista — afirmou —, é uma operação política na qual os emigrantes são mera carne de manipulação. O Governo serve-se dos seus anseios de portugueses para tentar fabricar, com esta lei, formadas de eleitores que lhe dariam presumivelmente o voto, facilitando-lhe a realização do objectivo de se perpetuarem no poder. Para nós, comunistas, isto não é novidade.

Mais adiante, o deputado do PCP afirmaria:

Sob o falso pretexto de que, como se diz no preâmbulo da proposta governamental, há que dar «reconhecimento jurídico... as condições condicionais próprias de um país de forte emigração onde (sobretudo após a descolonização) o elemento pessoal conta mais do que o elemento territorial», o Governo propõe-nos que sejam declarados originariamente portugueses, além dos filhos de pai ou mãe portugueses nascidos em

território português, os filhos de pai ou mãe portugueses nascidos no estrangeiro se declararem que querem ser portugueses. Ora, antes de mais desmistificar e denunciar as pretensas razões que se invocam para passar a dar prevalência aos laços de sangue na definição da nacionalidade. Diz o Governo e os seus teóricos que somos um país de forte emigração, sobretudo após a descolonização. A verdade, porém, é que sempre fomos um país de forte emigração. Há séculos que o somos. Porque as classes dirigentes portuguesas não souberam organizar os nossos recursos, uma parte importante da população teve sempre de emigrar.

Há pelo menos três séculos que nos dispersamos pelos quatro cantos do mundo à procura de melhores condições de vida e de lá enviamos para aqui os valores e as poupanças com que, ano após ano, se comprou o trigo que não semeávamos e os tecidos que não fabricávamos.

Empréstimo contraído pelo governo ameaça o país com ruptura cambial

Várias propostas de resolução e de lei apareceram na agenda de sexta-feira passada.

Aprovadas por unanimidade seis delas, tendo, a sétima merecido a abstenção do grupo parlamentar comunista. As primeiras propostas governamentais tinham o objectivo de: criar secções regionais do Tribunal de Contas na Madeira e nos Açores; aprovar para adesão à

Convenção relativa à emissão de certidões de registo de estado civil destinadas ao estrangeiro, assinada em Paris em 1956; aprovar para ratificação o Acordo entre o Governo português e o Governo da República Popular do Congo relativo ao Transporte Aéreo; aprovar para ratificação o mesmo tipo de acordo com a República Popular de Angola; outra proposta visava a aprovação para a adesão à Convenção relativa à emissão gratuita e à dispensa de legalização de certidões de registo estado civil, assinada em Luxemburgo em 1957; finalmente a última proposta que recolheu a unanimidade aprovou para adesão à Convenção relativa à verificação de certos débitos, assinada em Atenas, em 1966.

Mas a proposta de lei 26/II referia-se a caso mais premente e mais presente. Propunha que se autorizasse o Governo a celebrar com o Banco Europeu de Investimentos empréstimos e outras operações de crédito até ao montante de 150 milhões de unidades de conta europeia, integrados no quadro de ajuda financeira a Portugal aprovado pela CEE.

Dito assim, tal como estava de resto agendada, esta proposta era, pelo menos, enigmática. Por exemplo, o que é uma unidade de conta europeia, a quanto monta? Disseram-nos: equivale a cerca de 70 escudos. O que queria afinal a proposta? Apenas autorizar o Governo a contrair um empréstimo até ao montante de,

feitas as contas, dez milhões e meio de contos!

Embora não se opondo ao empréstimo, o PCP adiantou as razões da sua abstenção.

O empréstimo ora em apreço — afirmou Octávio Teixeira — para além das aceitáveis condições financeiras em que é concedido, destina-se, ao menos teoricamente, ao financiamento de projectos de investimento em áreas fortemente carenciadas, designadamente o desenvolvimento regional, a melhoria de estruturas industriais, a modernização da agricultura e das pescas e o desenvolvimento de infra-estruturas, áreas que tanto têm sido esquecidas pelos Governos da 'AD'.

Pareceria assim que o empréstimo do Banco Europeu de Investimentos reunia todas as condições para merecer o voto favorável do PCP. Mas...

Como esta 'AD' e com os seus governos há sempre alguma coisa a degenerar o que em si poderia ser positivo.

No caso em apreço a degeneração resulta, por um lado, das tentativas que o Governo vem fazendo para inculcar na opinião pública o empréstimo do BEI, bem como o subsídio que paralelamente foi concedido pela CEE, representariam um compromisso da irreversibilidade do projecto de adesão à CEE. Por outro lado, a garantia que o Governo

não dá de que os investimentos subjacentes ao empréstimo se venham realmente a concretizar com este Governo ou com qualquer outro Governo 'AD'.

Octávio Teixeira, desfez assim, à frente de toda a gente, o embulho com que o Governo queria fazer passar a sua proposta. Ouvindo com atenção, o deputado comunista não foi desmentido cabalmente nem pelo representante do Governo nem pelas bancadas da maioria.

Que fique bem claro — disse Octávio Teixeira. Para nós, grupo parlamentar do PCP, o empréstimo negociado com o BEI apenas tem incidências financeiras, em nada comprometendo o país quanto a cada vez mais longínqua e hipotética adesão de

Portugal a uma Comunidade que aceleradamente se atola no pântano de uma crise profunda de que não consegue emergir.

O empréstimo negociado com o BEI — continuou o deputado do PCP — nada mais representa que a entrada de um determinado valor em dividas. Infelizmente necessárias para financiar os enormes défices da balança de transacções correntes, provocados pela desastrosa política económica e financeira dos governos 'AD'. Uma política que novamente faz pairar sobre o país o espectro de uma ruptura cambial.

E não será o PCP que contribuirá para que tal ruptura se concretize.

Jerónimo de Sousa. Deixou passar os projectos para depois, com hipocrisia, propor o seu congelamento por cinco ou mais meses.

Só no fim do debate — sublinhou o deputado do PCP — e perante um requerimento do PS que apontava para a duração de 15 dias o prazo de discussão na especialidade e consequente votação final global, é o que o PSD e o CDS revelaram as suas intenções, propuseram 60 dias de discussão e, na iminência de perderem a votação, usaram o manobrista parlamentar, retirando-lhe o quorum de funcionamento. A «AD» não queria melhorar em nada o regime dos contratos a prazo.

Prefere continuar a servir-se, política e socialmente, do Decreto 781/76: por um lado o adiamento da discussão permitir-lhe-á continuar a responsabilizar politicamente o PS pela paternidade desta lei, por outro permite ao patronato a continuidade do arbítrio, das ilegalidades e da exploração dos trabalhadores, através da manutenção do status quo e na mira de alterar entretanto a lei dos despedimentos.

Fazendo negócios de bastidores, esperanças num qualquer pacto social com a UGT, mesmo coxo que seja, a «AD» pensou que enquanto o pau vai e vem folgam as costas.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



PARA UMA VIRAGEM DEMOCRÁTICA
Documento do C.C. de 1/81

sumário

- Por uma viragem democrática... 1
- Um estorpo continuado para contactar todos os camaradas... 3
- Divulgar muito mais a imprensa do Partido... 6
- A Reforma Agrária vive, resiste e vencerá... 9
- Novos passos seguros na campanha organizativa... 15
- Página económica — Sobre a repartição do rendimento... 18
- A luta na FDC (Maia) — Uma experiência positiva... 21
- «Irá ao encontro das pessoas, dos trabalhadores, da gente que vive no local»... 23
- Cartas do leitor... 23
- Documentos — Para uma viragem democrática na vida portuguesa — Documento aprovado na reunião do CC de 25 e 26 de Maio de 1980... 25

À venda

Trabalhadores

Ainda na CP

A questão primordial da unidade

Entre os comentários que a paralisação da CP tem suscitado — e poucos foram da parte dos porta-vozes ou papagaios do Governo, e ainda menos depois de os «responsáveis» pela gerência do paralelo terem reconhecido a derrota — há um aspecto que, pelo facto de ninguém esperar por ele, poderia ainda assim ter surgido, mesmo escondido mas detectável, quando se pretende elevar o divisionismo à categoria «idealista» de «democracia sindical» única e inabalável. Esse aspecto (e mais uma vez o rei vai nu) é a questão primordial da unidade. Desta vez, a derrota do paralelo e o envolvimento directo de uma facção do Governo na condução das operações de ingerência partidária é mais que exemplar. Os sindicatos paralelos (base gonelhistas da UGT) adquirem a verdadeira dimensão para a qual foram criados. Daí a posição esclarecedora da direcção dos Sindicatos Ferroviários ao reafirmar vigorosamente que não permitirá que todo este conflito (a paragem provocada pelo paralelo) interfira em nada no processo negocial em que está empenhada. Durante esse processo — acrescenta a Federação — tudo fará para rapidamente alcançar a satisfação das reivindicações apresentadas ao conselho de gerência e que irão abranger todos os trabalhadores ferroviários.

Todos os trabalhadores ferroviários, incluindo os maquinistas — vale a pena repeti-lo numa altura em que mais uma vez se pretendeu com uma «greve»

forjada lançar trabalhadores contra trabalhadores e iludir interesses comuns para benefício (partidário, pelo menos) de meia dúzia de senhores.

Perante o conflito que acaba de terminar nem é preciso falar da unidade para perceber a necessidade prática do seu reforço.

«Temos a certeza — acrescenta a Federação — de que a maioria dos maquinistas, trabalhadores que têm uma profissão de rara responsabilidade e com uma dureza fora do vulgar, saberão reflectir sobre tudo o que se passou para tirarem as ilações necessárias».

A Federação, que representa com legitimidade democrática a esmagadora maioria dos trabalhadores da CP, põe em relevo a «certeza de que os maquinistas não se deixarão voltar a envolver em processos de luta cujo controlo lhes escape».

Aquela organização intermédia da CGTP-IN, que une todos os Sindicatos ferroviários do País, manifesta a convicção de que a maioria dos maquinistas «entregando assim os trabalhadores que tinham acreditado na boa intenção do seu aventurismo irresponsável a uma derrota de consequências desastrosas».

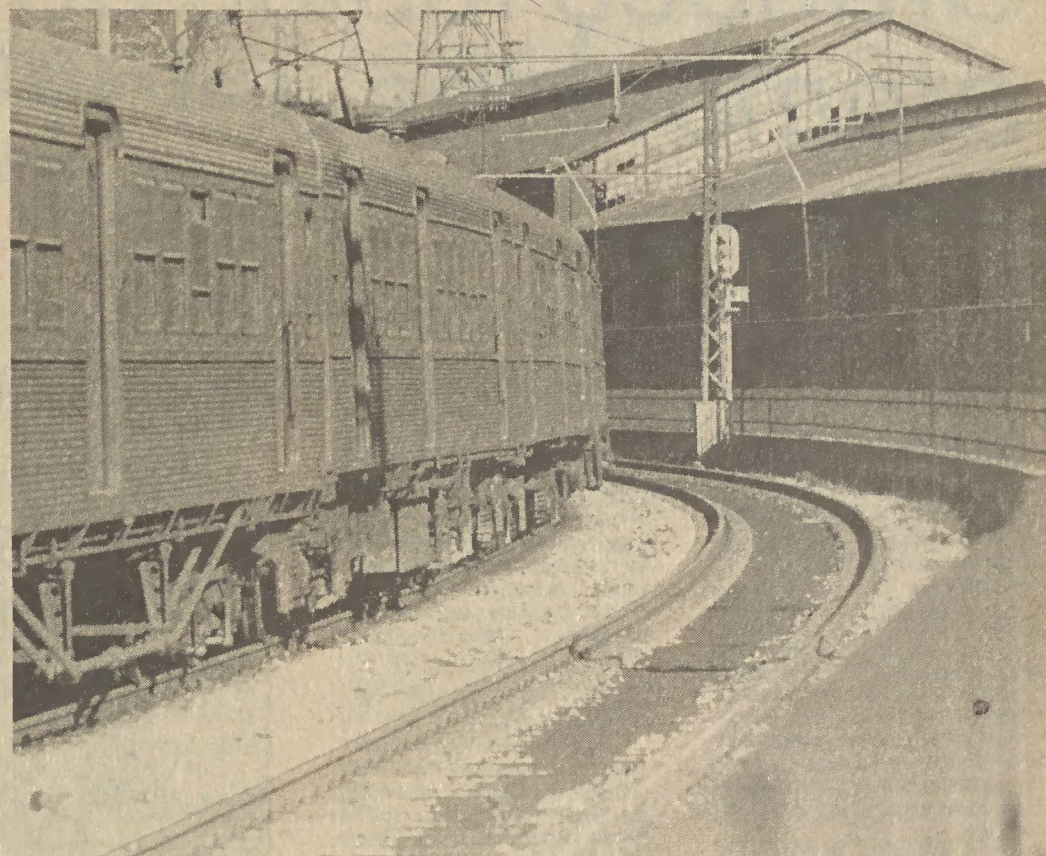
tais que o 25 de Abril restituiu aos portugueses».

Entrada de leão... atabalhoado

Pelos elementos disponíveis ao terminar a «greve» e que ainda não permitiam uma análise «mais profunda da situação», a Federação dos Sindicatos Ferroviários, depois de caracterizar o malogro da operação CP como «entrada de leão, saída de cordeiro», que «deixou 1400 trabalhadores (os maquinistas) numa situação de total isolamento perante a opinião pública», sublinha que os 9 dias de paragem terminaram como começaram: com a certeza de que os maquinistas foram enganados pela direcção do sindicato que os pôs a reboque dos interesses e das intrigas políticas da ala mais direita do Governo. E tudo isso atabalhoadamente, «entregando assim os trabalhadores que tinham acreditado na boa intenção do seu aventurismo irresponsável a uma derrota de consequências desastrosas».

A Federação que, repudiando «a actuação irresponsável do sindicato paralelo», manifesta «a sua profunda solidariedade aos maquinistas que julgando estar a lutar pelas suas justas reivindicações se viram envolvidos no processo cujo controlo lhes escapou inteiramente», chama a atenção para o alegado «aproximar de posições» entre o conselho de gerência e a direcção amarela, forma transparente de esconder um completo fracasso.

A Federação negocia um novo Acordo. Que não venha agora e conselho de gerência, mais quem no governo o sustenta, «aproximar posições» do género aplicado aos maquinistas! A seriedade reclama seriedade. A força e a representatividade democrática dos representantes sindicais dos trabalhadores ferroviários não pode dispensar, mesmo assim, o esforço permanente no sentido de chamar à acção unitária, ou à unidade na acção, (que não exclui as diversidades e as várias opções) todos os trabalhadores da CP.



«Curvas» que escaparam ao controlo dos filiados

Um aviso a reter

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, que recentemente tomou posição muito firme contra uma série de dívidas de um total de milhares de contos que alguns agrários se recusam a pagar a traba-

lhadores despedidos — abusos que os tribunais do trabalho encaram com toda a passividade — lança um «alerta a todos os trabalhadores agrícolas para que não se deixem dividir pelas

manobras divisionistas lançadas pelo grande patronato com o objectivo de aumentar cada vez mais a repressão patronal e voltar

ao tempo de má-memória do passado latifundista».

O Sindicato lembra aos «companheiros, homens, mulheres e jovens» as novas regalias alcançadas com a mais recente contratação colectiva de trabalho, designadamente 30 dias de férias, 30 dias de subsídio e 13.º mês.

Para que essas regalias sejam satisfeitas pelo patronato é «necessário estar atentos aos nossos direitos», adverte o Sindicato de Évora.

Por outro lado, e tendo em conta a longa lista de regalias sociais violadas e de fugas ao cumprimento da contratação colectiva e da restante legislação do trabalho no distrito de Évora, o Sindicato exige «medidas imediatas» do Governo e dos órgãos competentes para pôr fim às ilegalidades.

Em três anos (de 1978 a 1980) o Sindicato enviou a Tribunal, 178 processos contra entidades patronais. Apenas foram resolvidos 11.

Partido Comunista

COMISSÃO

1. As lutas que levanta

DICA

BOLETIM INFORMATIVO

ULA DO P.C.P. NA

O ELO

org. int. das grandes empresas

COMISSÃO CONCELHA DO BARREIRO DO P.C.P.

A presença do Partido

Empresas, sectores e regiões ou localidades onde se desenvolvem lutas de massas não contam apenas em termos de organização com o movimento sindical, as comissões de trabalhadores e outras estruturas representativas. Contam com o Partido Comunista Português. Onde há uma luta justa, uma movimentação, um protesto, o Partido está presente. Estão presentes os trabalhadores comunistas. Ao lado dos seus companheiros democratas, de forças políticas de outras tendências, o PCP através das suas organizações toma

posição, apoia, discute, aprova ou desaprova. Está na Assembleia da República onde as lutas dos trabalhadores têm uma voz firme e forte em sua defesa. Seja no Parlamento, seja por vezes na mais pequena aldeia, na grande empresa ou entre os pescadores da Quarteira, o PCP vem a público, intervém, movimenta-se e ajuda a resolver muitos conflitos. Nunca perdendo de vista os interesses mais imediatos das grandes massas, a sua acção aparece nas empresas, nas lutas por melhores salários, contra a repressão, os contratos a prazo, os despedimentos.

Assim continua a suceder através de requerimentos ao Governo, visitas de membros do grupo parlamentar e intervenções na Assembleia da República, nas células de empresa, nas comissões concelhias, de freguesia, nos comités locais, nas direcções regionais, em toda a organização.

Entre as tomadas de posição mais recentes (é impossível citá-las todas) referiremos a da Concelhia de Torres Novas (aos trabalhadores da Nery); a da Célula do Banco Borges & Irmão; Célula da Portucel; Concelhia de Setúbal; DORSA (Santarem)

sobre a RN; Célula da Toyota (Salvador Caetano, Ovar) Concelhia do Barreiro; Célula da Cimpor (Patalias); DORS (Setúbal); Célula da MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira do Tramegal); Célula da Quimigal; Célula do Banco de Fomento; 7.ª Zona do CLL (Comité Local de Lisboa) Comissão de Freguesia Marateca; célula da CP (Barreiro).

A variedade dos assuntos é grande. Não menor é a diversidade e a amplitude dos conflitos. Muitos deles são aqui divulgados no «Avante!» ao longo das semanas e a voz do Partido está presente mesmo quando a solidariedade, o apoio da célula não chega a tempo de ficar expressa na notícia, no comentário, na pequena nota.

Ainda recentemente na CP, antes da paragem provocada pelo paralelo dos maquinistas (ver esta página) a célula da CP no Barreiro, no seu boletim «Em Marcha» incluía um apelo à unidade.

A CP espelho do Governo

Sob o título «A CP, espelho do Governo de um País ou a incompetência da «AD», o «Em Marcha», ao tratar da «incompetência das chefias da CP» — assunto predilecto dos últimos comunicados dos «núcleos dos ferroviários sociais-democratas» — cita a «demasiado conhecida história do agarrar que é ladrão e chama a atenção para o que na verdade se passa na empresa, nomeadamente:

- 1) «promoções a funções de chefia de indivíduos que se situam na mesma área política, esquecendo a formação profissional de base e a falta de experiência própria no ramo e actividade;
- 2) destruição da estrutura da CP em todas as áreas de trabalho que poderiam contestar as decisões superiores conduzindo à responsabilização da maior parte da hierarquia;
- 3) criação — à revelia de um plano de organização coerente — de direcção, divisões e serviços».

Fecho

O Jornal dos Trabalhadores do Comércio e Serviços chama ao «leilão» da EPAC, empresa pública, como é sabido, «um grave atentado à economia nacional».

Costumamos medir as palavras e essas servem. Se o lugar comum as ameaça é porque o facto, a realidade, não se dão bem neste caso com outras palavras para dizer o mesmo.

E assim. Basta olhar à volta: um saneamento político em Viana do Castelo (pág. 2) um «Congresso das Comunidades» (pág. 3) como foi o do Governo, o que se passa diariamente no campo laboral, as ameaças transparentes contra a lei da greve e a outra legislação do trabalho são, como na EPAC, outros tantos atentados não apenas contra direitos, conquistas, garantias. Atingem pessoas, famílias, prestígio profissional e outros valores, mesmo os prezados pela direita no poder.

Por isso se pode dizer e repetir que essas designações estão certas para os actos deste Governo. Há muitas formas de terrorismo e nem sempre as mais encapotadas são as menos perigosas, as mais reais.



Para uma grande manifestação em 27

A manifestação de 27 do corrente, que nomeadamente se destina a protestar contra o aumento do custo de vida, contra os ataques às nacionalizações e às restantes conquistas e realizações de Abril, e a lutar pela defesa da Constituição, de melhores salários, pelo cumprimento da contratação colectiva e da restante legislação do trabalho ameaçada pela AD e o seu governo em tudo aquilo que essas leis ainda mantêm de interesse para os trabalhadores, envolve todo o Movimento Sindical e as suas organizações nas empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal (Cinturas Industriais e Uníões Sindicais).

A grande manifestação de 27 de Junho é convocada pelas USL, USS, CIL e CIS (Uníões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal e Cinturas Industriais dos mesmos distritos). Embora apoiada nas conclusões do Encontro das OITs das Empresas Nacionalizadas e Participadas de 6 do corrente, o seu âmbito ultrapassa aquela iniciativa e diz respeito às massas trabalhadoras em geral «por uma nova política e um Governo ao serviço do Povo e do País; pela defesa da Constituição e dos direitos dos trabalhadores; pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária; contra o aumento do custo de vida; contra a repressão; contra a manipulação social; contra o desemprego e os despedimentos; contra a instalação das armas nucleares em Portugal».

Vitória na Progresso Mecânica

Culminando uma dura luta, que se prolongava há várias semanas, os trabalhadores da Progresso Mecânica alcançaram ontem uma importante vitória, sendo a entidade patronal obrigada a aceitar parte essencial das suas reivindicações, incluindo um aumento salarial de 20,6 por cento a partir de Maio.

Para a vitória contribuíram não só a unidade e a firmeza dos trabalhadores da empresa como também a solidariedade de outros trabalhadores e da população de Alcântara.

Comissões de jovens

• Encontro da Juventude em preparação no Norte

No Porto, no âmbito da preparação da Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora que a CGTP-IN realizará em Lisboa no próximo mês de Novembro, as Uníões de Sindicatos do Porto, Braga e Viana do Castelo levam a efeito, no sábado da próxima semana, dia 27, um Encontro da Juventude Trabalhadora. Os contratos a prazo, a repressão nas empresas e a discriminação nos salários são, entre outros problemas muito graves, aqueles que mais preocupam os jovens trabalhadores. O Encontro do próximo dia 27, cuja dinamização prossegue, exigirá do Governo e das autoridades responsáveis respostas concretas, pelo menos para as questões mais imediatas. Entretanto, vão ser criadas nas empresas comissões de jovens que discutirão os seus problemas específicos e lutarão para que sejam resolvidos. Num documento de preparação do desemprego, perante sobre contratos a prazo que, sob a ameaça do desemprego, perante a ineficácia da Inspecção do Trabalho e a passividade, ou a inoperância, dos tribunais, a esmagadora maioria dos jovens trabalhadores é admitida mediante aqueles contratos, de forma abusiva e ilegal. Sobre repressão patronal, condenam-se os impedimentos do exercício dos direitos, liberdades e garantias sindicais, os ritmos acelerados de produção e os despedimentos. Quanto à discriminação salarial, o documento reafirma sobretudo a necessidade de garantir para trabalho igual salário igual, impondo, onde não seja cumprida, a regulamentação colectiva de trabalho, para que cada jovem trabalhador ganhe de acordo com a sua categoria profissional.

Pescadores em greve

Depois de uma greve de dois dias no princípio deste mês, os cerca de 300 pescadores do arrasto costeiro de Lisboa voltaram a paralisar, desta vez por cinco dias, a partir da última segunda-feira. Em causa continua a reintegração dos nove companheiros de trabalho despedidos do «Avô Vieira». Os trabalhadores consideram sem justa causa os despedimentos efectuados pelo armador Ribau. Segundo o Sindicato, a adesão foi de cerca de 92 por cento no primeiro dia de greve.

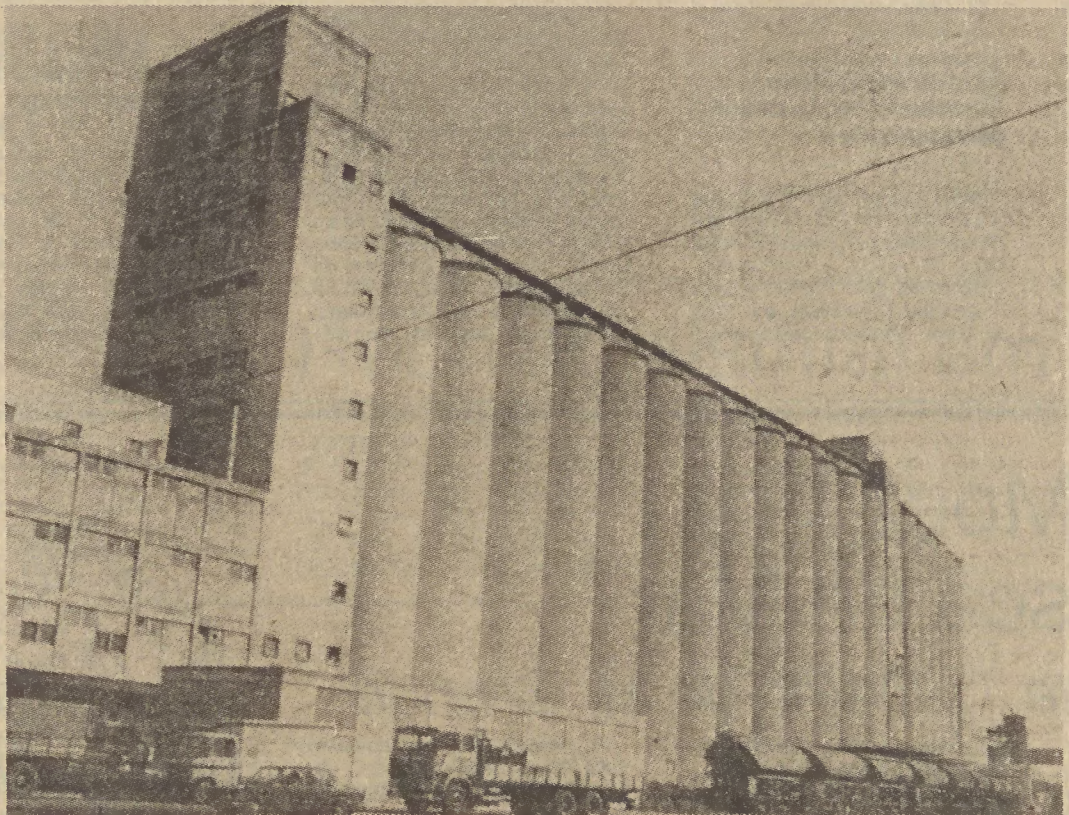
«AD» acelera contra a EPAC

O que a direita designa por «mercado livre», ou seja explicitamente a liberdade de acção dos grandes grupos financeiros contra as nacionalizações, passa, no caso da EPAC, a vigorar no próximo dia 1 de Julho, segundo legislação-base aprovada, diz o «Expresso», em

Conselho de Ministros. «O acesso ao mercado interno em regime de concorrência é alargado aos industriais de moagem que para tal se inscrevam e depositem uma caução», acrescenta aquele semanário em 13 do corrente.

A medida do Governo

AD/Balsemão, de que já se falava desde Fevereiro, destinava-se a desmembrar uma das maiores empresas nacionalizadas do País, entregando-a, precariamente, segundo os trabalhadores (Jornal do Sindicato do Comércio e Serviços de Lisboa) «a um



EPAC — prepara-se um golpe sério nas nacionalizações

capital nacional improdutivo e parasitário, simples testa de ferro das grandes multinacionais».

No caso da EPAC, essas multinacionais, aliás já intimamente associadas com grupos portugueses como as Fábricas Triunfo e a Portugal e Colónias e possuindo delegações em Portugal, são o grupo francês Louis Dreyfus e os americanos Continental e Cargill.

Os pequenos e médios produtores de cereais e a pequena indústria transformadora (cerca de 4500 pequenas instalações fabris de iniciativa privada naturalmente, dedicadas à moagem de ramas, descasque de arroz, e outras actividades, por vezes com aspectos artesanais e de

exploração familiar) vão acabar por ficar sob o controlo completo de grandes grupos financeiros que agem movidos por interesses que ignoram a defesa de grandes camadas da população e têm em vista os grandes lucros à escala internacional, sem contempelações pelos postos de trabalho e pelas características de desenvolvimento económico dos países onde actuam.

Os cerca de 2000 trabalhadores da EPAC estão organizados dentro da empresa. Distribuídos por todo o Continente e ilhas, têm agido para reforçar a unidade e para esclarecer intenções e objectivos, designadamente no sentido da defesa dos postos de trabalho e do «papel social que a empresa foi atribuído pela Revolução de Abril».

Alguns dados

- Em silos e celeiros por todo o País, a EPAC tem uma rede de armazenagem com uma capacidade global de 960 mil toneladas.
- Em Abril findo, obras de ampliação destinavam-se a aumentar essa capacidade em 400 mil toneladas.
- A EPAC tem dois silos portuários — um em Lisboa e outro em Leixões. As respectivas capacidades são de 60 mil e 100 mil toneladas. Obras de ampliação no silo de Lisboa destinavam-se a aumentar a sua capacidade de modo a equipará-la à de Leixões.
- A EPAC é desde 1977 uma empresa pública que emprega cerca de 2 mil trabalhadores por todo o País.
- Factura anualmente cerca de 37 milhões de contos.
- A ofensiva para o seu desmembramento e entrega ao capital privado começou em Fevereiro findo, tendo vindo a acelerar-se desde então.
- O preço de escoamento das próximas colheitas de cereais está em perigo devido ao processo de desmembramento e destruição da EPAC como empresa pública.
- Os grandes moageiros têm-se recusado a comprar a produção nacional a que são obrigados.
- Estão em risco de se estragar cerca de 100 mil toneladas de trigo.
- O boicote e a tentativa de especulação com os preços são evidentes.

Função Pública acusa o Governo na OIT

Cerca de 50 páginas constituindo um dossier sobre a prisão e posterior julgamento dos 3 dirigentes sindicais da Função Pública detidos, como se sabe, por agentes da PSP quando se encontravam diante do edifício do Ministério da Reforma Administrativa à espera de serem recebidos pelo então titular daquela pasta, Eusébio Marques de Carvalho, foram entregues por sindicalistas daquele sector à direcção-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante a sua 67.ª Conferência que decorre em Genebra, na Suíça, com a participação do nosso país, de cuja representação faz parte José Luís Judas, do secretariado nacional e da comissão executiva da CGTP-IN, como chefe da delegação de 8 membros que representa os trabalhadores portugueses.

O Governo português é acusado no referido dossier de não ter respeitado a Convenção 151 da OIT (garantia das liberdades sindicais) a que o nosso país aderiu oportunamente. O mesmo Governo AD/Balsemão, de que fazia parte o ex-ministro da Reforma Administrativa (que já fora do Trabalho/AD) é ainda acusado de não respeitar o direito à negociação das convenções colectivas de trabalho, que cabe aos trabalhadores da Função Pública como a quaisquer outros, através das suas organizações representativas.

A queixa contra o Governo AD/Balsemão apresentada na OIT pelos representantes dos trabalhadores da Função Pública, Rosa Marques e Manuela Esteves, deu origem a uma reunião das duas sindicalistas com Nicolau Valticos, subdirector-geral daquela Organização.



Os três dirigentes sindicais absolvidos

e pelas conquistas



do, que desejam e lutam pela consolidação da democracia, à compreensão da importância da Campanha um Dia do Subsidio de Férias e do seu sucesso, para assegurar o desenvolvimento da actividade do Partido».

pagamento regular da quotização



regressarem das suas férias com quotas em atraso, regressam com a sua quota em dia».

Encontro de quadros na Amadora Situação nacional e internacional analizada por Sérgio Vilarigues

Convocado pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP, decorreu recentemente um encontro de militantes da organização, que teve como principais pontos da ordem de trabalhos a actividade autárquica e a análise da situação política nacional e internacional.

O encontro, realizado nas instalações da Sociedade Filarmónica, registou a participação de cerca de 150 camaradas. Esteve presente Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Foram aprovadas várias moções, nomeadamente contra a instalação de armas nucleares em Portugal, contra a política da «AD» e contra a orientação do Fundo de Fomento da Habitação.

As conclusões do encontro, nas quais sobressai a importância do reforço do Partido como condição essencial para o desenvolvimento da luta democrática, foram apresentadas pelo camarada António André, membro suplente do Comité Central.

Situação nacional

Na sua intervenção, Sérgio Vilarigues começou por

referir os traços principais da situação política nacional, à luz das conclusões da reunião do CC do PCP de 25 e 26 de Maio passado, sublinhando que a análise então feita está a confirmar-se plenamente na prática. Precisamente a este propósito, destacou, ao abordar as lutas dos trabalhadores, o movimento crescente das acções de protesto dos agricultores, contra os quais o governo lança «uma intolerável onda de ameaças e brutalidades».

Acentuou Sérgio Vilarigues, aludindo aos problemas internos na «AD» e no Governo e às suas verdadeiras raízes: «As lutas de massas têm sido um freio poderoso à política reaccionária e exploradora da «AD» e o factor determinante das querelas e crise com que os partidos da «AD» se debatem hoje. Todos os grandes problemas nacionais se agravam, não tanto pela incapacidade destes ou daqueles,

mas pela política que o governo da AD-PPD/CDS pratica, política que se choca com o regime democrático e suas estruturas económicas, e com a Constituição e com outros órgãos de soberania, e antes de tudo com os interesses dos trabalhadores, do povo, do País».

Depois de se referir aos perigos de uma política de alianças do PS com o PPD — citando, a este respeito, o que se está a passar na Câmara de Loures —, à greve dos maquinistas e ao que ela reflecte de contradições internas na direita, à crise económica que o governo e a «AD» quer que sejam os trabalhadores a pagar, Sérgio Vilarigues falou sobre as «rosas com muitos espinhos» que seria a adesão de Portugal à CEE, adiantando pormenores sobre o que verdadeiramente se esconde por detrás da adesão à Europa dos monopólios: uma operação política visando o regresso de Portugal às estruturas económicas anteriores ao 25 de Abril.

A paz ameaçada

Parte substancial da intervenção de Sérgio Vilarigues

foi dedicada à situação internacional, caracterizada por uma crescente tensão «à medida que a crise geral do capitalismo se agudiza e aumentam as perspectivas de agravamento em todos os países capitalistas, sem excepção».

Referindo-se à corrida aos armamentos — «uma realidade macabra, perigosa, que custa hoje aos povos qualquer coisa como 30 mil milhões de contos num ano» — Sérgio Vilarigues criticou severamente a política servil da «AD» perante as exigências norte-americanas de espalhar as suas bases militares por todo o mundo, incluindo Portugal, apontando concretamente as pretensões de alargamento da base das Lajes, da construção de um complexo aeronaval em Porto Santo e da eventual partilha da base de Beja pelos EUA e RFA, conforme sugeria o embaixador alemão em recente entrevista ao «Diário de Notícias».

A este propósito, Sérgio Vilarigues não deixou de saudar como passo positivo a recente criação entre nós de um movimento de opinião pública contra a instalação

de armas nucleares em Portugal, chamando no entanto a atenção para a necessidade de aumentar e reforçar no nosso país todas as iniciativas em defesa da paz e contra a corrida aos armamentos, luta esta que, acentuou, está ligada à própria luta contra o governo da «AD», fiel serventário do imperialismo.

Sérgio Vilarigues desmontou algumas das manobras de propaganda com que os EUA procuram esconder o verdadeiro conteúdo da sua política agressiva. Por exemplo: Washington impôs aos seus parceiros da NATO, sob o pretexto de contrabalançar a «ameaça soviética», a instalação de mísseis de médio alcance apontados para a URSS. Ora a verdade é que os mísseis soviéticos não poderão chegar a meio do caminho para os EUA, enquanto os mísseis americanos na Europa poderão alcançar o coração da URSS.

Sobre o que se passa na zona do Golfo, também o verdadeiro perigo vem dos EUA e dos seus protegidos israelitas. «O ataque terrorista de aviões israelitas ao

Iraque, acentuou Sérgio Vilarigues, com a destruição de uma central atómica em construção, não tem qualquer justificação. A arrogância de Israel não pode deixar de ser considerada como muito perigosa para a paz, na zona e no mundo. Todos repudiaram, ainda que alguns apenas em palavras, incluindo os EUA, mas o certo é que sem o apoio destes o brutal ataque de Israel, passando os aviões (de fabrico americano, com bombas americanas e pilotos treinados nos EUA...) por cima da Arábia Saudita, não teria sido possível. O repúdio e as ameaças da administração norte-americana a Israel não passam, pois, de uma cortina de fumo».

E Sérgio Vilarigues, que neste ponto da sua intervenção abordaria ainda outros pontos «quentes» na actualidade internacional, sublinharia: «Em todas as zonas do mundo o imperialismo enfrenta a resistência dos povos em luta pela defesa das suas riquezas, pela independência nacional autêntica, pela liberdade, a paz e o socialismo».

Amanhã, em Lisboa Política de saúde em colóquio

A interpelção ao Governo «AD» sobre política de saúde, feita pelo Grupo Parlamentar do PCP nos passados dias 5 e 6 de Maio, é o tema do colóquio organizado pelo Sector de Saúde de Lisboa do PCP e que se realiza amanhã, à noite, no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio.

Estarão presentes na iniciativa, que decorrerá a partir das 21 e 30, os deputados comunistas Zita Seabra, José Ernesto, Vidigal Amaro e Emílio Peres, e ainda Orlando Leitão e Durão de Carvalho, membros do Organismo de Direcção do Sector de Saúde da organização de Lisboa do PCP.

Freguesia da Mina

A Organização do Partido na Freguesia da Mina (Amadora), realiza no próximo sábado, dia 20, a sua II Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na sala da Comissão de Moradores do Bairro Novo, com os seguintes pontos: organização e eleição da Comissão de Freguesia; análise da actual situação política.

Neste último ponto integra-se a intervenção do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O início da assembleia está marcado para as 14 e 30.

No final haverá um espectáculo com os grupos «Abril, Abril» e «Praça Pública».

Reunião regional de quadros no Porto

- Sábado, no CT da Boavista

No âmbito da campanha de reforço da organização do Partido que decorre neste ano do 60.º aniversário, realiza-se no próximo sábado durante todo o dia uma reunião regional de quadros comunistas do Porto.

Estarão presentes os camaradas do Comité Central Bianqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política, e Angelo Veloso, membro suplente da Comissão Política.

Objectivos da reunião: fazer um balanço do trabalho desenvolvido no distrito do Porto durante o primeiro semestre, no âmbito da campanha organizativa; e aprovar um conjunto de medidas sobre o desenvolvimento do trabalho de organização até ao final de 81.

A reunião decorrerá a partir das 19 horas, no Centro de Trabalho da Boavista, na cidade do Porto.

«Fado de Abril»: Um êxito que prossegue!

No âmbito das comemorações do 60.º aniversário do PCP, a célula do Fado de Abril promoveu um espectáculo dedicado ao Fado, como expressão cultural e artística utilizada por camadas do nosso Povo, como forma de oposição à ditadura fascista.

Este espectáculo que consta, por um lado, dum diaporama contendo imagens da luta heróica dos comunistas e de outros democratas no longo período de ditadura fascista e também da Revolução iniciada com o 25 de Abril, tem, no entanto, o seu ponto alto nos fados que hoje revivem o que se cantava «às escondidas» da polícia política, ao mesmo tempo que se cantam os fados criados com a Revolução dos cravos.

A apresentação do primeiro espectáculo na «Voz do Operário», em Lisboa, constituiu um grande êxito, como o demonstrou a sala cheia, êxito que já se repetiu na Azambuja e que se repetirá certamente nos

próximos espectáculos que se realizarão amanhã em A-da-Beja; dia 20 de Junho no Seixal; 28 de Junho no Cadaval; 3 de Julho em Bobadela; 4 de Julho em Lisboa, na Praça Paiva Couceiro; 5 de Julho em Loures; 10 de Julho em Santa Iria da Azóia; 1 de Agosto em Sines.

Fruto dum esforço colectivo, na pesquisa de letras antigas, na escolha e criação de letras novas, na elaboração de textos de apoio, na feitura de diaporamas, na execução da música e da canção, na montagem e manutenção de todo o espectáculo, esta iniciativa demonstra o que os

Reunião distrital em Olhão

Inserindo-se na Campanha de Organização do Partido que se desenvolve por todo o País, realizou-se no passado dia 10 em Olhão, na sede do Sindicato das Conservas, uma reunião



comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

Casal do Marco

Foi um êxito a iniciativa realizada no passado fim-de-semana pelos comunistas do Casal do Marco (concelho de Seixal), no âmbito das comemorações dos 60

anos de vida e luta do PCP. No almoço-convívio participaram 140 pessoas e na sessão de Canto Livre cerca de 600.

A iniciativa partiu da Comissão Local do PCP.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

comunistas são capazes de transmitir e de maneira francamente digna a partir das raízes mais populares.

PCP

No próximo fim-de-semana Todos ao alto da Ajuda!

* Os nossos «argumentos» contra o problema do calor...

No próximo fim-de-semana vamos para o Alto da Ajuda!

A primeira grande jornada para a preparação da Festa do «Avante!» espera por nós.

Na última semana já tínhamos focado os principais pontos da nossa jornada de trabalho, iniciativa que marcará o «arranque» da implantação da Festa do

dades nesta fase inicial, uma ajuda muito importante, diríamos mesmo uma ajuda preciosa, seria dada, sem dúvida, por carpinteiros e montadores de estruturas.

• A participação ideal na jornada de trabalho seria a or-

Partido especialmente no trabalho de divulgação e mobilização para a jornada.

• E a juventude? Essa malta jovem, que este ano lectivo não tem exame? O ar da praia é incompleto... Em vez de longas «bichas» a caminho das praias, os jovens do Partido poderiam dar uma ajuda! E,

1 Podemos aproveitar melhor o princípio da manhã e o fim da tarde;

2 A sombra, nomeadamente junto do local destinado aos serviços de apoio da Festa, há muito trabalho para fazer (preparação de estruturas diversas, limpeza do terreno, etc).

3 Já funcionam no Alto da Ajuda alguns chuveiros, prontos para umas «banhocas» tipo duche, bem agradáveis!

4 Para fazer inveja a muita gente, vale a pena «apanhar» um bronzeamento no Alto da Ajuda, desde que haja precauções!

.....
A primeira jornada de trabalho é duplamente importante: será um arranque da implantação da Festa e porque proporcionará condições para a permanência no local dos camaradas que ali trabalham a tempo inteiro.

«Avante!» a maior Festa do Portugal de Abril.

Há no entanto, alguns aspectos que devem ser sublinhados:

• Todos nós podemos dar uma ajuda!

Contudo, tendo em conta as características do trabalho e as suas priori-

ganizada em brigadas ou grupos. Mas brigadas também podem constituir-se depois da chegada ao local. Por isso em grupo ou individualmente todos serão bem acolhidos!

• Papel importante cabe também às organizações do

ao mesmo tempo, apanhar bons ares!

• Um dos problemas, certamente o maior, que iremos defrontar no próximo fim-de-semana é o calor. «Aquilo», no Alto da Ajuda, é mesmo quente... Mas, para o combater, temos alguns «argumentos»:

• A primeira jornada de trabalho no

Exposições

A vida e luta do Partido da classe operária, os temas da vida política, as tradições populares, a arte e a cultura — tudo isto marca sempre presença destacada nas Festas do «Avante!», através das iniciativas das organizações e, principalmente, através da organização central da Festa.

Essa orientação é concretizada, por exemplo, através de exposições, preparadas e organizadas com imaginação e esforço.

Este ano, entre outros temas, a Festa do «Avante!» vai abordar, através de belos certames, os 60 anos de vida e luta do PCP, o 50.º aniversário do «Avante!» e os problemas da Comunicação Social no nosso país além do «mundo» das artes plásticas.

Os 60 anos do PCP

Para este certame, vão ser usados os materiais da exposição comemorativa que esteve patente no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Não se trata de uma simples repetição. Haverá as necessárias adaptações e modificações, originadas, por exemplo pela diferença de recintos. A montagem desta «nova» exposição no Alto da Ajuda integra problemas diversos (trata-se dum local ao ar livre), mas constituirá uma presença bem significativa e apreciada na Festa do «Avante!», e particularmente para muitos camaradas e amigos que não tiveram oportunidade de visitar a exposição patente no Pavilhão dos Desportos.

O «Avante!»

A História do órgão central do PCP, os seus obreiros na clandestinidade, as técnicas de impressão, a importância do «Avante!» na luta contra a ditadura, são os temas de uma outra exposição que estará ao vivo no Alto da Ajuda, em 4, 5 e 6 de Setembro.

Documentação variada, miniaturas, fotografias e outros materiais darão ao visitante a ideia da história gloriosa do «Avante!», jornal da classe operária, jornal dos trabalhadores.

A realidade actual do sector da Comunicação Social no nosso país constituirá ainda outro motivo para a apresentação de um conjunto de materiais a que os visitantes não ficarão certamente alheios.

As artes plásticas

A 1.ª e a 2.ª Bienal das Artes Plásticas da Festa do «Avante!» foram grandes êxitos.

A 3.ª Bienal não ficará à quem dessa importância, levando, como nas edições anteriores a arte ao contacto com o povo trabalhador, num encontro pleno de emotividade e valorização no duplo sentido: valorização da criação artística e valorização da Festa do «Avante!» e dos seus visitantes.

Brevemente, divulgaremos os pormenores da 3.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!». Mas, para já, aqui fica uma certeza: a da participação de grandes nomes da arte portuguesa.

Vamos reforçar a venda da EP!



Avança com determinação a venda militante da EP para a Festa do «Avante!». Esta é, desde já, uma realidade que devemos registar com alegria. Registrar, mas não só...

Primeiro, porque há ainda muitos camaradas e amigos, muitos democratas, que pensam ir ao Alto da Ajuda em 4, 5 e 6 de Setembro, mas que ainda não compraram a sua Entrada Permanente.

Segundo, porque está «ai» mais um período de férias, com deslocações de numerosos camaradas e amigos, que, uma vez fora dos seus locais habituais de trabalho e residência, têm por vezes alguma dificuldade em encontrar a EP, especialmente nas zonas do interior.

Terceiro, porque a

venda da EP não pode parar. Há que reforçar esse trabalho. Há que levar a EP a mais amigos. Há que organizar todas as iniciativas possíveis para a divulgação da Festa e a consequente venda da Entrada Permanente, relembrando sempre que necessário as vantagens da sua compra com antecedência.

Notícia de Alcácer

Dissémos na última edição que semana a semana divulgaríamos exemplos significativos da venda militante da EP.

Falámos, então, do camarada Manuel da Silva (trabalhador da Mague), que num só dia vendera 120 EP's. Pois bem: o exemplo desta semana também se reveste de grande significado. Trata-se do camarada Joaquim Lopes Nunes, trabalhador da Cooperativa Vitória do Sado, de Rio de Moinhos, Alcácer do Sal, distrito de Setúbal. Num só dia o camarada vendeu 103 EP's. Mas vai continuar. A aldeia de Rio de Moinhos tem 400 habitantes! Já não falta tudo...

Regulamentos dos torneios desportivos

• Xadrez

O torneio Festa do «Avante!» 1981 tem âmbito nacional e será disputado em duas fases: fase regional (de apuramento) e fase final nacional.

A final nacional será disputada no recinto da Festa do «Avante!», em Lisboa no Alto da Ajuda, nos dias 4, 5 ou 6 de Setembro.

Podem inscrever-se todos os xadrezistas que o desejem. As inscrições para a fase regional deverão efectuar-se nos Centros de Trabalho do PCP. Podem ser convidados a participar na fase nacional os xadrezistas portugueses com mais pontuação «ELO» da FP Xadrez e os jogadores estrangeiros convidados a participar na Festa.

Cada Comissão Regional de desporto elaborará um regulamento regional, que definirá as zonas (se as houver) a forma de disputa da fase regional e o calendário das sessões.

A fase regional para apuramento dos jogadores para a fase final nacional deve estar concluída em 30 de Agosto.

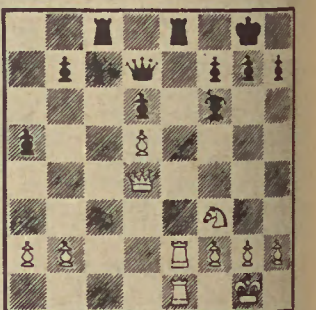
Até às 12 horas do dia 3 de

Setembro deve ser comunicado à Comissão Central de Desportos os apurados à fase final nacional.

Se algum dos apurados não poder participar na fase seguinte (incluindo para a final nacional) será substituído pelo jogador classificado imediatamente a seguir.

A fase final constará de um torneio de partidas rápidas. Serão atribuídos prémios aos 3 jogadores melhor classificados na fase final.

A organização do torneio não participará nas despesas para disputar as fases regionais ou nacionais. Os casos omissos serão da competência da Comissão Técnica do Torneio.



• Malha

I — Campo: área plana com a metragem de 10m x 4m.

II — Palitos: dois palitos redondos com 2,5cm de diâmetro, por 6cm de altura (servem uns pedaços de cabo de vassoura).

III — Distância entre palitos: 7m coincidindo com a linha de lançamento, que terá no máximo 5cm de largura.

IV — Malha: de borracha ou pedra, com o diâmetro de 8cm x 1cm, de espessura.

V — Início do jogo: por moeda ao solo, entre equipas.

VI — Lançamento: apoiar o pé esquerdo ou direito junto do palito e por detrás da linha que marca os sete metros.

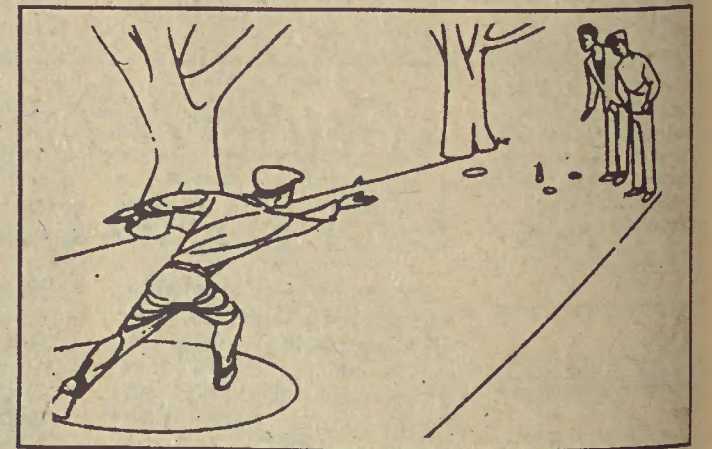
VII — Penalidades: não será válida a pontuação se o concorrente avançar o pé da frente antes da malha cair no solo.

VIII — Equipas: de quatro ou seis concorrentes, só podendo ocupar o campo de jogos duas equipas, jogando alternadamente.

IX — Pontuação: derrube do Palito 2 pontos, aproximação do

Palito 1 ponto.
X — Prioridade nas jogadas: a equipa que fizer a partida jogará sempre à frente.

XI — Final do jogo: quando uma equipa alcançar o mínimo de 24 pontos.



Torneio de futebol de salão organizado pelos Pioneiros

• Início no dia 28



Nos âmbitos das iniciativas desportivas da Festa do «Avante!», os Pioneiros de Portugal realizam a partir do próximo dia 28 (na Festa da Liberdade, nos Olivais, em Lisboa), o 1.º Torneio de Futebol de Salão ou de 5, iniciativa que irá contribuir para uma maior dinamização dos núcleos de Pioneiros e aproximação com outras organizações de crianças.

Vejamos alguns aspectos mais importantes do Regulamento deste Torneio distrital (Lisboa):

Sorteio

O sorteio das equipas decorrerá a 25/6/81 devendo as inscrições serem feitas até 24/6/81.

Cada equipa pode inscrever 8 jogadores, podendo utilizar

apenas 5 no início do jogo. Os restantes poderão entrar em substituição de qualquer jogador. Os jogadores deverão ter idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos.

A duração do jogo é de 30 minutos, dividido em duas partes, cada uma de 15 minutos, e um intervalo de 5 minutos.

O torneio realiza-se por sistema de série de 4 equipas (1.ª fase).

Apuramento

Será apurada a equipa vencedora de cada série. A 2.ª fase será por sistema de eliminatórias, tipo taça. A equipa vencedora passa à fase distrital.

O torneio distrital será realizado entre as equipas vencedoras em cada concelho.

O apuramento será feito pelo sistema de eliminatórias, tipo taça.

Terra

«Governo faz ouvidos moucos às reclamações dos agricultores»

• Reforça-se movimento de protesto

Plenários, concentrações, cortes de estradas, abaixo-assinados, eis algumas das acções ultimamente desencadeadas pelos agricultores, que prosseguem em diferentes regiões do país, reclamando medidas eficazes e urgentes para a solução dos problemas que afectam a lavoura.

Num movimento cada dia mais forte, cimentado numa crescente consciencialização sobre a origem dos problemas que os atingem, os agricultores exigem que o Governo se mexa, tome resoluções que permitam a descida dos preços das rações; indenizem pelos prejuízos da seca e das geadas; aumente os preços à produção das carnes de suíno e bovino, do leite e do vinho; conceda subsídios adequados para o gásóleo; melhore o escoamento dos produtos; desburocratize o crédito.

Fartos de boas palavras, cansados de promessas por cumprir, com os problemas a agudizarem-se, os agricultores mostram-se dispostos a prosseguir a sua luta até serem atendidos, até que seja posto fim à situação de ruína nos campos e vejam melhoradas as suas condições de vida.

Certamente incompleto aqui fica um breve balanço das iniciativas realizadas no decorrer da última semana e que nos dão uma imagem da amplitude do movimento camponês.

Montemor-o-Velho

Cerca de 500 agricultores vindos de Carapinheira, Azarado, Tojeiro, Lelicia, Montemor, Freira, Benfite, Gátões, Moia e Buiçaosa concentraram-se a meio da manhã do passado dia 9, reclamando solução para os seus problemas.

Uma força da GNR, vinda de fora do concelho, impediu a entrada de quaisquer veículos na vila, inclusive motorizadas e tractores. Isso não obsteu, contudo, a que os agricultores se concentrassem junto à Câmara Municipal, onde uma delegação entregou ao respectivo presidente uma carta reivindicativa dos produtores de leite e carne do Baixo Mondego.

«Queremos o leite da classe «A» a 18 escudos, se baixarem 40 por cento nos preços das rações, ou a 20 escudos imediatamente. Queremos o pagamento do leite com prontidão e o pagamento imediato dos retroactivos em dívida. Queremos o aumento do preço da carne de bovino, suíno e frango», exigiram os agricultores no referido documento.

Viseu

«Um prejuízo de cinco a sete contos em cada vitelo que produzimos — é de propósito?» interrogava uma das muitas faixas empunhadas pelos cerca de 300 agricultores, vindos do sul do distrito de Viseu, que se concentraram, também no dia 9, em frente à sub-direcção regional do MAP nesta cidade.

No documento, subscrito por 1850 produtores de leite e carne, reclama-se a anulação do recente aumento do preço das rações e um rigoroso inquérito à sua qualidade, a abertura das feiras de gado, preços justos para as carnes e uma intervenção mais eficaz da JNPP.

Os agricultores concentrados concederam ao MAP um prazo de 15 dias para responder às principais reclamações apresentadas, findo o qual, e caso não seja feita justiça, adoptarão novas formas de luta.

Mira

Respondendo ao apelo lançado pela comissão pró-União de Agricultores de Mira, pela Federação das Ligas e Unões do Baixo Mondego e contando com o apoio da CNA, mais de 300 agricultores reuniram-se no passado dia 11, no Largo da Feira de Portomar, localidade do concelho de Mira.

No decorrer da concentração, os agricultores proferiram várias intervenções, salientando designadamente a necessidade de os produtores de leite e carne se manterem unidos.

Foi ainda aprovada uma carta reivindicativa que foi entregue por uma delegação de 30 agricultores à Câmara Municipal.

Lamego

Provenientes de Moimenta da Beira, Lamego, Semançelhe, Tabuaço e Cinfães, cerca de 200 agricultores concentraram-se no dia 11, em Lamego, junto à Direcção dos Serviços de Intendência e Pecuária do MAP, onde uma delegação entregou um abaixo-assinado contendo cerca de 1500 assinaturas. Nele se reclama também o aumento do preço do leite da classe «A» para 20 escudos e a anulação do recente aumento de 40 por cento no preço das rações.

Os manifestantes cortaram ainda o trânsito durante 20 minutos, na Avenida 5 de Outubro, não se registando qualquer incidente.

Guimarães

Reunidos no recinto da feira do gado, no Campo de S. Mamede, durante a manhã do passado dia 11, agricultores da região de Guimarães cortaram o trânsito na estrada nacional Guimarães-Fafe, durante cerca de meia hora.

Entretanto, na Câmara Municipal, os agricultores souberam que o MAP não havia dado qualquer resposta às reivindicações apresentadas há cerca de um mês.

Durante a reunião, e enquanto procediam ao corte da estrada, os agricultores aproveitaram para contactar com a população alertando-a para os seus problemas.

Candelo

Mais de 100 agricultores concentraram-se na manhã do dia 12, em Candelo, respondendo ao apelo da União dos Agricultores do concelho e que contou com o apoio da CNA.

Recebidos em audiência pelo presidente da Câmara Municipal, os agricultores entregaram-lhe uma carta reivindicativa, comprometendo-se este a entregá-la às entidades competentes.

Depois deste encontro os agricultores dirigiram-se em desfile ao edifício da Brigada Técnica do MAP, onde entregaram o mesmo documento.

Sobral de Monte Agraço

Um abaixo-assinado subscrito por 503 pessoas e um caderno reivindicativo foi entregue no dia 14 ao presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço por cerca de 50 agricultores do concelho.

Entre as reclamações apresentadas ao presidente,

e que este se comprometeu a remeter aos diversos órgãos de soberania, salienta-se a abertura de uma delegação do MAP no concelho.

Preços justos para o leite e a carne, redução dos preços das rações e garantias para o escoamento do vinho, são também reivindicações que a lavoura de Sobral de Monte Agraço deseja ver atendidas.

Portalegre

Como havíamos noticiado no último número, os agricultores de Portalegre reuniram-se no passado sábado, no salão do Magistério Primário, por convocação do Secretariado Distrital das Ligas e Cooperativas.

Depois de discutirem os mais graves problemas da lavoura da região, os presentes aprovaram, já no final, um documento em que se exigem, entre outras coisas, a anulação do aumento dos preços das rações, a actualização dos preços da carne, nomeadamente 126 escudos para o borrego, 226 escudos para o bovino e 126 escudos para o suíno.

O referido documento será enviado ao Governador Civil para que este o faça chegar aos órgãos de soberania e ao Ministério da Agricultura e Pescas.

Porto

Após mais um encontro realizado na passada segunda-feira com a direcção dos serviços regionais do MAP da cidade do Porto, uma delegação da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte manifestou a sua disposição de recorrer "a novas formas de luta" até que as "reclamações da lavoura sejam atendidas".

Recebida pelo subdirector



Insatisfeitos com a atitude do Governo que se mantém sem dar resposta aos graves problemas que afectam a lavoura, os agricultores prosseguem, de Norte a Sul do país, uma justa luta que visa pôr fim à situação de ruína e miséria nos campos

daquele departamento, a delegação não obteve nenhuma resposta para as reclamações anteriormente apresentadas.

"Parece que estão a querer que a gente perca a paciência", disse Manuel Ferreira, da direcção da Aliança das Ligas, durante um encontro com a imprensa.

"Esta situação não pode continuar. O Governo não pode fazer ouvidos moucos às reclamações da lavoura", acrescentou ainda o dirigente, para concluir mais adiante que nesta situação "os problemas da lavoura avolumam-se e o Governo mostra-se incapaz de os resolver".

No decorrer do encontro foi ainda salientada a grande movimentação que se verificou no distrito do Porto nas últimas semanas, e que mobilizou mais de dois mil agricultores em concentrações realizadas em Paredes, Lousada, Marco de Canaveses, Porto, e Baião e nos plenários realizados nas feiras de Vila do Conde, Areosa e Carvalhos.

Ponte de Lima

Mais de 1500 agricultores concentraram-se no passado dia 15, no recinto da feira de gado, em Ponte de Lima, para exigir do Governo a adopção de medidas que resolvam a grave crise que está a levar à ruína a lavoura.

Durante o plenário foi aprovado um documento para ser entregue à delegação de Viana do Castelo da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, para que esta o remeta à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao MAP.

Neste se exige, nomeadamente, a garantia de preços justos para a carne de bovino, a tomada de medidas urgentes contra o contrabando de gado e a "saída imediata dos resultados do inquérito levantado pelo MAP à Coopelima".

Após a realização do plenário os agricultores decidiram proceder ao corte simbólico da

estrada Ponte de Lima - Viana do Castelo, que tentaram ser impedidos por agentes da PSP que, no entanto, depois de várias tentativas, viram gorados os seus intentos.

A acção dos agricultores de Ponte de Lima terminou com a realização de um novo plenário, este no tabuleiro da ponte da Senhora da Guia, onde se decidiu cortar todos os acessos à vila no próximo dia 29, a partir das 7 horas da manhã, caso o Governo não manifeste intenção de dar resposta às suas reivindicações.

Tocha

Convocados pela Federação das Unões e Ligas de Agricultores do Baixo Mondego, cerca de mil agricultores, na sua maioria produtores de leite, concentraram-se na manhã do dia 15, em frente ao posto da Lactocoop, na Tocha, concelho de Cantanhede.

Após exigência dos presentes compareceu um membro da Cooperativa de Mira e membro da direcção da Lactocoop que se reuniu com uma delegação dos agricultores. A delegação foi transmitida a preocupação

daquele União pelos problemas dos produtores de leite e anunciada a tentativa, sem êxito, de expor aos dirigentes do MAP a situação da lavoura. Dirigindo-se depois a todos os agricultores aquele dirigente comprometeu-se a enviar ao Governo um telegrama contendo as reclamações dos produtores de leite, designadamente o aumento imediato do leite da classe "A" para 20 escudos, assim como o seu pagamento em devido tempo.

Após a concentração, os agricultores cortaram durante duas horas o trânsito nas duas vias que dão acesso a esta localidade.

Pombal

Depois de uma delegação de agricultores se ter avistado com o presidente da Câmara Municipal

de Pombal que lhes transmitiu não ter qualquer resposta das entidades oficiais sobre as reclamações feitas no passado dia 1, os mais de 500 agricultores presentes elegeram na passada segunda-feira uma comissão encarregada de se deslocar à Assembleia da República no sentido de dar a conhecer os problemas da lavoura da região.

"Os agricultores, ao reunirem-se aqui de novo, hoje, mostraram que não querem desactos, mas sim verem resolvidos os seus problemas", ouviu-se da boca de um dos participantes na concentração.

Entretanto, já regressou a casa, cego do olho esquerdo, o agricultor Joaquim Vieira, de 71 anos, que fora violentamente agredido pela GNR no decorrer de uma concentração recentemente realizada em Pombal.

Dois exemplos da Reforma Agrária

Conhecedores profundos da realidade e do meio em que vivem, portadores dessa grande experiência acumulada na árdua labuta do dia-a-dia, os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo levaram à 5.ª Conferência da Reforma Agrária, recentemente realizada em Évora, em resultado de um profundo e rigoroso trabalho, o balanço de mais um ano de vida.

Um balanço onde estiveram presentes a vontade e a firmeza dos trabalhadores e onde se confrontaram duas realidades distintas: uma, a desastrosa

política governamental, trazendo atrás de si toda a espécie de problemas e dificuldades; outra, a persistente acção dos trabalhadores, a sua capacidade criadora, a sua busca constante de encontrar novas soluções.

Na tribuna da 5.ª Conferência, muitas vezes, expressando o sentir colectivo, deixaram clara a determinação de defender por todos os meios tão grande conquista de Abril.

E fizeram-no perfeitamente convictos de que só a Reforma Agrária com uma política de apoio às UCP's e Cooperativas e aos pequenos e médios

agricultores constitui a alternativa, que a experiência mostrou ser capaz de tirar a nossa agricultura do atraso em que se encontra. Convictos de que só liquidando o latifúndio e entregando a terra a quem a trabalha, se poderá aumentar a produção, acabar com as terras incultas e o desemprego, melhorar as condições de vida dos meios rurais e contribuir para o desenvolvimento económico do País.

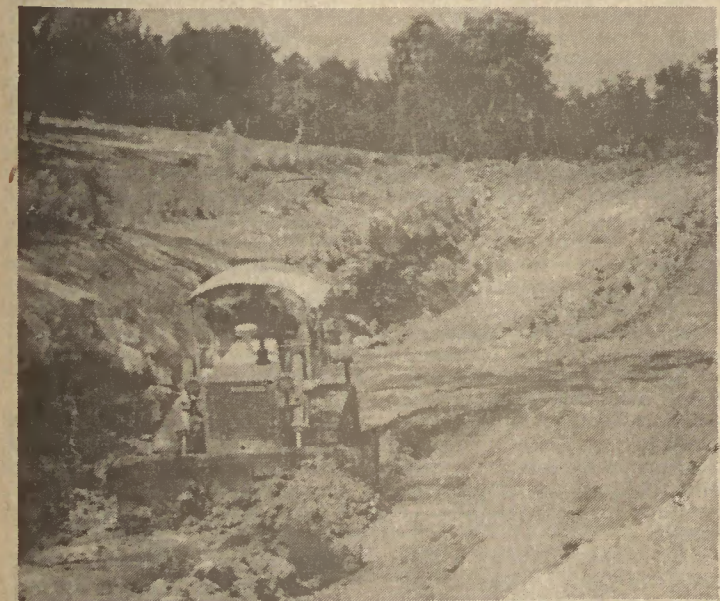
E nem mesmo a violenta ofensiva iniciada com o primeiro Governo de Mário Soares e sucessivamente prosseguida

pelos restantes governos até ao actual dirigido por Pinto Balsemão, conseguiu destruir, como desejariam, a dinâmica da Reforma Agrária.

Aos roubos de terras, gados, máquinas e alfaias, ao bloqueio à gestão, à repressão, os trabalhadores resistem palmo a palmo, defendendo a sua terra, procurando as soluções mais adequadas para cada caso, reclamando a devolução das terras ilegalmente arrancadas às UCP's/Cooperativas, esforçando-se decididamente para melhorar a produção e a organização.

Aqui deixamos ao conhecimento dos nossos leitores, dois exemplos significativos do que atrás referimos. Trata-se de dois casos citados no decorrer da Conferência que, por um lado, mostram bem quanto vale o esforço e a dedicação dos trabalhadores, do quanto eles são capazes de fazer e, por outro, da vergonhosa política de subserviência aos monopólios e ao imperialismo levada a cabo pelo Governo, uma política contrária aos legítimos interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais.

No Vale do Sorraia O governo defende o açúcar da CEE



Exclusivamente por razões políticas, num clara posição de subserviência aos grandes monopólios da CEE, o Governo actua contra os interesses nacionais ao mostrar-se surdo às propostas de organismos oficiais, do técnicos e dos trabalhadores, para que se iniciem novos projectos empreendimentos, construções e explorações agrícolas, factores decisivos para o desenvolvimento económico do país

Na região do Vale do Sorraia, onde os trabalhadores da Reforma Agrária foram os pioneiros da cultura do tabaco, há muito que as suas organizações reivindicam igualmente o início da produção de beterraba sacarina.

Após diversos ensaios realizados pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), nos campos experimentais do Vale do Sorraia, em Coruche e Murraceira, na Lezíria Grande do Tejo, chegou-se à conclusão que se tratava duma cultura com produções na ordem das 60 a 65 toneladas/ha de beterraba decorada e cerca de 10 toneladas/ha de açúcar.

Defende ainda a comissão técnica para a cultura e industrialização da beterraba sacarina no nosso País que a primeira unidade beterrabeira deverá ser

instalada no distrito de Santarém, mais concretamente em Coruche, reivindicando a Câmara Municipal e os trabalhadores das Cooperativas junto do Governo também a sua instalação.

Os grupos de estudo do INIA e a comissão técnica concluíram ainda que as estruturas fundiárias nesta região têm condições favoráveis para a utilização da mecanização intensiva, a que se junta o facto de se encontrarem bem implantadas cerca de 90 UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, e nos concelhos de Vila Franca de Xira e Salvaterra de Magos estarem nacionalizadas as melhores terras como sejam a Lezíria Grande do Tejo, assim como as terras abrangidas pelo perímetro de rega do Sorraia.

Mas que faz o Governo

perante esta situação? Surdo e quieto prossegue uma criminosa política agrícola, enterrando o arranque da cultura da beterraba a coberto da utópica entrada do nosso País para a CEE. E não é por acaso que isto acontece. O problema é de fundo e tem a ver com o excesso de produção de açúcar na CEE que leva o Governo Balsemão/AD a acatar a política agrícola imposta pelos grandes monopólios.

Está assim impedido o desenvolvimento da produção da beterraba sacarina que traria um grande desenvolvimento à região dos Vales do Tejo e Sorraia, garantiria postos de trabalho, evitaria a saída de divisas para comprar açúcar no exterior, como ainda desenvolveria o sector da pecuária principalmente na produção de leite e carne.

Na UCP «A Luta é de Todos» Partir do nada e chegar longe...



UCP «A Luta é de todos», partindo do nada, ultrapassando sucessivamente todas as dificuldades, têm hoje um efectivo de 100 vacas com uma produção de leite especial que os coloca no 10.º lugar da zona sul e oeste do país

Em 1977, a UCP «A Luta é de Todos», de Mora, comprou 39 vacas leiteiras e uma velhas instalações onde elas se encontravam e eram ordenhadas. Dois anos depois, em 79 e 80, os trabalhadores construíram dois grandes parques de estabulação livre, uma sala de ordenha em espinha para dez vacas, uma instalação de refrigeração de leite com capacidade para dois mil litros, uma maternidade-enfermaria, um vitelheiro, dois grandes silos de trinchira com capacidade para 800 toneladas de silagem e um depósito de chorume para aproveitamento das águas de limpeza e dos estrumes líquidos.

Para tudo isto foi necessário um esforço de investimento, todo ele proveniente de autofinanciamento, que ronda já os dez mil contos.

Actualmente a UCP dispõe de um conjunto de 70 vacas e novilhas já cobertas e de 30 novilhas que irão brevemente integrar o núcleo de produção. Após ser considerado como leite especial, a produção leiteira passou a ser vendida, nesta qualidade, desde Março último. Em lactação estão neste momento 50 vacas, com uma média de 15,9 litros/vaca ao dia, o que segundo as informações oficiais dos Serviços Veterinários dá a esta UCP o 10.º lugar como produtora de leite especial da zona Sul e Oeste do país, em termos de média de produção.

Dada a necessidade de dispor de grandes quantidades de forragens para atingir estes níveis de produção, a UCP dispunha inicialmente de 26 hectares de regadio, dos quais viriam a ser tirados, em 1980, oito

hectares para completar uma já bem completa reserva e respectiva maioração.

Mesmo assim, vencendo todas as dificuldades, os trabalhadores conseguiram produzir consociação e milharada para silar, bem como luzerna para feno e o que permitiu reduzir em muito a farinha consumida pelas vacas. Nestas forragens os trabalhadores fazem ainda a fertilização que permite, por outro lado, uma grande economização de adubo.

Embora a área de que dispõem não permita por agora que o efectivo ultrapasse as 100 vacas, os trabalhadores dispõem-se a ir mais longe, mesmo contra os permanentes ataques do Governo, demonstrando a sua disposição em produzir mais e melhor em defesa dos interesses da economia nacional e do nosso povo.

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



«A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português»

edições Avante!

Internacional

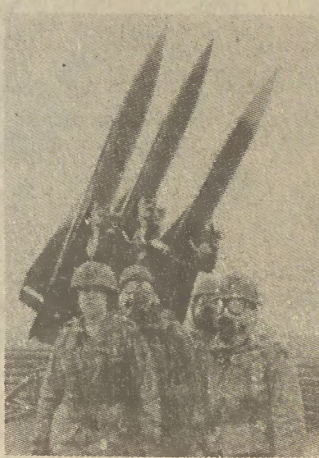
Roma, mais um passo na escalada da corrida aos armamentos

O imenso potencial destrutivo, nomeadamente nuclear, entretanto acumulado no nosso planeta (e até no espaço), a política externa norte-americana, crescentemente militarista, a exportação de tal política para a NATO — constituem elementos base de uma situação internacional que atingiu um ponto particularmente grave. Inflectir a direcção da política do imperialismo surge hoje como uma necessidade vital.

As bombas atómicas que explodiram sobre Hiroshima e Nagasaki causaram a morte de 100 000 pessoas. O actual arsenal de bombas atómicas equivale a mais de 1 300 000 bombas iguais às de Hiroshima. Um elemento mais aproximado do que significam, em termos de perigo para a sobrevivência de todos nós, decisões do governo norte-americano como: a duplicação do orçamento do Pentágono entre 1980 e 1982; verbas militares superiores a 30 por cento do orçamento federal (pela primeira vez desde o fim da guerra do Vietnam); o maior programa nuclear de toda a história dos EUA.

Uma política externa virada para o «domínio do mundo»

Se o «domínio do mundo» é tónica constante da política imperialista, tal tónica assume hoje uma outra dimensão quando pode significar, literalmente, a destruição desse mundo.



contra o qual continua a armar os grupos provocatórios da UNITA. E muito provavelmente o 25 de Abril não escaparia à classificação de «acção terrorista», se então Washington já tivesse optado por tal capa para as suas acções de política externa, essas sim abertamente terroristas. Assim, na linha da política externa norte-americana actual, podem-se destacar factos como: a institucionalização dos «corpos de reacção rápida» destinados a intervir onde os interesses do imperialismo estejam ameaçados; a instalação de bases militares em diversos países (a somar às mais de duas mil já existentes) em particular na zona do Golfo Pérsico; crescente ajuda militar aos «países ami-

gos», tais como o Egipto, Israel, o Paquistão, o Chile; declaração oficial de fornecimento de armas aos grupos contra-revolucionários afegãos. Isto a somar ao aumento sistemático de venda de armas por parte de um país que é indiscutivelmente o número um no comércio da morte.

A reunião de Roma

«A rápida expansão do poderio militar americano é a base da política externa delineada por Reagan e Haig», afirmava recentemente o «Time».

Acontece que essa expansão do poderio militar passa cada vez mais pela militarização da Europa. As razões que apontam para aí são evidentes: é na Europa que se situam os alvos preferenciais do imperialismo; a União Soviética e o conjunto de países do Pacto de Varsóvia; tenta-se furtar, dentro do possível, o território norte-americano, da previsível resposta dos países socialistas a qualquer acto de agressão. Que isso represente a aniquilação de milhões de pessoas, pelo menos, no continente europeu, é facto que não impressiona minimamente a Casa Branca, e pelos vistos tão pouco os governos de alguns países da Europa capitalista.



total, a Europa Ocidental perderia, só em mortos, 100 milhões de pessoas. Estes factos não parecem impressionar minimamente os governos dos países da NATO, e particularmente o dos Estados Unidos. Na verdade os preparativos para uma guerra nuclear desenvolvem-se muito particularmente no continente europeu.

Sucedem-se as decisões visando a acentuação da corrida aos armamentos e transformação da Europa num perigosíssimo arsenal de armas nucleares. A amplitude quantitativa e qualitativa da corrida aos armamentos desencadeada por iniciativa

Na reunião da NATO realizada em 4 e 5 de Maio em Roma, deu-se mais um passo — e um passo grave — rumo à militarização do continente europeu.

Na primeira página do comunicado final aprovado em Roma — e só na primeira página — fala-se de paz. Manifesta-se mesmo «séria inquietação pelas continuas ameaças à segurança e à estabilidade internacional» (e quem ameaça?), proclama-se a «moderação e a responsabilidade». Promete-se trabalhar para «o estabelecimento de relações internacionais estáveis».

Esta é «teoria». E os factos concretos?

O jornal «Frankfurter Allgemeine», porta-voz do complexo militar-industrial da RFA, comentava: «Os resultados da sessão podem-se considerar um êxito. Agora, ninguém na NATO poderá adiar o armamento colectivo a pretexto de que a parte política da dupla decisão da NATO (a de conduzir, simultaneamente, conversações) deverá adquirir, primeiro, uma feição concreta».

Na verdade Washington conseguiu impor nesta reunião todos os seus principais objectivos:

- o programa de rearmamento, sobretudo com a implantação dos novos mísseis nucleares;
- o alargamento da organi-

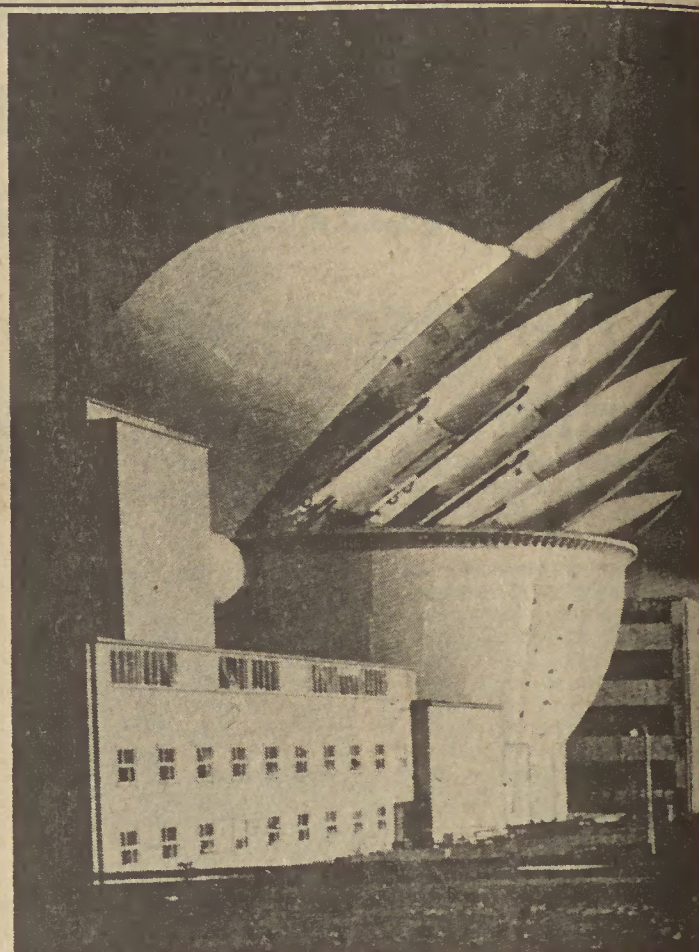
zação, com a inclusão de Espanha;

— a expansão da zona geográfica de acção da NATO, em particular na direcção do Golfo Pérsico.

Quanto às — vagas — promessas de negociação, não passam da formal concordância da parte de Washington em reatar as conversações com a União Soviética com vista à limitação dos armamentos nucleares na Europa, conversações que os próprios Estados Unidos tinham unilateralmente interrompido no Outono passado.

Simultaneamente regista-se o mais total silêncio em relação às múltiplas propostas soviéticas para o desanuviamento político e militar e a Moratória apresentada pela URSS, respeitante ao congelamento imediato do armamento nuclear, é mesmo considerada como «absolutamente inadmissível». O que não pode deixar de significar que os EUA e a NATO apostam na continuação da escalada na corrida aos armamentos.

Se tivermos em conta declarações como a do conselheiro de Reagan, Edwin Meese, que afirmou recentemente: «A ideia de que devemos convocar necessariamente uma cimeira não é um elemento da política externa de Reagan», ou comentários tão insuspeitos como o de «Washington Post» que afirma que o governo norte-americano



receia que «a opinião pública americana e ocidental a favor da cimeira possa paralisar o programa americano de expansão de armamentos e torpedear as iniciativas diplomáticas americanas, como a concessão de ajuda a El Salvador ou um eventual auxílio aos rebeldes afegãos» — fica bem claro que a promessa de negociar feita por Washington em Roma não passa de vá promessa. O que reflecte a

força adquirida pela dinâmica de uma opinião pública frontalmente avessa à corrida aos armamentos. Reflecte os efeitos desse movimento de massas sobre os governos da Europa Ocidental, mas simultaneamente significa que os EUA insistem na política de negociar, talvez... mas a partir de posições de força. Uma política votada ao fracasso. Uma política que encerra entretanto graves riscos.

Supremacia militar

O ex-ministro da Defesa dos EUA, H. Brown, declarou publicamente quando ainda responsável da Defesa, que os Estados Unidos tinham como meta conquistar, até meados dos anos oitenta, a superioridade militar da NATO sobre os Estados membros do Tratado de Varsóvia. Acrescente-se que se trata de uma superioridade no campo nuclear. Este o verdadeiro objectivo estratégico do programa de armamento a longo prazo da NATO. Plano que se coaduna com as pretensões ao domínio mundial, passando pela liquidação, desta ou daquela forma, da comunidade socialista.

Esta política está longe de ser uma novidade. Pelo contrário, mantém-se como uma constante, mesmo em momentos caracterizados por uma política externa mais realista por parte do imperialismo.

No período da «guerra-fria», num documento elaborado por iniciativa do Comité de Chefes

dos Estados-Maiores dos EUA, «Estratégia de longo alcance», afirmava-se: «A base da nossa política deve assentar na seguinte premissa: não poderemos tolerar que sobreviva um sistema político oposto ao nosso». Se tivermos em conta a ajuda muito real do imperialismo a todas as ditaduras reaccionárias, mesmo no genocídio de povos que lutam pela sua libertação, o cerco económico e a sistemática provocação política contra países que optaram por uma via de desenvolvimento progressista, as manobras e provocações contra a comunidade socialista, facilmente poderemos concluir que a linha actualmente seguida por Washington em nada difere da preconizada nos tempos da «guerra fria».

A corrida aos armamentos

A pretensão sistemática à superioridade militar esbarra com a constatação realista de que tal superioridade é actualmente im-

possível. Em 1969, por exemplo, o presidente Nixon reconheceu oficialmente que existia uma paridade de forças nucleares entre a URSS e os EUA. Carter, ao assinar o SALT-2 (que continua por ratificar), volta a reconhecer de facto essa paridade. Este reconhecimento reflecte-se mesmo nos planos norte-americanos. No primeiro decénio posterior à guerra os EUA estiveram dispostos a empregar a arma nuclear nove vezes, no segundo decénio baixou para oito vezes e no terceiro para duas. Em Maio de 1972, no Kremlin, Nixon declarava: «No século nuclear... não existe a noção de segurança garantida por uma superioridade...».

Em 1955, por altura das manobras aéreas «Carte Blanche», os peritos da NATO calcularam que, numa guerra atómica «limitada», asperdas da população na RFA, só nas primeiras 48 horas, seriam de milhão e meio de mortos e três milhões e meio de feridos. Numa guerra atómica



possível. Em 1969, por exemplo, o presidente Nixon reconheceu oficialmente que existia uma paridade de forças nucleares entre a URSS e os EUA. Carter, ao assinar o SALT-2 (que continua por ratificar), volta a reconhecer de facto essa paridade. Este reconhecimento reflecte-se mesmo nos planos norte-americanos. No primeiro decénio posterior à guerra os EUA estiveram dispostos a empregar a arma nuclear nove vezes, no segundo decénio baixou para oito vezes e no terceiro para duas. Em Maio de 1972, no Kremlin, Nixon declarava: «No século nuclear... não existe a noção de segurança garantida por uma superioridade...».

Em 1955, por altura das manobras aéreas «Carte Blanche», os peritos da NATO calcularam que, numa guerra atómica «limitada», asperdas da população na RFA, só nas primeiras 48 horas, seriam de milhão e meio de mortos e três milhões e meio de feridos. Numa guerra atómica

— corrida para uma miragem

dos EUA não tem paralelo na História. Em 1978 é aprovado em Washington um programa a longo prazo que prevê um suplemento de mais de 80 bilhões de dólares destinados fundamentalmente à aquisição de novos armamentos; em Dezembro de 1979 regista-se a decisão da NATO sobre a implantação na Europa Ocidental de 572 novos mísseis norte-americanos, os «Pershing-2» e os mísseis «Cruzreiro»; segue-se o compromisso por parte dos Estados membros da NATO de aumentar os seus orçamentos militares em 3% ao ano sobre as respectivas taxas de inflação.

No Verão de 1980 foi oficializada a «nova estratégia nuclear», através da «Directiva presidencial 59». A elaboração desta directiva foi iniciada em meados dos anos 70, tratando-se portanto de uma opção maduramente pensada o que nada tem a ver com razões conjunturais ou pretextos do tipo Afega-

nistão. Assenta por outro lado numa dupla falsificação dos factos, ao apontar para uma guerra «limitada» ou «local» ou uma guerra «prolongada», conceitos incompatíveis com a tremenda realidade que seria uma guerra nuclear.

Com esta directiva os EUA pretendem levar os povos a «aceitar» a eventualidade de uma guerra nuclear («limitada» ou «local» sempre é diferente...). Por outro lado planeiam, em caso de conflito, pôr a salvo o seu território, sacrificando friamente a Europa, de onde partiria o «primeiro golpe», desferido pelos «Pershing 23» e os mísseis de Cruzreiro, destinados a atingir alvos bem dentro do território soviético em poucos minutos.

A Declaração de Varsóvia

A política belicista prosseguida pelo imperialismo, responde a comunidade socialista com

sistemáticas propostas de paz. Em Maio de 1980, o Pacto de Varsóvia apresentou propostas concretas visando o desanuviamento no campo militar, e finalmente o desarmamento.

• nenhum Estado ou grupo de Estados na Europa deverá aumentar os efectivos das suas forças armadas;

• respeitar rigorosamente todas as disposições da Acta Final;

• acelerar os preparativos da Conferência sobre o desanuviamento militar e o desarmamento na Europa;

• canalizar esforços para rápidos acordos nas conversações sobre limitação e cessação da corrida aos armamentos. Considerando como tarefas imediatas a ratificação dos acordos SALT-2, a interdição geral e completa de experiências nucleares, a interdição de armas radiológicas e químicas, a não utilização de armas nucleares contra Estados que as não possuam;

• iniciar imediatamente contactos para a conclusão de um tratado mundial sobre o não-recurso à força, o fim da produção de armas nucleares e a gradual redução do acabamento e fabrico de novos sistemas de armas de destruição massiva, a redução dos orçamentos militares.

Trata-se de propostas muito concretas, que se chocam com decisões como a indicada pela directiva presidencial secreta n.º 50, de acordo com a qual, é de vontade do governo norte-americano evitar as negociações sobre limitação de armamentos, caso prejudiquem os programas em curso.

A década de 80 terá que ser a década da viragem rumo ao desanuviamento militar. Pesem embora decisões tão significativas como as inseridas nesta e noutras directivas secretas, é preciso impor ao imperialismo o caminho de negociar, negociar sempre, como o único viável.

O perigo da corrida armamentista sublinhado por delegação soviética

Uma delegação conjunta do Comité Soviético para a Defesa da Paz e do Comité Soviético para a Cooperação Europeia está no nosso país a convite do Comité Português para a Paz e Cooperação, tendo-se já avistado com o vice-presidente da Assembleia da República, Nuno Rodrigues dos Santos, Grupos Parlamentares dos Partidos ali representados, presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa, Setúbal, Moita e Barcelo, representantes do PCP, PS e MDP/CDE, dirigentes sindicais e representantes de movimentos de opinião para a defesa da paz, devendo ainda encontrar-se com um representante do Conselho da Revolução.

Manifestando a sua convicção de que a maioria absoluta das forças portuguesas estão interessadas na paz e no desanuviamento e têm a esse respeito e em última análise opiniões semelhantes às dos soviéticos, declarou que «as forças políticas devem ultrapassar as suas divergências quando se trata de fortalecer a paz e defender as decisões aprovadas em Helsínquia, amplamente apoiadas».

Realizando o empenhamento do seu país e de todo o povo soviético na manutenção da paz, em particular na Europa (que a corrida aos armamentos faz perigar), Mikhail Fedorovitch mencionaria a esse respeito diversas iniciativas da URSS em defesa da paz, nomeadamente a recente moratória que propõe o congelamento dos armamentos ao seu nível actual e conversações no sentido de os reduzir ou até eliminar totalmente, sublinhando entretanto os entraves postos a esta política por alguns círculos ocidentais, em particular dos EUA, que «pretendem percorrer mais um

círculo da espiral armamentista».

Recordando os vinte milhões de mortos soviéticos durante a II Guerra Mundial, o chefe da delegação soviética afirmaria que a URSS «está sinceramente empenhada em salvaguardar a paz, contra a corrida aos armamentos, não por fraqueza mas porque só a paz corresponde aos interesses de todos os povos».

A propósito do Encontro sobre a Paz e Cooperação na Europa, a decorrer em Madrid, Mikhail Fedorovitch considerou-o positivo apesar das dificuldades pois «as conversações, mesmo difíceis, são preferíveis à corrida aos armamentos», acrescentando ainda que, gradualmente, os países ali representados vão chegando a acordo quanto à necessidade de convocar uma Conferência Europeia para o Desarmamento o que, só por si, será suficiente para falar do êxito deste Encontro de Madrid, acrescentando que as propostas da URSS nesse sentido já estão a ser apoiadas pela maioria dos países europeus.

«Dias de Portugal na URSS»

• Êxito cultural e artístico

Regressaram ao nosso País a delegação da Associação Portugal-URSS e o grupo Politécnico da Camacha (Madeira) que, durante uma semana, visitaram a República Soviética da Estónia, no âmbito das comemorações dos «Dias de Portugal na URSS».

Completando um extenso e variado programa de visitas e actuações (duas das quais em Moscovo), a viagem da comitiva saiu-se por assinalável êxito cultural e artístico, com destaque, nomeadamente, para a actuação do conhecido grupo madeirense, que entusiasmou a numerosa assistência presente nos seus concertos, dois em Tallin, a capital, e os restantes em Pärnu, cidade balnear e piscatória, e em Kõhla-Järve, centro urbano mineiro próximo de Leninegrado.

A presença portuguesa na Estónia Soviética, amplamente noticiada na Imprensa, Rádio e Televisão locais, com entrevistas e programas exclusivamente dedicados ao nosso país, terá ainda continuidade com a exposição de gravura nacional, do século XVIII aos nossos dias, organizada pelo membro da delegação, Gil Teixeira Lopes, pintor e professor da ESBAL.

A exposição percorrerá durante as próximas semanas várias cidades daquela República da URSS. Os principais membros da comitiva, Mário de Brito (juiz do STJ), Mário Aguiar (deputado à Assembleia Regional da Madeira) o pintor Gil Teixeira Lopes, o jornalista Eugénio Alves e o director do grupo da Camacha, Alfredo Nóbrega, foram frequentemente ouvidos, quer pela informação

estoniana, quer pela Imprensa e Rádio de Moscovo, que assinalou também com destaque a presença portuguesa na URSS.

Acolhidos com rara hospitalidade e carinho em todos os locais visitados, os membros da delegação souberam corresponder dignamente aos objectivos básicos desta já tradicional iniciativa da Portugal-URSS que visa o fortalecimento e desenvolvimento das relações de amizade entre os dois povos.

No final do corrente ano, virá a Portugal uma delegação cultural e artística da Geórgia Soviética, para participar nas comemorações dos «Dias da URSS em Portugal», como contrapartida da iniciativa agora levada a efeito naquela República Soviética do Báltico.

Movimento comunista

Mongólia: desde há 60 anos no caminho da sociedade comunista

Conforme oportunamente noticiámos, realizou-se recentemente na cidade de Ulan-Bator, capital da Mongólia, o XVIII Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol, no qual o PCP esteve representado pelo camarada Dinis Miranda, membro da Comissão Política do CC. O facto de este ano se comemorar o 60º aniversário do PPRM e da vitoriosa revolução popular que derrubou a oligarquia feudal, fez com que o Congresso se revestisse de particular importância, razão pela qual, em conversa com Dinis Miranda, registámos alguns significativos dados acerca dos debates e conclusões do Congresso e sobre os passos dados naquele país na construção da sociedade comunista.

Antes de mais, deve dizer-se que no Congresso participaram 62 delegações de países estrangeiros, incluindo 12 dos países socialistas, 7 de países que conquistaram recentemente a independência e 43 de partidos comunistas e operários.

Quanto aos delegados, eram em número de 500, dos quais 160 operários industriais, 273 ligados à criação de gado e à agricultura e 67 intelectuais. Refira-se ainda que 22 por cento dos delegados tinham menos de 35 anos e 74 por cento entre os 35 e os 60 anos.

Dinis Miranda começou por

mento mineiro já lançou em 1980 uma produção equivalente a 1/5 da exportação.

A República Popular da Mongólia continua a desenvolver a amizade fraternal e uma estreita colaboração com os países europeus e a comunidade socialista. Participa activamente na realização do Programa de integração económica socialista e nos programas específicos a longo prazo de cooperação dos países membros do CAME. Continua fomentando a cooperação económica, comercial, científico-técnica e cultural com os países socialistas irmãos.



Dinis Miranda em Ulan-Bator: o contacto com um país que «saltou» do feudalismo para a construção do socialismo

salientar que o informe do CC do PPRM, apresentado pelo Primeiro Secretário do CC, camarada Yuri Tsendenbal, é uma afirmação do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

No que respeita à política externa o informe salienta a ajuda multilateral e fraternal da União Soviética nos últimos cinco anos no cumprimento do VI Plano Quinquenal. Nestes 5 anos, com a ajuda da União Soviética, foram postas a funcionar cerca de 150 empresas industriais e agro-pecuárias. Entre elas, tem um lugar especial a mina de «Erdenet». Este empreendi-

O intercâmbio do comércio externo da RPM no próximo quinquénio aumentará entre 50 a 60% dos quais 55 a 60% corresponderão à exportação e 48 a 52% à importação.

As relações internacionais

Hoje, o PPRM mantém contactos de trabalho praticamente com todos os partidos comunistas e operários do mundo. Os comunistas mongóis apoiam calorosamente a luta dos partidos comunistas e operários capitalistas em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, pela

democracia e progresso social.

Nos últimos 5 anos alargaram-se consideravelmente os laços do Partido com os partidos e organizações democráticas e nacionais e com os países libertados do jugo colonialista.

Actualmente, a Mongólia mantém relações diplomáticas com 91 Estados e é membro de muitas organizações internacionais prestigiadas. Apoiar as propostas de alguns partidos comunistas e operários dos países da Ásia no que diz respeito à realização de um Encontro dos seus representantes para uma troca de pontos de vista sobre problemas relacionados com a garantia da paz e a estabilidade no continente asiático.

O informe sublinha a crise geral do capitalismo na presente etapa do seu agravamento devido à agudização das contradições fundamentais da sociedade burguesa, englobando todo o seu sistema político, a economia e os pilares morais e ideológicos.

A RPM aplica de maneira consequente a política de coexistência pacífica entre Estados socialmente distintos e a solução por meios pacíficos dos problemas internacionais litigiosos.

O mundo socialista constitui a força determinante da nossa época, e graças ao aumento da sua influência e poderio a correlação de forças sociais na Terra mudou a favor das relações pacíficas e do progresso social.

O PPRM denuncia a política antipopular, anti-socialista dos dirigentes chineses e a inconsis-

tência absoluta do maoísmo. Adverte, devido à activação das manobras das forças imperialistas, sobre o agravamento da situação na Ásia e o crescimento da tensão e dos conflitos provocados pelo imperialismo norte-americano e os hegemónistas chineses.

No plano da política económica

Os fundos fixos da produção da economia nacional aumentaram 70%. O produto nacional bruto — disse-nos Dinis Miranda — aumentou 35% e a renda nacional 30,9%. Dois terços do crescimento da renda nacional foram conseguidos através do aumento da produtividade do trabalho.

A agricultura dispõe de fundos fixos (sem contar com o gado) que aumentaram 16 vezes em relação ao ano de 1960. Criaram dezenas de herdades estatais e forrageiras e vacarias mecanizadas.

Puseram a produzir 279 mil hectares de terras virgens. Enviaram para o campo mais de 4000 tractores, 1200 ceifeiras debulhadoras, 2000 «camions» e muita outra maquinaria.

Durante o 6.º quinquénio foram constituídos mais de 15 000 malhadas e estábulos com capacidade para 7,2 milhões de cabeças de gado. O número de cabeças parideiras aumentou 560 000.

A média de produção anual de carne aumentou 12%, de leite 5,4%, de hortaliças 29%.

A agricultura está representada por 225 grupos agro-pecuários.

Cada grupo pecuário dispõe, em média, de 441 000 hectares de aproveitamento agrícola, 70 000 cabeças de gado colectivo, 15 tractores e 13 «camions». Na produção agro-pecuária trabalham mais de 6000 especialistas com cursos médios e superiores.

Nos últimos 5 anos, graças ao reequipamento técnico das empresas em funcionamento, a produção industrial aumentou 50% e os fundos fixos de produção 120%. A indústria contribuiu com 63% de aumento da renda nacional.

A indústria mineira aumentou 6 vezes em relação a 1975.

O número de alunos nos centros docentes de todos os escalões aumentou 26%. No passado quinquénio formaram-se 33 000 especialistas com instrução superior e média e 47 000 operários especializados. Isto num país com 1 milhão e 565 mil quilómetros quadrados e com uma população de 1 milhão e 645 mil habitantes.

Para o 7.º Plano Quinquenal — disse-nos ainda, a terminar, Dinis Miranda — o Partido coloca novas e mais importantes tarefas do desenvolvimento económico e social e a melhoria consecutiva do bem-estar dos trabalhadores. Elas estão formuladas no projecto do CC «Orientações fundamentais do desenvolvimento da economia nacional e da cultura da RPM nos anos 1981/85».



Dinis Miranda (o segundo da direita, no primeiro plano), representou o PCP no XVIII Congresso do Partido Popular Revolucionário

SEMANA Internacional

10
Quarta-feira



Cerca de 600 a mil guerrilheiros salvadoreños atacam soldados da Junta fascista na cidade de Arcatao, a norte da capital, San Salvador, obrigando-os a pedir reforços urgentes; esta operação dos guerrilheiros patriotas — que incluiu o corte efectivo de todos os acessos terrestres à zona — foi a operação militar de maior envergadura desde a recente ofensiva dos guerrilheiros e causou importantes baixas materiais e humanas às forças da ditadura ■ O "ayatollah" Khomeini, utilizando os poderes constitucionais de que dispõe, retira ao presidente do Iraão Bani-Sadr o comando supremo das Forças Armadas, cargo que o presidente iraniano exercia efectivamente desde o início do conflito com o Iraque.

11
Quinta-feira

Agentes da polícia e soldados britânicos procuram intensamente oito patriotas irlandeses que se evadiram espectacularmente na passada terça-feira de uma cadeia da Irlanda do Norte ■ O dirigente do pequeno Partido Republicano Irlandês, Giovanni Spadolini, aceita a incumbência de formar o 41.º governo pós-guerra, embora se considere difícil o seu êxito ■ O secretário-geral do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), Stanislaw Kania, falando no final de uma longa reunião do CC do Partido, considera que o "Solidariedade" é uma organização manipulada por forças hostis ao socialismo e utilizada contra o Partido, afirmando ainda que iria prosseguir a política para a renovação socialista ■ O governo francês propõe um novo imposto de rendimento sobre os ricos e maiores impostos sobre produtos de luxo e os lucros dos bancos e companhias de petróleo, com o objectivo de financiar um importante projecto para criar milhares de novos postos de trabalho no sector público e combater o desemprego entre mulheres e jovens; as propostas têm de ser aprovadas pelo novo parlamento francês.

12
Sexta-feira

O presidente soviético Leonidas Brejnev manifesta a Olof Palm, antigo primeiro-ministro sueco que se encontra em Moscovo chefiando uma representação da Comissão Independente para o Desarmamento e Segurança (CIDS), de que é fundador, a sua preocupação com a corrida aos armamentos, afirmando que a URSS está disposta a entrar em negociações com os EUA tão depressa quanto possível sobre o tratado SALT II e mísseis europeus ■ Grandes manifestações exigem em Teerão a demissão do presidente Bani-Sadr, que na semana passada pediu aos seus partidários que resistissem a uma tentativa de imposição de uma nova tirania no país ■ O Partido Comunista Italiano (PCI) considera como um facto positivo a indigitação de um político não pertencente à Democracia Cristã para chefiar o novo governo italiano.

13
Sábado

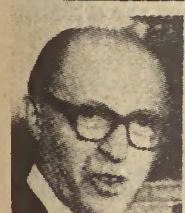


Dois patriotas irlandeses presos na cadeia de Maze às ordens do governo britânico que ocupa militarmente a Irlanda do Norte são eleitos deputados do parlamento da República da Irlanda; a escolha dos dois presos do "Bloco H" — Paddy Agnew, de 26 anos, e a cumprir uma pena de 16 anos, e Claron Doherty, de 25 anos, que se encontra em greve da fome e com poucas semanas de vida — assim como a enorme votação conseguida por todos os nove presos que se candidataram, anula o argumento do governo britânico de que os patriotas irlandeses presos são "meros criminosos" sem apoio popular ■ O presidente iraniano Bani-Sadr refugia-se em local secreto da capital iraniana, protegido pelos seus partidários e após declarar que havia uma conspiração contra a sua vida.

14
Domingo

A esquerda francesa vence folgadoamente a primeira volta das eleições legislativas, alcançando a esquerda no seu conjunto cerca de 55,5 % dos sufrágios expressos, sendo as abstenções muito elevadas (28,7 %) ■ Jomais israelitas põem em causa afirmações do primeiro-ministro sionista Menahem Begin sobre supostas "bases secretas" iraquianas destruídas pelo criminoso raid de Israel, acentuando ainda mais o isolamento interno e externo do governo de Begin após a acção militar contra a central nuclear iraquiana ■ O parlamento iraniano reúne-se em curta sessão sem debater o futuro do presidente Bani-Sadr, recentemente demitido de comandante supremo das FFAA; entretanto não Teerão informa que ascende a dois mil o número de vítimas já encontradas após um terramoto que sacudiu na passada quinta-feira o Suesto do país, enquanto continuam a ser desenterrados corpos dos escorbos ■ A população negra sul-africana começa uma semana de evocação dos massacres do Soweto ocorridos em 16 de Junho de 1976, dos quais resultaram a morte de pelo menos 700 negros, segundo os números oficiais.

15
Segunda-feira



O Partido Socialista e o Partido Comunista Francês iniciam contactos com vista à combinação das suas forças na segunda volta das eleições legislativas ■ O "ayatollah" Khomeini convida o presidente Bani-Sadr a "pedir desculpas à nação", afirmando-se disposto a aceitar essas desculpas ■ O secretário de Estado norte-americano Alexander Haig tem em Pequim uma reunião com o seu homólogo chinês Huang Hua, durante o qual foram debatidos assuntos de "interesse comum" ■ O dirigente do Partido Trabalhista de Israel, Shimon Peres, acusa o primeiro-ministro sionista Begin de estar a lançar uma campanha de "incitamento do eleitorado", de impor o medo e provocar um culto de personalidade ■ Os ministros das Finanças da CEE manifestam profunda apreensão pelos efeitos das altas taxas de juros norte-americanas e da subida de cotação do dólar sobre as economias europeias ■ Os primeiros resultados das eleições para a Câmara do Povo da RDA revelam uma participação de 99 % dos eleitores, quase todos a favor das listas unitárias da Frente Nacional.

16
Terça-feira

Edem Kodjo, secretário-geral da OUA, declara serem necessárias armas para acelerar o fim do regime racista sul-africano ■ São presos em Teerão oito assessores do presidente iraniano Bani-Sadr, o qual enfrenta no Parlamento, um processo de declaração de incompetência ■ Manifestações diversas em liberdade ■ Em França, enquanto a direita faz apelos mais ou menos patéticos ao voto dos 30% de abstenционistas na próxima segunda volta das eleições legislativas, o PSF e o PCF apelam ao prolongamento da unidade da primeira volta

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 15 de Junho de 1979 os presidentes Leonidas Brejnev, da URSS, e James Carter, dos EUA, encontram-se pela primeira vez em Viena de Áustria, no começo da cimeira que culminará com a assinatura do Tratado SALT-II.

Internacional

Polónia: Por um Partido forte na defesa do socialismo — Reunião do CC do POUP

A reunião plenária do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), realizada a 9 e 10 deste mês, reflectiu de forma particularmente clara os graves problemas que hoje defronta a Polónia socialista, problemas que se prendem às dificuldades de superar uma crise habilmente utilizada e alimentada pelas forças da reacção internacional, e às preocupações que o arrastar de tal situação provoca na comunidade socialista, preocupações que vêm espelhadas na fraterna carta dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) ao POUP, e cuja discussão em grande medida dominou os debates do plenário.

A tónica desta reunião do CC do POUP foi, no fundamental, os perigos que corre o socialismo na Polónia. Perigos que passam pela degradação constante da situação económica, uma profunda instabilidade social que se prende sem dúvida à acção de grupos provocatórios, o anticomunismo e o anti-sovietismo, o domínio crescente dos órgãos de informação por pessoas que nada têm a ver com o socialismo, uma situação difícil no próprio POUP, onde se registam tendências social-democráticas.

No quotidiano dos factos estes grandes problemas concretizam-se num descontentamento popular face à falta de generosidade e instabilidade de futuro, criteriosamente aproveitado por elementos que, de dentro do "Solidariedade", estão apostados em enganar os trabalhadores polacos, levando-os, em nome da su-

peração de desvios e erros da Polónia socialista, a apoiar, como destaca a carta do PCUS, uma "conspiração criminosa contra o poder popular". Manipulação a que se somam acções muito claramente contra-revolucionárias que não têm encontrado pela frente a resposta firme e adequada. É neste contexto que se enquadram acções como greves da fome e manifestações de grupos de estudantes pela libertação de indivíduos ligados a grupos abertamente contra-revolucionários (que foram libertados entretanto), ou acções como as descritas pelo camarada Kania, secretário-geral do POUP: «Pamfletos difamantes, falsidades indiscriminadas sobre a essência das nossas relações com a União Soviética, actos bárbaros de destruição de monumentos e profanação de sepulturas de soldados soviéticos são contrários ao nosso sentimento de dignidade nacional».

«Não é por acidente que o conteúdo dos panfletos que circulam por todo o país se assemelha cada vez mais aos programas da Rádio Europa Livre (da CIA) durante a guerra fria».

O avanço da contra-revolução e a inadequada resposta que lhe tem correspondido foram particularmente salientados no plenário. Como declarou, por exemplo, o general W. Sawczuk, «os conflitos são continuamente aticados a fim de manter o caos e a tensão», enquanto o primeiro secretário de Gorzow destacava: «registamos um recuo após outro. Todas estas concessões serão necessárias?».

Que ingerência?

Em declarações proferidas em Pequim o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig sentiu-se autorizado a considerar a carta do PCUS ao POUP como uma «inadmissível ingerência». Claro, é bem compreensível que Haig preferisse ver a CIA agir de mãos soltas, a Polónia isolada na comunidade socialista, a conquista de uma posição estratégica virada contra a comunidade socialista no seu conjunto. Não será assim. Confirma-o a própria carta do PCUS, como todo o fraterno procedimento de vários países da comuni-

da de socialista, legitimamente preocupados com os acontecimentos na Polónia. Hoje o PCUS realinha expressamente: «Não abandonaremos a Polónia socialista e irmã na sua hora de necessidade. Ficaremos a seu lado».

Curiosamente, se o senhor Haig parece muito preocupado com ingerências (e a ingerência tem sido uma constante da política dos EUA e da NATO em relação à Polónia), o mesmo não se pode dizer do Comité Central do POUP, a que naturalmente melhor caberá definir o que é ou não ingerência nos assuntos internos do seu país. Pelo contrário, na reunião plenária do POUP, e de acordo mesmo com o comentário do jornal «Le Monde», a tónica foi «Os camaradas soviéticos têm razão». E quem melhor que os polacos poderá saber que os inimigos do poder popular estão «a ganhar posições uma após outra» e que «as forças imperialistas fazem esforços ainda mais ardentes para interferir nos assuntos polacos?» Na sua intervenção o secretário-geral do POUP foi claro: «O partido de Lenine suporta o peso principal da segurança da nossa comunidade e da sorte do socialismo no mundo. (...) As preocupações dos patriotas irmãos sobre (...) o prolongamento da crise na

Polónia e as consequência que isso pode ter sobre a segurança e o desenvolvimento da comunidade dos países socialistas, tem pleno fundamento».

A resolução final

Na intervenção final, o primeiro secretário do CC do POUP afirmou: «É indispensável, por um lado opor-se firmemente a tudo o que enfraquece a disciplina e a unidade do Partido, por outro a tudo quando se dirige contra o socialismo na Polónia».

A mesma preocupação foi demonstrada pelo primeiro-ministro general W. Jaruzelski que destacando a grave situação em que se encontra o país (por exemplo, nos últimos 5 meses a quebra da produção industrial foi de 12 por cento), declarou ser indispensável que se estabeleça a ordem e «uma atitude de responsabilidade de todas as organizações sociais e sindicais».

Nesta mesma direcção se insere a resolução final aprovada na reunião plenária do CC do POUP que, destacando o agravamento da ameaça contra-revolucionária, reafirma:

— a Polónia foi, e é será um país socialista que dá um importante contributo ao reforço da comunidade socialista e à consolidação da paz e do progresso social;

— a amizade e a aliança com a União Soviética são a pedra angular da política externa polaca;

— será reforçada a cooperação política e militar no quadro do Pacto de Varsóvia

e desenvolvida a cooperação mutuamente vantajosa no quadro do CAME (Conselho de Assistência Mútua Económica);

— serão acolhidas com confiança as opiniões e os reparos dos partidos irmãos nas questões relativas aos interesses vitais do movimento operário internacional, nomeadamente a defesa do socialismo.

Destaca-se igualmente a firme vontade do POUP de trabalhar consequentemente pelo socialismo, afirmando-se que «o Comité Central do POUP está inteiramente de acordo com a apreciação da actual situação na Polónia contida na carta do CC do PCUS».

A resolução aponta ainda uma determinada linha de orientação que passa pela consolidação da corrente operária no «Solidariedade», o controlo da actividade dos órgãos de informação, a punição das actividades dirigidas contra os interesses do Estado e do povo polaco, a inadmissibilidade de greves com carácter político.

Como é reconhecido pelo CC do POUP, na gravidade do momento presente o necessário é — como se afirma na carta do PCUS — «mobilizar todas as forças sãs da sociedade para repelir o inimigo de classe, para lutar contra a contra-revolução», o que requer, antes do mais, determinação revolucionária do Partido, pelo papel de direcção e de vanguarda que se exige ao Partido da classe operária.

A grande derrota da direita francesa

Os resultados eleitorais da primeira volta das eleições legislativas em França constituem, antes de mais, uma grande derrota da direita, uma vitória da esquerda, das forças populares, uma recusa frontal do povo francês à política que tem vindo a ser seguida pelos diversos governos do capital.

Mais de 55% dos sufrágios expressos para a esquerda não só um resultado inédito. Abre, ou cria condições para abrir novas perspectivas de vida, de uma outra política para França. Cria uma nova situação a nível internacional, e particularmente a nível europeu. Porque, independentemente até da política real que irá agora ser seguida em França, ressalta para todos os povos da área capitalista do continente que a mobilização de massas e a acção conjunta da esquerda pode abrir a possibilidade de mudança, já hoje.

Um dado é certo desde já, mesmo antes da segunda volta, no próximo domingo, que na verdade em nada

poderá alterar as linhas mestras da situação criada: a direita perdeu a maioria, a esquerda detém-na hoje, com todas as possibilidades de se levar avante o programa apresentado pelo PS.

Restam entretanto algumas dúvidas que poderão ser fulcrais, pelas suas consequências: o PS vai governar sozinho? Face às concepções divergentes no seio deste Partido, que linha de orientação se irá impor? Qual será a resposta às previsíveis acções de sabotagem a nível interno? E às não menos previsíveis acções de ingerência externa?

Duas questões estão fundamentalmente em causa neste momento: as nacionalizações, e a colaboração, a que nível, com os comunistas. Compreende-se a acuidade de tais questões, pois são as que mais podem afectar os interesses do grande capital. E não só do grande capital francês.

Não é por acaso que

a questão das nacionalizações é tão discutida hoje entre o grande capital francês, apostado, naturalmente em esvaziá-las de conteúdo revolucionário ou sabotar de todas as formas a economia nacional (como aliás temos ampla experiência em Portugal). Não é por acaso que o governo norte-americano já se apressou — por vias indirectas embora — a mandar o recado: comunistas no governo não.

Neste conjunto de incógnitas ressalta entretanto uma certeza: independentemente das pretensões do capital nacional e internacional e dos seus temores, independentemente das diferentes tendências coexistentes no PSF, a grande massa do eleitorado que deu o seu voto a Mitterrand e ao PSF quer uma mudança. A festa popular que se viveu nas ruas nos momentos decisivos deste processo reflecte essa vontade, essa determinação. O passo dado não será em vão.



Coreia: um povo dividido vítima do imperialismo — mas que resiste, trabalha e luta

Há 31 anos, na Coreia a guerra que os EUA perderam

A 7 de Setembro de 1945 os EUA ocuparam militarmente o sul da Coreia, com o objectivo de, a partir daí, controlarem não apenas essa parte sul do país (como fizeram, impondo-lhe um regime fantoche com o seu apoio político, financeiro e militar) mas também esmagar a jovem República Democrática erguida no norte do país.

Foi assim que, a 25 de Junho de 1950, os EUA desencadearam a sua agressão militar ao povo coreano com o objectivo de esmagar a República Democrática, vindo a ser estrondosamente derrotados três anos mais tarde, em 27 de Julho de 1953, data que marcou o fim da enfiada chamada «guerra da Coreia» e a primeira grande derrota militar do imperialismo norte-americano.

Falhada a política de canhoela, os EUA viriam a impor a secessão artificial do país, fortalecendo a sul o regime fantoche que ali haviam colocado, de modo que ele pudesse esmagar a crescente resistência do povo coreano à dominação imperialista nesta parte do país. Tarefa cada vez mais difícil para os títeres a mando de Washington, como bem demonstram as recentes revoltas na Coreia do Sul, em particular na cidade de Kwangju, que seriam alojadas em sangue e deixaram a descoberto a impopularidade do regime e as suas crescentes dificuldades em dominar o território.

A reunificação da Coreia é um anseio profundo de todo o povo coreano e das forças amantes da

paz em todo o mundo. Nem os próprios EUA já contestam essa necessidade, vendo-se mesmo compelidos a reconhecê-lo nas tribunas internacionais. Embora, é claro, manobrem o mais que podem para obstaculizar as propostas firmes e construtivas que a República Popular Democrática da Coreia vem desde sempre apresentando para resolver o problema.

Problema que assenta, fundamentalmente, na ocupação militar da Coreia do Sul pelos EUA, construindo a verdadeira fonte de tensões na zona e o grande obstáculo à reunificação do país. Que se fará, mais tarde ou mais cedo, pela firme determinação do povo coreano, apoiada na crescente solidariedade internacional.

Ulster — questão central para toda a Irlanda

As eleições realizadas na República da Irlanda no passado dia 11, para designar os 168 membros da Câmara de Deputados, foram dominadas, não só pela desastrosa situação económica a que conduziu a política seguida por sucessivos governos de direita (18% de inflação, 10% da população activa desempregada), mas também, e muito particularmente, pelo agravamento da situação no Ulster.

Este facto ressaltou durante a campanha eleitoral e traduziu-se nos resultados eleitorais. Durante a campanha eleitoral, quer o Fianna Fail, no poder, quer o Fine Gael — ambos partidos de direita — apresentaram-se ao eleitorado como os únicos capazes de resolver em definitivo o problema da Irlanda, e como tal o problema do Ulster. Isto, embora seja do domínio público que praticamente nada tenham entretanto feito pelos grevistas da fome que o governo Thatcher vai sistematicamente condenando à morte.

Dado que a Constituição Irlandesa não reconhece a divisão da Irlanda, imposta pelos colonialistas ingleses, oito patriotas presos da Irlanda do Norte apresentaram-se ao eleitorado. Primeiro embaraço para a direita irlandesa. As eleições propriamente ditas — as mais renhidas deste século — iriam provocar novo embaraço aos principais partidos políticos irlandeses (de direita). Primeiro: dois dos patriotas presos foram eleitos, não se prevendo embora que



Ulster: a luta continua

qualquer deles venha por isso a ser libertado. Segundo: de acordo com os resultados finais (Fianna Fail, partido até à data no poder, 78 lugares; Fine Gael, o outro maior partido de direita igualmente, 65; trabalhistas, 15), o grupo de independentes, que conta com oito lugares, incluindo os dos patriotas presos — detém neste momento a possibilidade de intervir no equilíbrio de poderes no parlamento.

O que ressalta, de todo este processo eleitoral, é a importância que a questão do Ulster vem a assumir. Tal problema tornou-se bandeira de todos durante a campanha eleitoral. Os resultados das eleições confirmam o aumento de apoio aos

grevistas da fome, aos patriotas que lutam nos sete condados da Irlanda do Norte contra o colonialismo, contra a verdadeira prática terrorista promovida e defendida por Londres.

Entretanto, no Ulster, a luta continua. Aos grevistas da fome que vieram substituir os que morreram juntaram-se mais dois. Terça-feira da semana passada oito patriotas efectuaram a maior evasão de uma cadeia da Irlanda do Norte, desde há sete anos. A caça ao homem que se lhe seguiu, devassando centenas de residências no sector oriental de Belfast, é um símbolo dos métodos repressivos do colonialismo. E também de como tais métodos não conduzem a nada.

A luta pelo desarmamento é de todos os dias

Em vésperas de uma reunião da Comissão Independente para o Desarmamento e a Segurança que decorre em Moscovo este fim-de-semana, o camarada Leonid Brejnev reafirmou, uma vez mais, a vontade de paz da União Soviética.

Assim, num encontro com o dirigente político sueco, Olof Palme, o presidente soviético declarou que «só a limitação dos armamentos e um desarmamento real darão as verdadeiras garantias para a paz e para o futuro tranquilo de todos os povos».

Por outro lado, Brejnev denunciou a campanha militarista conduzida pelo imperialismo. «Não pode deixar de ver-se que os militares do bloco da NATO, e em primeiro lugar os militares norte-americanos, mostram sinais de actividade febril em condições de histeria militar montada deliberadamente, com base em recatos gerados artificialmente no que respecta à mítica ameaça soviética — disse Brejnev, que salientou — «Os organizadores da campanha estão a mentir e nem se incomodam a apresentar pelo menos uma aparência de prova».

Entretanto o presidente soviético enviou mensagens

a dirigentes dos partidos socialistas e social-democratas pertencentes à Internacional Socialista, nas quais se destaca a necessidade de caminhar resolutamente para o desanuviamento político e militar.

Entretanto, nos Estados Unidos, as coisas seguem rumo bem diferente. Por 293 votos contra 88, a Câmara de Representantes derrotou uma emenda que bloquearia a produção da arma de neutrões pelos Estados Unidos.

A luta pela paz em Portugal

No nosso país o movimento pela paz e contra as armas nucleares — em contraste com a política governamental e com factos como a rejeição, pela maioria de direita da Assembleia da República, de projectos de lei contra a instalação de armas nucleares em Portugal — ganha crescente envergadura e desenvolve grande actividade. No Porto, a Comissão Dinamizadora do Movimento «Não às armas nucleares», promove uma ampla recolha de assinaturas contra a instalação

de armas nucleares no nosso país, instalando bancas nas ruas da cidade e concelhos limítrofes. Serão também editados: cartaz, autocollantes e emblema, prevendo-se a realização de uma sessão pública para o fim do mês.

Uma delegação portuguesa participou em Estocolmo na Conferência contra a Corrida aos Armamentos, pela Segurança e Confiança na Europa, que decorreu de 6 a 8 deste mês. A delegação, composta pelo padre Vilas Boas, o deputado Sousa Marques e a investigadora científica Manuela Leal, teve uma activa participação nos trabalhos da Conferência.

Entretanto deslocou-se ao nosso país, a convite do Conselho Português para a Paz e Cooperação, uma delegação do Comité Soviético de Defesa da Paz, constituída pelo deputado ao Soviete Supremo Fiodorovitch Nenachev e Igor Trofimovitch, consultor do Comité Soviético para a Segurança e Cooperação na Europa. Os convidados participaram em diversas reuniões, colóquios e sessões públicas, contactando também com diversos grupos parlamentares.

PCP

Conferência sobre Poder Local adiada para Outubro

A Conferência do PCP sobre o Poder Local marcada para o próximo domingo, dia 21 de Junho, em Almada, foi adiada.

Esta decisão, anunciada pelo camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, em conferência de Imprensa realizada anteontem deve-se às condições meteorológicas actuais e previsíveis para os próximos dias.

Com efeito, as deficientes condições de aquecimento e espaço das instalações onde iam decorrer os trabalhos tornariam extremamente penosa, se não impossível, a participação dos delegados e convidados na Conferência.

Numa visita ao local — o ginásio da Escola D. António da Costa — o «Avante!» verificou quanto esta medida se impunha. Foi na terça-feira, dia em que esteve longe de ser o mais quente dos últimos que se têm vivido, e a temperatura registada no local às 16 e 30 rondava os 37,5° C!!! E o imenso Pavilhão estava vazio. Imagine-se agora como seria com mais de três mil pessoas (entre delegados e convidados) lá dentro durante todo o dia, tendo apenas como ventilação os pequenos respiradouros do tecto.

A temperatura registada começava, de resto, a

ser «amena» na opinião de uma professora presente no ginásio, que garantiu que cerca das 14 h o local ficava transformado numa autêntica sauna.

O reconhecido espírito de militância dos comunistas não implica que lhes sejam pedidos sacrifícios inúteis, nem o Partido estaria interessado em levar por diante uma iniciativa que nestas condições poderia pôr em causa a própria saúde de camaradas e amigos.

Assim, como também foi divulgado na referida conferência de Imprensa, o Secretariado do Comité Central do PCP decidiu que, não sendo obviamente adequado realizar a Conferência em Julho, Agosto ou Setembro e mediante o parecer dos membros da Direcção do Partido mais directamente responsáveis pela sua organização, a iniciativa

deveria ser adiada para o dia 18 de Outubro de 1981.

E agora?

E agora? — perguntar-se-á. Guardam-se os 50 textos gerais na gaveta com as centenas de emendas recebidas a fazer-lhes companhia, mais as centenas de intervenções escritas já na posse da Comissão Organizadora da Conferência, à espera que Outubro venha mais fresco do que os dias que correm ou se encontre um outro local com melhores condições?

Certamente que não. Pese embora o período de férias e as múltiplas tarefas a realizar, como a Festa do «Avante!» por exemplo, os trabalhos para a Conferência não poderão ser dados por encerrados.

Que situação política em Outubro?

Falando aos jornalistas o camarada Carlos Costa referiu as condições políticas em que iria desenrolar-se a Conferência se fosse possível realizá-la agora. E considerou a altura oportuna... condições atmosféricas à parte. Em Outubro como será?

Se é admissível que então a temperatura es-

teja mais amena, o mesmo não se poderá dizer quanto às condições políticas. Até lá, disse o camarada, há indícios de que o Governo AD/Balsemão poderá desencadear uma violenta ofensiva contra o Poder Local, iniciada já com a não aplicação da Lei das Finanças Locais — recorde-se o desvio de 36 milhões de contos —, com o desenvolvimento das Comissões Coordenadoras Regionais (CCR) que têm vindo a tentar usurpar as competências das autarquias, com as tentativas para conseguir a revisão inconstitucional da Constituição nomeadamente no que diz respeito à eleição das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, etc., etc.

A Conferência do PCP sobre o Poder Local, em 18 de Outubro, não poderá deixar de reflectir uma situação política agora em evolução.

O imenso trabalho desenvolvido no continente e Regiões Autónomas não se perderá mas também não estagnar. Os delegados e convidados estão eleitos. Os trezentos textos de intervenções nas onze secções entregues e revisados. As centenas de propostas de emendas aos temas gerais prontas

a ser apreciadas. Aproveite-se então o alargamento do prazo para a realização da Conferência para enriquecer todo este rico material.

Os pedidos de inscrição para intervenções nas secções ultrapassam o número de textos escritos — são quinhentos contra trezentos. Porque não reduzir esta diferença, sabendo-se embora que continua a ser possível a intervenção livre em todas as secções, na medida do tempo disponível?

Porque não aproveitar para pensar em novas experiências e alternativas, desde as eleições suplementares que se estão a realizar ao agravamento da falta de água no Algarve, por exemplo, mais as mil e uma questões do dia-dia das autarquias, quase sempre tão interessante e tão pouco divulgado?

O âmbito da Conferência do PCP sobre o Poder Local é suficientemente vasto para nela caber tudo o que às autarquias diz respeito, directa ou indirectamente.

Há pois que saber aproveitar bem este tempo até 18 de Outubro, este calor que dilata tudo e até o prazo programado para tão importante iniciativa!

Aliança PS/PSD em Loures não consegue parar actividade da Câmara

A Câmara Municipal de Loures tem vindo a desenvolver uma intensa actividade no sentido de melhorar as condições de vida das populações, não obstante o cerrado boicote que há mais de um ano os vereadores do PSD e do PSD vêm movendo à APU, força maioritária no concelho.

Como a Imprensa tem noticiado, a Aliança PS/PSD assumiu no concelho de Loures um carácter verdadeiramente escandaloso, com a falta sistemática dos eleitos daqueles partidos às reuniões do executivo, com a obstrução às tentativas de deliberar sobre questões de primeira necessidade, com calúnias lançadas aos eleitos do Povo Unido e sobretudo ao presidente do município, camarada Severiano Falcão, culminando recentemente com o apelo de — Rígo Caladão — se manifestou colectiva dos seus parceiros de partido e do PSD com o objectivo de provocar a «queda» da Câmara e realização de eleições suplementares.

As ameaças de demissão não são de resto novas. Nas eleições de 1979 a APU ganhou na Câmara de Loures mas não conseguiu maioria absoluta. Desde logo o anterior presidente — Rígo Caladão — se manifestou incapaz de aceitar o veredicto popular e a derrota, assumindo a liderança da oposição à APU, num total desprezo pela resolução dos problemas do concelho.

A situação que hoje se vive na Câmara de Loures não é portanto nova. E apetece perguntar porque é que afinal as ameaças de demissão não se concretizam.

Será porque os aliados PS/PSD não chegam a acordo quanto à lista conjunta? Será que a disputa pela

liderança começou mesmo antes de a conseguirem conquistar?

Ou será muito simplesmente porque a Câmara continua a funcionar e a dar provas do que consegue fazer, mesmo com todos os boicotes?

Os quadros que publicamos, referentes às verbas dispendidas em obras de infra-estruturas realizadas de Janeiro a Abril do corrente ano e à participação das Freguesias nas receitas municipais, são bem o exemplo do esforço desenvolvido pelo executivo, apesar de afectado pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais que lesou

o concelho em 640 376 contos.

O empolamento de falsas questões, o não aceitar que o presidente do executivo — usando da competência excepcional que o artigo 65.º da Lei das Atribuições e Competências das Autarquias confere — despache assuntos que as faltas e abandonos dos vereadores PS/PSD fizeram arrastar para além do admissível, é a política dos que procuram apenas o poder e não o interesse das populações.

E a população do concelho de Loures saberá reconhecê-lo em qualquer altura.

PARTICIPAÇÃO DAS FREGUESIAS NAS RECEITAS MUNICIPAIS

O montante global da participação das Freguesias do Concelho nas Receitas Municipais, previsto no Orçamento Ordinário de 1981 é de 35 000 contos, tendo já sido atribuídos 17 500 contos, correspondentes a metade daquele total, assim discriminados:

APELAÇÃO ...	...	...	...	...	...	252 240\$40
BUCELAS ...	...	...	...	...	...	885 922\$30
CAMARATE ...	...	...	...	...	...	1 129 001\$00
CANEÇAS ...	...	...	...	...	...	514 121\$00
FANHÕES ...	...	...	...	...	...	402 191\$10
FRIELAS ...	...	...	...	...	...	235 962\$50
LOURES ...	...	...	...	...	...	1 998 112\$30
LOUSA ...	...	...	...	...	...	505 169\$50
MOSCAVIDE ...	...	...	...	...	...	1 453 188\$50
ODIVELAS ...	...	...	...	...	...	4 373 993\$50
PÓVOA DE STO. ADRIÃO ...	...	...	...	...	...	1 003 289\$90
SACAVEM ...	...	...	...	...	...	1 589 793\$50
STA. IRIA DE AZÓIA ...	...	...	...	...	...	794 392\$30
STO. ANTÃO DO TOJAL ...	...	...	...	...	...	507 926\$10
S. JOÃO DA TALHA ...	...	...	...	...	...	1 000 244\$80
S. JULIÃO DO TOJAL ...	...	...	...	...	...	411 693\$60
UNHOS ...	...	...	...	...	...	522 757\$30

Nota — Do Boletim da Câmara Municipal de Loures

OBRAS DE INFRAESTRUTURAS REALIZADAS Janeiro/Abril 1981

FREGUESIAS	EMPREITADA (a)	ADM. DIR. (b)	APOIO ÀS POPULAÇÕES		TOTAIS
			MATEIAS	MAQUINAS	
APELAÇÃO			100 350\$00	102 800\$00	203 150\$00
BUCELAS		2 349 101\$30	35 506\$30		2 384 607\$60
CAMARATE	2 309 394\$50	2 103 835\$00	197 230\$00	199 100\$00	4 803 550\$50
CANEÇAS		174 850\$00	293 675\$00	100 300\$00	569 225\$00
FANHÕES		1 085 025\$00	75 500\$00	194 700\$00	1 355 225\$00
FRIELAS					
LOURES	895 323\$00	2 973 350\$00	749 121\$30	517 600\$00	5 135 394\$30
LOUSA		2 117 765\$00	56 687\$50	25 200\$00	2 199 652\$50
MOSCAVIDE		97 584\$80	48 610\$00	203 000\$00	349 194\$80
ODIVELAS	1 198 081\$80	1 397 842\$50	2 236 871\$30	903 700\$00	5 736 463\$60
P. S. ADRIÃO		380 555\$00	4 900\$00	4 200\$00	389 655\$00
SACAVEM	605 308\$00	2 978 252\$50	15 160\$00		3 508 720\$50
S. J. TALHA	1 849 083\$50		740 397\$10	194 300\$00	2 783 780\$60
S. JULIÃO	2 604 234\$10		525 036\$30	184 000\$00	3 413 270\$40
S. A. TOJAL		90 525\$00	477 526\$30	108 700\$00	676 751\$30
SANTA IRIA	1 275 683\$50		224 397\$50	103 100\$00	1 603 181\$00
UNHOS		1 084 630\$00	194 210\$10	391 600\$00	1 670 440\$10
DIVERSOS		500 000\$00			500 000\$00
TOTAIS	10 937 100\$70	17 333 416\$10	5 955 453\$20	3 182 300\$00	37 408 286\$90

(a) — Referente a pagamentos efectuados em 1981.

(b) — Não inclui custo do transporte dos materiais.

Derrota da «AD» na Nazaré

As eleições suplementares para a Câmara Municipal da Nazaré, realizadas no passado domingo, foram ganhas pelo PS que conseguiu a maioria absoluta, não obstante uma significativa perda de votos em relação a 1979, tendo a APU mantido o seu vereador e a «AD» perdido um (ficando com dois vereadores).

Dois aspectos importantes marcaram este acto eleitoral: a elevada taxa de abstenções e a estrondosa derrota da coligação governamental.

Com efeito, dos 11 195 eleitores inscritos nas três freguesias votaram apenas cerca de 44 por cento, o que não pode deixar de se considerar pouco numas eleições municipais. Atribuir os quase 60 por cento de abstenções apenas ao calor registado no domingo corre o risco de ser uma análise demasiado simplista, tanto mais que o aumento das abstenções é uma tendência que tem vindo a repetir-se nas sucessivas eleições suplementares realizadas desde 1979 nas autarquias locais.

Este desinteresse crescente do eleitorado local, a continuar, obrigará certamente a um estu-

do mais profundo do problema, pois pode-se estar perante um preocupante avanço do descrédito popular face às autarquias, provocado pela política governamental, pelas permanentes querelas partidárias e pessoais que afastam para segundo plano o que todos deveriam considerar prioritário — a resolução dos problemas das populações.

Apesar disto, assume particular relevo na Nazaré a descida da direita como a «força do futuro da Nazaré», a «AD» perdeu em relação a 1979 nada menos que 973 votos, recolhendo apenas 1437 sufrágios, o que representa uma pesada derrota eleitoral.

Os quase mil votos a menos provocaram a «AD» a perda de um dos vereadores, ficando agora com dois mandatos no executivo.

O vereador perdido pela direita foi ganho pelo PS, que conseguiu 2429 votos e quatro mandatos, incluindo o presidente. Mesmo assim os socialistas perderam 711 votos em relação a 1979 quando tinham conseguido a maioria simples e três vereadores.

A reconquista da maioria absoluta dará ao PS, no dizer do presidente do município, Carlos Nunes, as condições necessárias para executar o programa apresentado ao eleitorado. Esperemos que sim e que as razões apresentadas aquando da demissão que levou a estas eleições — «problemas pessoais e de saúde» — não venham de novo adiar a resolução das graves carências com que o concelho se debate.

Para tal continuará a trabalhar a APU, que manteve o seu mandato na Câmara recolhendo 719 votos. A descida registada na votação do Povo Unido — pouco mais de trezentos votos — não chegou a afectar a percentagem obtida em 1979 e não foi unânime. Com efeito, a Aliança Povo Unido aumentou a sua votação numa das freguesias onde tem tido mais dificuldades, Famalicão, considerando que nas outras duas e sobretudo em Valado os eleitores terão pensado sobretudo em derrotar a «AD» concentrando votos nos socialistas.

Uma provocação vergonhosa

De realçar que de todas as

forças presentes ao acto eleitoral apenas a APU se preocupou em fazer uma intensa campanha de esclarecimento junto das populações, num trabalho cujos frutos não deixarão de se colher a médio prazo. Os milhares de programas distribuídos, os contactos porta-a-porta feitos pelos candidatos, o debate aberto dos problemas e das soluções para os ultrapassar são factores que só contribuem para afirmar a capacidade do Povo Unido na gestão democrática das autarquias.

Capacidade que os socialistas, agora maioritários, não poderão ignorar se de facto estão empenhados em executar um programa ao serviço da população do concelho, em vez de persistirem, como o fez Mário Soares na Nazaré, na vergonhosa provocação a democratas bem reconhecidos como tal.

As alusões do secretário-geral do PS à «santa aliança dos comunistas com a reacção» fez corar de vergonha e indignação muitos nazaréenses, conscientes de que a APU mais não fez do que assumir responsabilidades que cabiam aos socialistas, demitidos pela sua própria incapacidade de levar por diante a ges-

tão do concelho. Permanecendo na Câmara até que o PS concordou em sentar-se à mesa para tímidas negociações, a APU deixou claro que, antes do mais, coloca os interesses populares. As negociações então travadas e o acordo a que se chegou para permitir a realização de novas eleições foram bem um exemplo disso. Vir agora provocar e caluniar a APU é uma manobra tão baixa que só desabona quem a faz.

Sobretudo quando a política geral do PS, nas autarquias e não só, está recheada de exemplos degradantes de alianças com a direita. Dos apelos de Rígo Caladão em Loures para a formação de uma lista conjunta com o PSD, à pronta aceitação de Mário Soares da possibilidade de alianças «para desalojar os comunistas das autarquias» muito haveria que apontar.

Mas o futuro próximo dirá quem tem razão. Na Nazaré, como em todo o país, a política da APU é uma só, em maioria ou em minoria — defender os interesses populares.

O mesmo se possa dizer em dia do PS.

uma paralisação em 1980 a que não foi estranha — na opinião do município — a política do Governo e de alguns responsáveis das cúpulas da EDP. Os custos deste empreendimento ascenderam a cerca de vinte e dois mil contos, sendo dezasseis mil suportados pela Câmara e cinco mil pela empresa concessionária, a EDP-EP.

Entretanto estão em curso as obras de ampliação e remodelação do Lar de Idosos de Castro Verde (Misericórdia), que ficará com capacidade de internamento para 45 idosos enquanto o Centro de Dia receberá outros 75. Para breve espera-se a construção da Creche-Jardim Infantil, já adjudicada. O projecto e terreno para este importante equipamento social foram cedidos gratuitamente pela Câmara.

CEE — Que vantagens para Portugal?

Por iniciativa da Assembleia da Freguesia da Mina realiza-se amanhã, dia 19, às 21.30 h, no salão da Câmara Municipal da Amadora, um debate subordinado ao tema CEE — Que vantagens para Portugal?

Na sessão participarão deputados de partidos com assento na Assembleia da República.

Encontro de Mulheres na Marinha Grande

Realizou-se no passado domingo na Marinha Grande o Encontro Unitário de Mulheres do distrito de Leiria, promovido pela União dos Sindicatos de Leiria e pelo Movimento Democrático de Mulheres.

No Encontro, em que participaram cerca de duzentas mulheres, foi aprovado um documento de conclusões dos trabalhos e uma Carta Reivindicativa das mulheres do distrito de Leiria.

No primeiro as participantes no Encontro exigem o cumprimento de preceitos consagrados na Constituição da República, designadamente no que se refere à igualdade plena dos homens e mulheres em todos os campos, sem discriminações; a revisão da lei dos contratos a prazo;

a criação de estruturas de apoio que libertem a mulher de tarefas domésticas e lhe permita participar activamente na vida económica, social e política.

A Carta Reivindicativa, para além de reforçar os pontos já referidos, exige também a reposição do cabaz de compras, o congelamento dos preços dos produtos essenciais e repudia a política belicista do Governo AD/Balsemão, condenando os projectos de instalação de armas nucleares em Portugal. Nesse sentido, apela à união de esforços para esclarecer e levar as mulheres do distrito a defenderem as suas vidas e as dos seus filhos.

Eleições em Belém

As eleições suplementares para a Assembleia da Freguesia de Belém realizam-se no próximo dia 25 de Outubro, decidiu a maioria «AD» da Câmara de Lisboa. A Comissão Administrativa que assegurará (?) o funcionamento da Junta de Freguesia até às novas eleições ficou composta por três elementos da «AD», ou seja os mesmos que deram origem à actual situação na sequência do conhecido escândalo da Feira de Belém.

Esta total falta de respeito pela Lei 79/77, que estipula que os resultados eleitorais anteriores devem ser tidos em conta na formação das Comissões Administrativas, provocou vivos protestos dos vereadores da APU e do PS que consideram que a democraticidade das eleições pode ser posta em causa com semelhante decisão.

Demissões em Valpaços

Os quatro vereadores em exercício na Câmara Municipal de Valpaços, incluindo o próprio presidente da edilidade, anunciaram a sua demissão a semana passada durante uma reunião extraordinária do executivo.

A confirmar-se esta decisão, ainda não oficializada, o presidente da Assembleia Municipal de Valpaços deverá convocar brevemente uma reunião daquele órgão para eleição de uma Comissão Administrativa e marcação da data das eleições suplementares.

A demissão dos membros do executivo — presidente Sobrinho Morais, dois vereadores do PSD e um do CDS — não pode ser desligada dos escândalos de Valpaços que «celebrizaram» Sobrinho de Morais e outros compadres e que haviam já provocado a demissão de três outros vereadores (um do PS, outro do PSD e outro do CDS).

As irregularidades, fraudes, ilegalidades e compadrios na Câmara de Valpaços, para além das conhecidas prepotências de Sobrinho Morais, não deixam sossegados os que nelas se envolveram e que não vêem com bons olhos a «queda» do executivo, pelo menos por já.

Independentemente de um possível «volte face» que leve os demissionários a dar o dito por não dito, cabe perguntar mais uma vez quando serão tomados públicos os resultados das inspecções feitas à Câmara no final de 1979, bem como a punição das ilegalidades comprovadas pela inspecção de Finanças o ano passado.

Ou será que o Governo «AD» pretende «esquecer» o assunto?

Continuam as eleições suplementares

Com vem sendo hábito nas autarquias de maioria «AD» sucedem-se por todo o país as demissões dos eleitos de direita provocando a repetição de eleições. Foi o que aconteceu recentemente em Duas Igrejas, freguesia do concelho de Penafiel, cuja Assembleia era composta por seis elementos da «AD» e três do PS.

Notícias de Castro Verde

Prosseguem a bom ritmo as obras de electrificação de todos os lugares do concelho de Castro Verde com mais de 50 habitantes, após